

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

**COMPAIXÃO E FIDELIDADE NO SACERDÓCIO DE
JESUS CRISTO EM Hb 4,14-5,10**

ELENO MARQUES DE ARAÚJO

**GOIÂNIA
2002**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
MESTARADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

**COMPAIXÃO E FIDELIDADE NO SACERDÓCIO DE JESUS CRISTO
EM Hb 4,14-5,10**

ELENO MARQUES DE ARAÚJO

ORIENTADORA

Prof. Dra. Ivoni Richter Reimer

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Ciências da religião como
requisito para obtenção do Grau de Mestre.

**Goiânia
2002**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ao meu saudoso pai, Sebastião Antônio de Araújo e a todas as pessoas de boa vontade que lutam por um mundo melhor onde a justiça e a paz não são apenas sonho, mas se fazem realidade.

Nos devaneios primeiros de todos os sonhadores de Paraíso, as belas cores pacificam todos os seres do mundo. Todos os seres são puros porque belos; todos vivem juntos; os peixes nadam no ar, o asno alado acompanha os pássaros, o azul do universo torna mais leves todas as criaturas. Sonhem um pouco como aquele asno verde que, de tanto sonhar com o céu, tem uma pomba na cabeça, e está todo perfumado por ter transportado para o azul do céu o junquilha que colheu na terra.

Gaston Bachelard.

AGRADECIMENTO

A Deus pelo dom da vida e por sua livre iniciativa de nos ter amado primeiro (1Jo 4,10).

A toda as pessoas que contribuíram e que contribuem para a minha educação.

À meu pai, que faleceu muito cedo e à minha mãe que soube me criar na fé e na esperança, a meus irmãos e minhas irmãs, a meus cunhados e minhas cunhadas, a meus sobrinhos e minhas sobrinhas.

À Congregação Passionista, especialmente ao Vicariato Cristo Libertador, por meio do qual posso viver uma experiência de vida religiosa.

A todos os companheiros com os quais vivi um processo vocacional e que optaram por outro modelo de vida.

Aos atuais formandos do Vicariato Cristo Libertador: Ederlúcio, Weslei, Guilherme, José Roberto, Roberto Neto, Denilson, Wellinton, Ribamar, Álvaro, Luiz, Marcelo, Roberto Cruvinel e Paulo.

Aos que trabalharam comigo na formação para a vida religiosa: Manoel José Batista, Arlindo Vieira, Alcides de S. Marques, Juan Maria Rosasco, Florisvaldo Saurin Orlando e Tarcílio José da Maia.

À professora Ivoni Richter Reimer, por sua afetuosa dedicação e por ter se disposto em me acompanhar neste trabalho, também aos professores Benedito Ferraro e Haroldo Reimer, por ter aceitado o convite para participar da banca examinadora dessa dissertação.

Aos meus colegas de curso de teologia, especialmente: Carlos Antônio, Pedro Felisberto e Silvina Machado. Também aos amigos e amigas, bem como aos professores e professoras do curso de Mestrado em Ciências da Religião.

ABREVIATURAS

aC – Antes de Cristo

Am – Livro da profecia de Amós

Ap – Apocalipses

At – Atos do Apóstolos

Cf – Confira

Cl – Colossenses

dC – depois de Cristo

Dt – Deuterônimo

Ef – Efésios

Eclo – Eclesiástico

ed – Edição

et. al – e outros

Ex – Êxodo

Ez – Ezequiel

Fl – Filipenses

Fm – Filemon

Gl – Gálatas

Gn – Gênesis

Hb – Hebreus

Is – Isaías

Jl – Joel

Jo – João

Jr – Jeremias

Js – Josué

Jz – Juízes

Lc – Lucas

Lv – Levítico

LXX – Septuaginta ou Setenta

Mc – Marcos

Mq – Miquéias

Mt – Mateus

N – Número

Nm – Números

Org – Organizador

Os – Oséias

Rm – Romanos

Sl – Salmos

TEB – Tradução Ecumênica da Bíblia

Tt – Tito

v – Volume

Zc – Zacarias

1Cor – Primeira Coríntios

1Cl – Primeira Clemente

1Mc – Primeira Macabeus

1Sm – Primeiro Samuel

1Cr – Primeiro Livro das Crônicas

1Rs – Primeiro livro dos Reis

2Cl – Segunda Clemente

2Cor – Segunda Coríntios

2Sm – Segundo Samuel

SUMÁRIO

RESUMO	14
ABSTRACT	15
INTRODUÇÃO	16
1. PRESSUPOSTOS HERMENÊUTICOS E METODOLÓGICOS	19
1.1. Alguns aspectos da hermenêutica segundo Schleiermacher, Bultmann, Gadamer, Croatto, Geffré e Bombassar	19
1.2. A hermenêutica em processo	24
1.3. O método histórico-crítico	25
1.4. O texto como objeto de interpretação	27
1.5. O dado revelado e a produção hermenêutica	28
1.6. A hermenêutica latino-americana	29
2. ANÁLISE CRÍTICO-HISTÓRICA DO TEXTO: FORMA E CONTEXTO	33
2.1. Tradução de Hb 4,14-5,10	33
2.2. Crítica textual	34
2.3. Alguns elementos de introdução a Hb 4,14-5,10	35
2.3.1. Autoria	35
2.3.2. Lugar de composição	38
2.3.3. Datação	42
2.3.4. As pessoas destinatárias	43
2.3.5. Lugar da Carta aos Hebreus no cânon bíblico	48
2.4. Crítica literária	48
2.4.1. Gênero literário	50
2.4.2. Delimitação, composição e estrutura interna do texto	50

2.5. Crítica histórica	57
2.5.1. Alguns elementos do contexto histórico-social de Hb 4,14-5,10	57
2.5.1.2. A situação de “rapina”	60
2.5.1.3. A realidade de “fraqueza” e “socorro”	62
2.5.2. Alguns elementos sobre imperadores contemporâneos a Hb 4,14-5,10	65
2.5.3. A política e o exército no Império Romano	69
2.5.4. A economia no Império Romano	72
2.5.5. A cultura e a educação no Império Romano	76
2.5.6. A religião no Império Romano	79
2.5.6.1. A herança religiosa deixada pelos gregos	80
2.5.6.2. O culto e o sacrifício	81
2.5.6.2. – Os deuses do Império	82
3. ANÁLISE LINGÜÍSTICO-SEMÂNTICA DO TEXTO: CONTEÚDO	85
3.1 Análise lingüístico-sintática	86
3.1.2 Características lingüístico-sintáticas do texto	86
3.1.3. Léxico	86
3.1.4. Categorias e formas gramaticais	87
3.1.5. Conexão entre vocábulos e entre frases	88
3.1.6. Características estilísticas	89
3.2. Análise de termos e a semântica das camadas e fontes de Hb 4,14,5-10	90
3.3.Campo semântico	96
4. A QUESTÃO SACERDOTAL	99
4.1 O Sacerdócio segundo o prisma sociológico	99
4.2. O sacerdócio em Hb 4,14-5,10	104
4.3. A pessoa de Levi	105

4.3.1. O Sacerdócio de Levi	106
4.3.2. Atribuições ao sacerdócio levita	107
4.3.3. A consagração do sacerdócio levita	109
4.3.4. A ineficácia do sacerdócio levita	111
4.4. O Sacerdócio de Melquisedec	114
4.4.1. Fundamentação bíblica sobre Melquisedec	114
4.4.2. A pessoa de Melquisedec	116
4.4.3. O sacerdócio de Melquisedec prefigura o sacerdócio de Cristo	118
4.5. O Sacerdócio de Cristo	122
4.5.1. A pessoa de Jesus Cristo	122
4.5.2. O ministério de Jesus Cristo	123
4.5.3. Jesus: sumo sacerdote do santuário celestial	125
4.5.4. Um novo tipo de sacerdote: uma vida sacerdotal	127
4.5.5. A eficácia do sacerdócio de Jesus Cristo	129
4.5.6. O sacrifício no sacerdócio de Jesus Cristo	132
4.5.7. Atualidade do sacrifício de Jesus	136
5. ANÁLISE TEOLÓGICA DO TEXTO E A SUA RELEVÂNCIA ATUAL	144
5.1. A dimensão antropologica de Hb 4,14-5,10	145
5.2. A pessoa humana: centro do interesse do texto	149
5.3. <i>Asthenéia</i> e <i>boétheia</i> em Hb 4,14-5,10	151
5.4. A fraqueza e o socorro na cristologia de Hb 4,14-5,10	152
5.5. A compaixão na cristologia de Hb 4,14-5,10	157
5.6. A atualidade do sacerdócio de Jesus Cristo em Hb 4,14-5,10	167
CONCLUSÃO	172
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	176

RESUMO

ARAÚJO, Eleno Marques de. **Compaixão e fidelidade no sacerdócio de Jesus Cristo em Hb 4,14-5,10**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2002.

A presente pesquisa oferece uma leitura do texto de Hb 4,14-5,10, onde seu autor ou autora faz a afirmação de que Jesus é sumo sacerdote, segundo a ordem de Melquisedec. Ao iniciar a análise do texto, apresentamos alguns princípios hermenêutico-metodológicos para ajudar na compreensão final dos passos dados nessa dissertação. Esse texto foi escrito por um autor ou autora de uma comunidade paulina, portanto, um discípulo ou discípula de Paulo. Datamos a perícopes entre as décadas de 60-80 dC. O local de composição ainda é incerto, porém a Carta aos Hebreus foi aceita como texto sagrado primeiramente no Oriente, Alexandria e só posteriormente no Ocidente, com forte influência da comunidade cristã de Roma. A perícopes, como parte da Carta aos Hebreus, figura no atual cânon bíblico como a última carta de São Paulo apóstolo. Este texto é o único do Novo Testamento que afirma o sumo sacerdócio de Jesus Cristo, segundo a ordem de Melquisedec, sempre fazendo referências a Gn 14,18-20 ou ao Sl 110. No período histórico, no qual a Carta aos Hebreus foi escrita, muitas pessoas cristãs foram perseguidas, torturadas e martirizadas, não só em Roma, a capital do Império Romano, mas por toda a extensão imperial, pessoas livres tornavam-se escravas e perdiam sua liberdade e seus direitos. O autor ou autora objetiva animar as pessoas destinatárias à fidelidade da confissão de fé e a suportar com perseverança até mesmo a rapina de seus bens com a garantia de possuírem um futuro melhor. Cabe ressaltar a dimensão antropológica e cristológica da perícopes: o autor ou autora apresenta a pessoa humana fraca, iludida e ignorante no centro do texto. Jesus, o sumo e eterno sacerdote segundo a ordem de Melquisedec, interessa-se de maneira especial por essas pessoas, das quais ele se compadece oferecendo orações e súplicas a favor delas. Sua intervenção foi atendida por causa de sua obediência ao Pai por seu poder de compadecer-se daquelas pessoas fracas, iludidas e ignorantes. O sacerdócio de Jesus ancora-se na tradição de Melquisedec como instituído por Deus bem como na centralidade da compaixão com as pessoas miseráveis e da obediência ao Pai.

ABSTRACT

ARAÚJO, Eleno Marques de. **Compassion and fidelity over sacerdocy of Jesus Christ in Heb 4,14-5,10**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2002.

The present research offers a reading of the text of Heb 4,14-5,10, where the author makes the statement that Jesus is the highest priest, according to the order of Melchisedec. At the when beginning the analysis of the text, we presented some hermeutic-methodological beginnings to help in the final understanding of the steps given in the dissertation. The text of Hebrews was written by an author of a community paulina, therefore, a disciple of Paul. We preferred to date the text among the decades of 60-80 aC. The composition place is still uncertain, however the Letter to the Hebrews was accepted firstly as sacred text in the East, Alexandria and only later in the Ocident, with the Christian community's from Rome strong influence. Our text, as part of the Letter to the Hebrews, represents in the current biblical canon as the last letter of São Paulo apostle. This text is the only of the New Testament that affirms Jesus Christ's juice priesthood, according to the order of Melchisedec, always making references Gn 14,18-20 or to Sl 110. In the historical period, in which the Letter to Hebrews was written, many Christian people were pursued, tortured and martyred, not only in Rome, the capital of the Roman Empire, but for the whole imperial extension free people became slaves and they lost their freedom and their rights. The author aims to encourage the addressees to the fidelity of the confession of faith and to support with perseverance even the prey of their goods with the warranty of a possession of a better future. It's important to relate that the anthropological dimension and Christology of the text: the author introduces the weak human person, deceived and ignorant in the center of the text. Jesus, the juice and eternal priest according to the order of Melchisedec, is interested in a special way in those people, of the which he offers prayers and supplication in favor of them. Their intervention was assisted because of their obedience to the Father for his power of sympathizing with those weak people, deceived and ignorant. Jesus' priesthood is anchored in the tradition of Melchisedec as instituted by God as well as in the centricity of the compassion with the miserable people and of the obedience to the Father.

INTRODUÇÃO

A Carta aos Hebreus é um dos escritos do Novo Testamento que tem uma estrutura muito bem feita, com uma teologia bem elaborada. O autor ou autora faz uma releitura do processo histórico-salvífico e atribui o título de sumo sacerdote a Jesus (Hb 4,14), sendo que este título não aparece mais em nenhum outro dos escritos neotestamentários com essa mesma intensidade.

Optamos por trabalhar a perícopé de Hb 4,14-5,10, porque ela traz a principal mensagem da Carta aos Hebreus: “tendo, portanto, um grande sumo sacerdote que penetrou os céus, Jesus o Filho de Deus, conservemos a profissão de fé” (Hb 4,14).

Seguiremos, neste trabalho, os passos propostos por estudiosos a fim de elaborar uma exegese do texto escolhido. Assim, no primeiro momento optamos por fazer uma abordagem de alguns pressupostos hermenêutico-metodológicos que nos guiarão no processo de desenvolvimento da pesquisa, bem como muito ajudarão na compreensão do conjunto da mesma.

A seguir passaremos a discorrer sobre as questões que envolvem uma análise crítico-histórica do texto. Na crítica textual serão abordadas questões como: autenticidade da Carta, o lugar de composição, a datação, as pessoas destinatárias, o lugar no cânon bíblico. Algumas dificuldades irão surgir ao passo que formos aprofundando nossos estudos nestes assuntos, por exemplo: quem escreveu a

Carta aos Hebreus? De onde o autor ou autora a escreveu? Para quem, de fato, ele ou ela a enviou? Estas questões não são novas, e já vêm sendo discutidas há um certo tempo. A principal dificuldade será fazer a opção por uma entre as muitas possibilidades existentes.

Seguiremos o exame dos princípios de estudo a que nos referimos acima a partir da crítica literária. Aqui trataremos as questões do gênero literário, da demarcação e a análise da composição e da estrutura interna que compõe o nosso texto.

Na crítica histórica buscaremos uma compreensão do contexto histórico-social onde surgiu Hb 4,14-5,10. O nosso texto está situado entre os anos 60-80 dC. Como demonstraremos na pesquisa, existem vários empecilhos que não permitem uma datação específica. Por essa razão, deter-nos-emos de maneira particular a estudar o Império Romano, especificamente nestes anos 60-80 dC, como elemento conflitivo no nosso texto de estudo. Tentaremos nos deter neste período concreto, embora possamos por necessidade e conveniência alargarmos um pouco mais esse período. Nesta parte de nossa pesquisa, abordaremos primeiramente algumas dimensões do Império Romano, como por exemplo: os imperadores contemporâneos de Hb 4,14-5,10 e a manutenção do Império. Uma das características era ter um exército forte e bem equipado. Outra era a economia, visto ser praticamente impossível expandir e desenvolver o Império sem uma economia forte. Inúmeras eram as construções erigidas por toda a extensão imperial, as quais exigiam uma pesada cobrança de tributos e taxas nos mais variados lugares, onde Roma estendia seu domínio. Numa segunda dimensão estão a cultura e a educação, uma vez que o Império financiava a difusão da cultura e da educação por meio das competições esportivas, sobretudo nos ginásios que eram construídos para tais finalidades. Concluindo esta parte de

nossa pesquisa, trataremos da questão religiosa no Império Romano. Veremos que havia uma certa herança deixada pelos gregos, e também que os imperadores eram cultuados como divindades. Perguntaremos pelas implicações disso na vivência da fé cristã.

No capítulo sobre o conteúdo linguístico-semântico analisaremos alguns termos-chave do texto de Hb 4,14-5,10 propriamente dito. Aqui, veremos que o autor ou autora de Hebreus dominava bem a língua grega, pois o texto de Hebreus é um dos textos neotestamentários que tem se destacado pelo uso que seu autor ou autora fez do grego. Daremos a definição de alguns termos presentes em Hb 4,14-5,10 para resultar em uma melhor compreensão dos mesmos, quando eles aparecerem no decorrer de nossa pesquisa.

O quarto capítulo tratará sobre o sacerdócio de Jesus Cristo na perícopes de Hb 4,14-5,10. Nossa abordagem sobre o sacerdócio será feita a partir das três pessoas sacerdotais presentes neste texto, a saber: Levi, que aparece por meio do chamado de Aarão (Hb 5,4); de Melquisedec (Hb 5,6.10) e finalmente do próprio Jesus Cristo (Hb 4,14; 5,10).

O quinto capítulo abordará a perspectiva teológica e a relevância atual de Hb 4,14-5,10. A partir dessa abordagem, constatar-se-á uma dimensão antropológica em nossa perícopes, onde a pessoa humana é o centro do interesse do texto. Uma breve análise das palavras *asthenéia* e *boétheia* ajudará na compreensão da cristologia presente em Hb 4,14-5,10 que se dá por meio da compaixão das pessoas fracas que necessitam de socorro.

Na conclusão da dissertação faremos uma tentativa de atualizar a compreensão do sacerdócio de Jesus Cristo em nosso contexto latino-americano.

1 – PRESSUPOSTOS HERMENÊUTICOS E METODOLÓGICOS

A hermenêutica é a arte de compreender ou interpretar sobretudo textos¹. Assim no-lo afirmam os estudiosos e teóricos do assunto. Neste sentido, temos diante de nós o texto de Hb 4,14- 5,10 aberto à interpretação.

1.1 – Alguns aspectos da hermenêutica segundo Schleiermacher, Bultmann, Gadamer, Croatto, Geffré e Bombassaro.

Friedrich Schleiermacher define a hermenêutica como sendo a “arte de interpretar”² e a coloca entre as várias atividades que compõem a vida humana ao afirmar: “entre estas [“talvez a maioria das atividades que compõem a vida humana...³”] me parece incluir-se também a interpretação desde que subsumo sob esta expressão toda compreensão de discurso estranho”⁴. Logo, a hermenêutica como arte de interpretar tem o discurso como campo. Assim sendo, ela se ocupará não apenas com o passado, mas também com o presente, pois: “ela pratica o seu

¹ Veja as definições dadas pelos diferentes autores: CROATTO, J. Severino, 1986, p. 9; GEFFRÉ, Claude, 1989, p.17; DILTHEY, Wilhelm, apud BULTMANN, Rudolf. 1987, p. 203; BOMBASSARO, Luiz C., 1992, p. 118; GADAMER, Hans-Georg, 1999, p. 262; BULTMANN, Rudolf, 1987, p. 204.

² SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E., 1999, p. 68.

³ SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E., 1999, p. 25, o conteúdo dos colchetes é nosso.

⁴ SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E., 1999, p. 26.

trabalho em toda parte onde existem escritores”⁵. Ademais, é preciso ter presente, como advertência, o perigo que é muito comum entre os intérpretes, pois a hermenêutica consiste apenas na arte da interpretação e não na elaboração de um novo discurso, porque na verdade este é o objeto da arte de interpretar e não ela mesma⁶.

Rudolf Bultmann⁷, na busca de uma resolução do problema da hermenêutica, afirma que o avanço da filologia, enquanto ciência que tem por objeto a interpretação, tem mostrado que “a hermenêutica como arte da compreensão científica de forma alguma já está definida suficientemente pelas regras hermenêuticas tradicionais”⁸. Assim, num processo de interpretação, não bastam as normas já estabelecidas para tais fins, mas a interpretação ocorre sobretudo com base na análise da gramática, e também com base na interpretação “psicológica”, ou seja, o texto diz mais do que aquilo que se lê nele. Ele deve transmitir também a realidade vivida pelo seu autor, “pois efetivamente todos escritos podem ser interpretados (...) podem ser entendidos como documentos da vida histórica pessoal”⁹. Ademais, no processo de interpretação e compreensão é preciso levar em conta que só se pode interpretar ou compreender algo, quando existir uma pré-relação entre o intérprete e o interpretado.

Premissa de toda interpretação compreensiva é a relação vivencial prévia com o assunto direta ou indiretamente expresso no texto e que orienta a direção da inquirição (...) Toda interpretação necessariamente está sustentada por certa

⁵ SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E., 1999, p. 31.

⁶ Veja SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E., 1999, p. 68.

⁷ Veja HEIDEGGER, Martin. pp. 198-226. Temos presente aqui a importância da obra *Ser e Tempo* de Heidegger no processo histórico da hermenêutica.

⁸ BULTMANN, Rudolf, 1987, p. 205.

⁹ BULTMANN, Rudolf, 1987, p. 207.

*compreensão prévia do assunto em questão ou em pauta*¹⁰.

Hans-Georg Gadamer define a hermenêutica como “a disciplina clássica que se ocupa da arte de entender textos”¹¹. Neste mesmo sentido, ele também acrescenta “que cada texto deve ser compreendido a partir de si mesmo”¹². Isso equivale a dizer que cada texto tem em si mesmo uma significação própria, a qual o intérprete procura compreender. Essa reserva de sentido é a chave para uma boa compreensão e, sem ela, o intérprete poderá incorrer em erros. É segundo essa análise que, “quando procuramos entender, fazemos inclusive o possível para reforçar os seus próprios argumentos”¹³ uma vez que para interpretar é necessário que intérprete e texto tenham algo em comum.

*Compreender significa, primeiramente, sentir-se entendido na coisa e somente secundariamente destacar e compreender a opinião do outro como tal. Assim, a primeira de todas as condições hermenêuticas é a pré-compreensão que surge do ter de se haver com a coisa em questão*¹⁴.

Neste sentido só é possível a compreensão a partir da pré-compreensão já existente no próprio intérprete, o que significa que uma pessoa só poderá interpretar algo do qual ela participa ou que de alguma forma este algo a ser interpretado faz parte de sua existência.

Severino Croatto começa a analisar a hermenêutica a partir da definição do que ela significa. Logo de início, ele esclarece que “hermenêutica é o correlato do

¹⁰ BULTMANN, Rudolf, 1987, p. 215.

¹¹ GADAMER, Hans-Georg, 1999, p. 262.

¹² GADAMER, Hans-Georg, 1999, p. 437.

¹³ GADAMER, Hans-Georg, 1999, p. 437, imediatamente acima dessa passagem supra citada, ele afirma “quando procuramos entender um texto”. Aqui devemos ter presente que os argumentos reforçados são do próprio texto quando o intérprete, na tentativa de compreendê-lo, acaba por reforçá-los.

¹⁴ GADAMER, Hans-Georg, 1999, p. 441.

termo 'interpretação', mais comum. *Hermenéuo*, em grego, é o equivalente de interpretar"¹⁵. Dessa forma, o lugar privilegiado de atuação da hermenêutica é a interpretação de textos, onde se dá um novo sentido ao ato da interpretação, uma vez que o texto interpretado possui uma reserva de sentido, ou seja, todo texto, apesar de ter sido composto no passado, guarda 'um adiante'. É exatamente este adiante, ou a reserva de sentido¹⁶, que o torna importante e conseqüentemente objeto de interpretação.

É importante ressaltar que o hermeneuta pode sofrer uma influência do seu meio, pois este não é alheio à sua realidade. No entanto, esse condicionamento não pode impedir que se progrida na investigação, visto que o texto que está diante do intérprete fala por si só, pois ele possui uma autonomia: "quando escutamos um texto, aquele que fala é o texto e não aquele que o lê em voz alta para os outros (...) Tampouco fala o autor, pois esse já não está presente"¹⁷. Além do mais, todo texto é fechado no momento de sua produção, pois deve encerrar a idéia de quem o compôs, o que representa um fechamento condicionado ao ato de sua composição¹⁸, porém não impede que o texto guarde uma reserva de sentido. Isto significa que ele possui um adiante, pois se o texto não possuir um adiante, ele não poderá ser interpretado.

Chama a atenção ainda a maneira como se pode compreender a hermenêutica, ou seja:

Toda leitura de um texto é uma produção de sentido em códigos novos que, por sua vez, geram outras leituras como produção de sentido e assim

¹⁵ CROATTO, J. Severino, 1986, p. 9.

¹⁶ CROATTO, J. Severino 1986, p. 73 dá uma explicação do que venha a ser o termo. "Reserva-de-sentido as possibilidades de um texto de dizer mais do que pensou seu autor. É o equivalente textual da releitura".

¹⁷ CROATTO, J. Severino, 1986, p. 21.

¹⁸ CROATTO, J. Severino, 1986, p. 21.

*sucessivamente. A interpretação é um processo em cadeia, não repetitivo, mas ascendente.*¹⁹

Para corroborar essa afirmação pode-se acrescentar: “toda leitura é um ato hermenêutico, trata-se da Bíblia ou de qualquer outro texto sagrado ou não sagrado”²⁰. Assim, podemos dizer que fazer hermenêutica de um texto também implica em descobrir o seu adiante .

Claude Geffré define o trabalho de um hermeneuta-teólogo como alguém que “se esforça por atualizar o sentido do evento passado para nós hoje”²¹. Ora, esta atualização não é outra coisa que a hermenêutica. Neste esforço de atualização, o hermeneuta por sua vez vai ter que produzir um novo discurso. Porém, “todo discurso é, portanto, provisório, relativo. Ele não é saber, mas linguagem interpretativa, relativa à perspectiva do que o produz”²². Poderíamos acrescentar a essa afirmação que a relatividade não está só em relação ao que produziu o texto, mas também daquele que o interpreta, pois logo que ele acaba sua interpretação, o resultado de seu trabalho já é fonte de nova leitura e, portanto, de nova interpretação. A hermenêutica consiste, assim, no esforço que o hermeneuta faz para atualizar o evento passado, e isto não é outra coisa que interpretá-lo.

Luiz Bombassaro faz outra abordagem ao afirmar que “a distinção entre epistemologia e hermenêutica foi compreendida como a diferença entre a ‘explicação’ e a ‘compreensão’”²³. Neste sentido, é preciso ter presente que para compreender é necessário também interpretar.

O processo de interpretação é resultado de um “acordo [que] na hermenêutica

¹⁹ CROATTO, J. Severino, 1986, p. 31.

²⁰ CROATTO, J. Severino, 1986, p. 60.

²¹ GEFFRÉ, Claude, 1989, p. 20.

²² GEFFRÉ, Claude, 1989, p. 22.

²³ BOMBASSARO, Luiz C., 1992, p. 118.

é resultado da conversação e da argumentação, onde não está pressuposto nenhum conjunto já dado de elementos comuns entre os participantes de um discurso”²⁴. Essa conversação pode ser entendida como o próprio ato de ler um texto. Afinal, toda leitura é hermenêutica na medida em que se busca dar uma interpretação ao texto lido. Para tal, é necessário estabelecer um diálogo entre o próprio texto que fala e o ouvinte que ouve. Logo, a conversação é um elemento-chave no processo hermenêutico²⁵.

1.2 – A hermenêutica em processo

Buscar-se-á seguir um processo hermenêutico-metodológico, tentando compreender o sentido de Hb 4,14-5,10. O principal desafio aqui é ter presente o avanço no processo hermenêutico, sem desprezar aqueles que propuseram outra metodologia de pesquisa. Assim, os intérpretes da Idade Média usavam um método exegético, por meio do qual buscavam encontrar no texto quatro sentidos: “o sentido literal; o sentido alegórico ou espiritual; o sentido moral; e o sentido analógico ou escatológico”²⁶. Os reformadores ganharam força no campo hermenêutico e ressaltaram principalmente o sentido literal, sobrepondo-o aos demais, dizendo que a grande “tarefa da exegese é, pois, levantar esse sentido literal”²⁷.

Alguns séculos mais tarde desenvolveu-se o método histórico-crítico que se

²⁴ BOMBASSARO, Luiz C., 1992, p. 120. O conteúdo dos colchetes foi colocado por nós.

²⁵ Não podemos fechar esta reflexão sem fazer referência a outras obras que muito tem contribuído para o avanço da pesquisa hermenêutica. FREIRE, Paulo, 1977, pp. 09-11; veja também FREIRE, Paulo, 1997, pp. 11-24. Nestes artigos Freire mostra a importância da recriação do texto, sem perder de vista o condicionamento histórico-sociológico do conhecimento; veja também MESTERS, Carlos, 1983, pp. 188-202 onde o autor mostra a importância do ou da exegeta estar sintonizado com os problemas do povo, para que a interpretação possa ser crítica e criativa sem perder o conteúdo original.

²⁶ VOLKMANN, Martin, 1992, p. 10.

²⁷ VOLKMANN, Martin, 1992, p. 10.

ocupou sobretudo com a história do texto, a partir de uma análise crítica do mesmo; “completando” esta metodologia temos a análise lingüística, que por sua vez deter-se-á na linguagem do texto. Essas metodologias também estarão presentes nesta pesquisa, a partir do estudo do “estruturalismo” feitos por Wilhelm Egger e Uwe Wegner²⁸.

Quando se empreende uma pesquisa é preciso estar diante da possibilidade de nem sempre conseguir alcançar o objetivo proposto com ela, e também existem determinados riscos que se correm no uso de métodos e em processos interpretativos. Um deles “é o concordismo histórico e científico porque consiste em querer confirmar a Bíblia com determinadas descobertas das ciências modernas”²⁹. Isto leva, sem dúvida, a um reducionismo, que por sua vez causa um grande empobrecimento ao significado originário do texto, e ademais, o esvazia de seu sentido querigmático.

1.3 – O método histórico-crítico

O método histórico-crítico rompeu com a leitura ingênua e cientificista (concordista) da Bíblia, trazendo enormes contribuições para a exegese por meio da “crítica literária, da crítica das formas e dos gêneros ou códigos literários das tradições (orais e literárias), da redação”³⁰. Não é difícil perceber que foi grande a contribuição da exegese crítica, observando os resultados de análises bíblicas, porém o seu uso exagerado e às vezes reducionista comporta alguns riscos. 1) O estudioso pode ficar preso muito mais na história do texto, do que na exploração do

²⁸ Veja EGGER, Wilhelm, 1994, pp. 43-219; veja também WEGNER, Uwe, 1998, pp. 39-121.

²⁹ CROATTO, J. Severino, 1986, p. 13.

³⁰ CROATTO, J. Severino, 1986, p. 13.

seu sentido, ou seja, nas camadas anteriores a ele; 2) Ao trocar o autor por redator, fala-se em história da redação, daí advém uma forte ênfase na história da redação e não no próprio texto; 3) O reducionismo decorre da forte atenção no sentido literal (método histórico-crítico). Busca-se com todos os recursos contextualizar o texto, para descobrir a intenção do redator, o que leva a uma única possibilidade de sentido, ou seja, a do redator³¹.

Não desprezando a grande importância da exegese crítica, pode-se concluir que a mensagem da Bíblia não precisa ser entendida como depósito fechado no passado, no tempo de seu redator, mas é preciso crer que a mensagem segue aberta a novas interpretações. Assim sendo, toda a colaboração da exegese crítica passa a ser parcialmente válida, mas não absoluta. É nessa dimensão que se deve abordar os textos sagrados, ou seja, a partir de uma abertura que eles próprios possuem, pois os mesmos não estão presos ou enclausurados no passado, mas têm “uma reserva de sentido” que os tornam sempre atuais. Eles³² devem ser abordados a partir de uma teologia dos povos oprimidos, de onde decorre uma nova mensagem³³. Nesta mesma direção é que se deve entender o papel do hermenêuta-teólogo ao esforçar-se para atualizar o sentido do evento passado para nós hoje³⁴.

A análise estrutural do texto ocupa-se, sobretudo, em estudar a estrutura interna do texto, ou melhor, sua estrutura literária. Ela também tem trazido enriquecedoras contribuições para o estudo da Bíblia. No entanto, igualmente pode ser reducionista, quando abstrai da vida do texto, de sua história, de seu contexto sócio-cultural e religioso³⁵. É preciso ter presente que “é necessário também

³¹ Veja CROATTO, J. Severino, 1986, p. 14, fizemos uma compilação da idéia original do autor e a enumeramos para uma melhor compreensão.

³² Sobre a importância da abordagem dos textos a partir dos povos oprimidos indicamos a leitura de LUIS SEGUNDO, Juan. 1978, pp. 9-43.

³³ Veja CROATTO, J. Severino, 1986, p. 14.

³⁴ Veja essa mesma afirmação na nota de número 21.

³⁵ CROATTO, J. Severino, 1986, p. 15.

reconhecer que o exegeta está imerso em uma tradição, em um contexto histórico, é sujeito de determinadas práticas sociais. Tudo isso condiciona sua leitura da Bíblia como ‘releitura’³⁶. Isso significa que a pessoa é influenciada pelo meio sócio-cultural em que está inserida, o que equivale a dizer que não existe a possibilidade da pessoa abstrair-se de sua realidade, ou melhor, a realidade é parte condicional da pessoa e, portanto, ela influenciará no processo e no trabalho.

1.4 – O texto como objeto de interpretação

O ato de escrever já é um ato interpretativo. Porém o que o autor ou autora está fazendo é deixar por escrito também uma reserva de sentido. O ato de interpretar propriamente dito fica para uma segunda pessoa que será o leitor ou leitora, isto é, o ou a intérprete. Neste caso, poderá realizar a sua leitura ou interpretação de acordo com seu próprio interesse e contexto.

Na dinâmica da hermenêutica, “um mesmo texto pode ter uma leitura fenomenológica, histórica, sociológica, psicológica, literária, teológica e outras mais”³⁷. É com este espírito de abertura para a possibilidade de várias leituras de um mesmo texto que se empreende essa investigação. Faremos uma leitura histórico-sociológica, no segundo capítulo, quando formos situar o texto de Hb 4,14-5,10 no seu contexto. Essa abordagem situa-se na análise exegética do texto, pois ela não poderá ser realizada sem passar pelo crivo do momento histórico-social em que tal texto foi escrito. Assim, o contexto poderá influenciar a compreensão do sacerdócio de Jesus Cristo em Hb 4,14-5,10, para o qual realizaremos uma leitura teológica e

³⁶ Veja CROATTO, J. Severino, 1986, p. 45. Para corroborar essa afirmação o leitor ou leitora poderá recorrer a BOFF, Clodovis, 1978, pp. 281-295.

³⁷ CROATTO, J. Severino, 1986, p. 24.

fenomenológica. Será necessário fazer essa abordagem para se chegar a uma justa compreensão do fenômeno sacerdotal de Cristo, segundo o autor ou autora de Hebreus. Essa leitura é também teológica, porque somente por meio de uma abordagem teológica se poderá compreender e quiçá aceitar a afirmação do autor ou da autora do texto aos Hebreus que Jesus Cristo é sumo sacerdote, segundo a ordem de Melquisedec (Hb 5,10).

1.5 – O dado revelado e a produção hermenêutica

O autor de um texto, quando o escreveu, encerrou-o com uma significação própria para o seu momento, usando assim, termos (léxicos) que o enquadram (enclausuram) no tempo e em um espaço histórico. Este fechamento é chamado de “referente”³⁸. O processo hermenêutico a ser realizado buscará a compreensão dessa significação primeira, mas também o que o texto, como lugar teológico, está dizendo a seus futuros leitores e leituras, ou seja, o processo hermenêutico do texto.

O hermeneuta precisa ter sempre presente que o principal, no ato interpretativo, não é o passado histórico do texto, apesar de sua importância, mas “o seu ‘adiante’: o que ele sugere como mensagem pertinente para a vida daquele que o recebe ou busca (...) O importante é o fato de que o ‘adiante’ de um texto nega sua rigidez e o bloqueio do sentido passado como o único sentido fechado”³⁹. Dessa maneira é que se torna compreensível a seguinte afirmação: “a teologia é sempre hermenêutica no sentido em que vive de uma anterioridade, a saber a história do cristianismo”⁴⁰. É claro que a afirmação está se referindo à teologia cristã, daí a

³⁸ Veja em CROATTO, J. Severino, 1986, p. 27.

³⁹ CROATTO, J. Severino, 1986, p. 46.

⁴⁰ GEFFRÉ, Claude, 1989, p. 55.

presença da história do cristianismo no processo de produção teológica. É importante perceber ainda que neste caso, a história como tal é que torna o lugar teológico, ou em outras palavras, ela se converte em texto a ser interpretado. Logo, se pode acrescentar que: “o ‘intellectus fidei’ da teologia terá necessariamente a estrutura do ‘compreender hermenêutico’, à medida que o teólogo tratar a história do cristianismo como texto e ao mesmo tempo, tratar o texto como história das interpretações”⁴¹.

A responsabilidade hermenêutica do teólogo não é simples, pois ela “consiste em mostrar a continuidade descontínua da tradição cristã, que é criativa de figuras históricas novas em resposta ao acontecimento permanente da verdade originária, que se revelou em Jesus Cristo”⁴². Isso significa ler a história do cristianismo e dar a ela novos e atuais significados, porém sempre a partir da verdade originária que foi a revelação dada por meio de Jesus. Eis aí a tarefa do hermeneuta. Por essa mesma razão que ele terá sempre que fundamentar seu trabalho no que “se chama ‘dado revelado’ ou ainda ‘depósito da fé’, isto é o que foi transmitido desde os Apóstolos. Mas, de fato, esse depósito da fé é o testemunho suscitado pelo evento Jesus Cristo, testemunho que se tornou Escritura”⁴³.

1.6 – A hermenêutica latino-americana

Levando em conta que o exegeta nunca está alheio à sua realidade social, e que esta vai incidir diretamente no resultado final de seu trabalho, é que queremos fazer uma ligação do processo hermenêutico com nossa presença na América

⁴¹ GEFFRÉ, Claude, 1989, p. 56.

⁴² GEFFRÉ, Claude, 1989, p. 85.

⁴³ GEFFRÉ, Claude, 1989, p. 92.

Latina.

Para nós, a hermenêutica latino-americana treina os nossos olhos para ver as estruturas de dominação e opressão. Assim, os olhos vêem os acontecimentos a partir de baixo, e a hermenêutica faz com que aqueles que vêem tomem posição contra esse sistema que gera opressão, violência e morte.

É com base nessa análise que pensamos que os textos sagrados devem ser abordados a partir da vida do povo sofrido, pois só assim eles fornecerão luzes para um processo de libertação total da vida. Levando em conta toda essa realidade é que se tem presente a seguinte colocação:

A Teologia da Libertação lança uma convocação a todo teólogo, do Primeiro, Segundo ou Terceiro Mundo, no sentido de tematizar a dimensão sócio-libertadora da fé. E trata-se aqui de uma convocação definitiva. Quando a Teologia por inteiro assimilar esse convite e o fizer seu, a designação 'Teologia da Libertação' poderá desaparecer, porque então todas as Teologias serão, a seu modo, de libertação, ou então não serão Teologias cristãs⁴⁴.

É a partir da América Latina, como lugar teológico, que se produz a presente dissertação, tendo presente a ampla e variada temática teológica que está sendo produzida, sobretudo neste contexto latino americano e a partir dos pobres.

A causa da etnia negra, trazida à força, depois de ser arrancada de suas origens na África, é motivo de um fazer teológico afro-latino-americano, pois é facilmente constatado que não bastou a assim chamada libertação dos escravos, pois não criou condições favoráveis à vida da raça negra na América Latina.

A causa das mulheres, que, por muito tempo, e ainda hoje, seguem sendo oprimidas, exploradas e violentadas, também tem sido um campo teológico que cada

⁴⁴ BOFF, Leonardo e BOFF, Codovis, 1993, p. 127.

vez mais ganha novas e novos adeptos.

A causa indígena é outra área que em muitas partes da América Latina está sendo resgatada dentro das novas temáticas teológicas⁴⁵. Os povos originários que de *per se* são os legítimos e verdadeiros “povos da terra”, foram exterminados massivamente. Os poucos sobreviventes à tamanha exploração, dominação e extermínio começam a ser referentes hermenêuticos para o fazer teológico.

Por último queremos trazer presente a questão ecológica, que vem sendo lembrada não só na teologia, mas sobretudo por movimentos ambientalistas. O ecossistema que deveria ser a nossa casa, um lugar seguro para se viver, tem se tornado quase que inabitável. É claro que o ser humano é o maior responsável por tamanho pecado. Parece que as pessoas levaram muito a sério a letra dos relatos da criação encontrados em Gênesis. Porém esqueceram de ser imagem e semelhança de Deus na terra, e que, como tal, são co-criadores, portanto, são responsáveis pela obra criada e neste sentido não deviam destruir (dominar e subjugar), mas cuidar e preservar⁴⁶.

Essas temáticas não serão desenvolvidas diretamente em nossa pesquisa, por não ser nosso assunto propriamente dito, mas estarão presentes de uma maneira mais implícita, uma vez que tentaremos dar a essa pesquisa um enfoque libertador, pois foi para isso que Jesus, o sumo e eterno sacerdote segundo a ordem de Melquisedec (Hb 5,10), apresentou-se ao Pai, como oferenda. Ele quis libertar as pessoas do mundo de fraqueza, de ilusão e de ignorância em que se encontravam. Sabendo que a realidade social influencia o intérprete, não podemos negar que este trabalho quer ser uma pequena contribuição na busca de uma libertação do ser

⁴⁵ Devemos ter presente que em alguns países como Peru, México e outros, sobretudo da América Central, o número da população indígena chega a ser maior que outras etnias.

⁴⁶ Veja maiores informações sobre esta temática em: REIMER, Haroldo, 2001, pp. 743-762.

humano⁴⁷, sobretudo, de realidades opressoras, que ainda hoje oprimem e alienam muitas pessoas desse continente.

⁴⁷ Para uma maior clareza sobre a ligação existente entre as temáticas libertação e opção pelos pobres os leitores ou leitoras poderão recorrer a GUTIÉRREZ, Gustavo, 1991, pp. 303-321.

2 – ANÁLISE CRÍTICO-HISTÓRICA DO TEXTO: FORMA E CONTEXTO

Neste capítulo nos aproximaremos de Hb 4,14-5,10 por meio de uma análise exegética. Seguiremos alguns passos exegético-metodológicos propostos, sobretudo o histórico-crítico e o estruturalismo. No primeiro momento, apresentamos uma tradução literal própria de Hb 4,14-5,10, onde procuramos eliminar possíveis distorções de interpretação presentes em outras traduções. Em seguida, analisando a crítica textual, não encontramos nenhuma variação significativa. Dando um passo adiante seguem as questões da autoria, do lugar de composição, da datação e das pessoas destinatárias que ainda hoje seguem sem uma resposta convincente ou definitiva. Na crítica literária procuramos nos deter no próprio texto com as seguintes questões: demarcação do texto, análise lingüístico-sintática, características lingüístico-sintáticas, léxico, características e formas gramaticais, conexão entre vocábulos e frases, características estilísticas e uma análise semântica das camadas e fontes que compõem Hb 4,14-5,10.

2.1 – Tradução de Hb 4,14-5,10

¹⁴Tendo, portanto, um grande sumo sacerdote que penetrou os céus, Jesus, o Filho de Deus, conservemos a profissão de fé. ¹⁵Não temos, pois, um sumo

sacerdote que não pôde compadecer-se com as nossas fraquezas, mas foi tentado à nossa semelhança, sem pecado. ¹⁶Aproximemo-nos, portanto, com confiança do trono da graça para que recebamos misericórdia e achemos graça para socorro oportuno.

⁵Pois, todo sumo sacerdote sendo tomado dentre das pessoas é constituído a favor das pessoas nas coisas referentes a Deus, a fim de apresentar oferendas, bem como sacrifícios a favor dos pecados, ²podendo compadecer-se das pessoas ignorantes e das que são iludidas, porque também ele mesmo está cercado de fraqueza. ³E por causa dela deve apresentar (oferendas) pelos pecados tanto do povo como de si mesmo. ⁴Ninguém toma para si mesmo a honra, mas é chamado por Deus, como Aarão! ⁵Deste modo, também Cristo não glorificou a si mesmo para tornar-se um sumo sacerdote, mas aquele que lhe falou: “Tu és meu Filho; eu hoje te gerei”; ⁶segundo fala em outro (lugar): “Tu (és) sacerdote para a eternidade segundo a ordem de Melquisedec”, ⁷o qual nos dias de sua carne tendo apresentado orações e súplicas, com grande clamor e lágrimas, para aquele que pode salvá-lo da morte, e tendo sido ouvido, por causa da piedade, ⁸embora sendo Filho, aprendeu a obediência dessas coisas que padeceu; ⁹e tendo sido aperfeiçoado, tornou-se para todos os que lhe obedecem autor de eterna salvação, ¹⁰tendo sido designado por Deus sumo sacerdote, segundo a ordem de Melquisedec.

2.2 – Crítica textual

A crítica textual é de fundamental importância para o estudo exegético de um texto bíblico, por isso, analisamos a perícopes de Hb 4,14-5,10 da Carta aos Hebreus,

a qual, porém, não apresentou nenhuma variante⁴⁸. Sendo assim, pode-se aceitá-lo como um texto seguro, sem adulterações, encontrando-se no atual cânon bíblico, se não igual, pelo menos muito próximo daquele que seu próprio autor ou autora redigiu.

2.3 – Alguns elementos de introdução a Hb 4,14-5,10

Ao analisar exegeticamente um texto, como o de Hb 4,14-5,10, necessariamente precisamos abordar temáticas como: autoria, lugar de composição, quando foi composto, para quem foi destinado o texto e ainda se ele pertence ou não ao cânon sagrado e se pertencer, onde é o seu lugar. Obedecendo a esses critérios, passar-se-á a discorrer sobre cada elemento em separado.

2.3.1 – Autoria

Ao estudar a Carta aos Hebreus⁴⁹ poder-se-á deparar com várias interrogantes que ainda hoje não foram respondidas. Entre elas estão a questão da autoria, da datação, do lugar de composição da Carta etc. No entanto, é preciso observar que muita coisa sobre esta Carta já foi esclarecida. Primeiro já está claro que a Carta não é Carta, mas sim um discurso homilético, com gênero literário exortativo. Também está claro que a Carta não é de Paulo, conforme figura no

⁴⁸ Seguiu-se aqui o texto grego de: *Novum Testamentum – Graece*. 27 ed. Deutsche Bibelgesellschaft, Stuttgart. 1999.

⁴⁹ Optamos por falar aqui de Carta aos Hebreus e não de nossa perícopes de pesquisa propriamente dita (Hb 4,14-5,10). A razão de nossa opção é que este pequeno trecho da Carta aos Hebreus foi escrito ao mesmo tempo em que todo o restante do texto aos Hebreus, diferenciando-se, portanto, de outros escritos que são compostos em diferentes períodos. Opta-se aqui também por tratar o texto aos hebreus por Carta aos Hebreus, assim como a Igreja costumou chamá-la; pensa-se que esta opção não influencia o teor desta pesquisa.

“corpus paulinum” e na tradição da igreja⁵⁰.

Descarta-se a autoria de Paulo porque a temática e a terminologia usadas em Hebreus diferem muito das demais cartas de Paulo, sobretudo a questão sacerdotal que não é abordada por ele em nenhuma das cartas autênticas.⁵¹

Se os exegetas concordam em dizer que o autor não é Paulo, também concordam em afirmar que é muito provável que o texto tenha surgido em alguma comunidade paulina; neste caso seria um discípulo ou uma discípula de Paulo o seu autor ou autora.

Dizer que o autor ou autora de Hebreus é um discípulo ou uma discípula de Paulo ainda não é suficiente para responder à questão. Sabe-se por meio de vários textos paulinos e de Atos que Paulo era auxiliado por muitas pessoas⁵². Dessa forma, resta saber qual delas escreveu a Carta aos Hebreus.

Na tentativa de solucionar o assunto da autoria de Hebreus, mesmo não sendo possível dizer acertadamente quem é, de fato, o autor ou autora da Carta, há exegeta que chega a elencar até dez possíveis nomes que poderiam ter escrito a Carta. Estes nomes vêm por ordem seqüente de possibilidade: “Lucas, Clemente Romano, Barnabé, Estêvão, Filipe, Judas, Silas ou Silvano, Priscila, Aristião e Apolo”⁵³.

⁵⁰ VANHOYE, Albert, 1983, p. 9; MACRAE, George W., 1992, p. 305; PARRA SÁNCHEZ, Tomás, 1996, p. 31; KONINGS, Johan, 1995, p. 7; DUSSAUT, L., 1988, p. 356/7; KÜMMEL, Werner G., 1982, p. 527; FABRIS, Rinaldo, 1992, p. 353; MACRAE George W., 1999, p. 305; BALLARINI Pe. Teodorico, 1969, p. 225.

⁵¹ VANHOYE, Albert, 1983, p. 8; KONINGS, Johan, 1995, p. 7, dizem que a Carta não é de Paulo, “mas a insistência na fé e na graça, na superação da antiga Aliança e de suas instituições” são temáticas tratadas por Paulo, o que dá à Carta uma tonalidade paulina; FABRIS, Rinaldo, 1992, p. 358, elenca uma série de diferenças entre os escritos autênticos de Paulo e Hebreus, logo a seguir ele dá alguns elementos que caracterizam uma certa proximidade entre o apóstolo e Hebreus; MACRAE, George W., 1999, p. 305, admite que “já para os primeiros cristãos era óbvio pelo estilo, pelo vocabulário e pela teologia que o sermão não era de Paulo”.

⁵² FABRIS, Rinaldo, 1992, 353; HARNACK, A., apud BRUCE F. F., 1987, p. 40; e também HARNACK, A., apud REIMER, Ivoni Richter, 1995, Women, p. 221, levantam a possibilidade de ser Priscila a autora do texto aos Hebreus.

⁵³ FABRIS, Rinaldo, 1992, p. 353.

Apesar das evidentes dificuldades, tendemos a admitir que é de Barnabé a autoria de Hebreus. Ele teria escrito a Carta logo após sua separação de Paulo, narrada em At 15,39 (no ano 49 dC.). Em At 4,36 tem-se a informação que Barnabé era levita originário de Chipre, e em At 9,27 que ele vivia em Jerusalém, porque quando Paulo chegou de Damasco e queria aproximar-se dos discípulos, foi Barnabé quem fez a aproximação deles. Daí em diante, passou a trabalhar com Paulo anunciando a Boa-Notícia até o rompimento provisório entre eles (At 15,39)⁵⁴.

Dessa forma, por um curto período, Barnabé desenvolveu a evangelização independentemente de Paulo. A teologia sacerdotal desenvolvida por ele em Hebreus advém de sua pertença levítica e de seu conhecimento do templo, como levita.

Lucas não deu a mesma importância à reconciliação de Paulo e Barnabé como o fez em relação à separação deles. É certo que houve a reconciliação, porque entre 54-57 dC., quando Paulo escreve a primeira Carta aos Coríntios, ele cita Barnabé em 9,6 dando a entender que eles já haviam se reconciliado, e também Marcos, que foi o companheiro de Barnabé durante a separação, doravante seguirá Paulo até o primeiro cativeiro em Roma.

Embora nos pareça bem evidente que Barnabé possa ser o autor de Hebreus, preferimos deixar a questão da autoria em aberto, neste momento, até para fazer jus ao relacionamento de gênero, uma vez que também existe a possibilidade de ser Priscila (Priscila) a autora. Por essa razão é que procuramos tratar sempre de autor ou autora. Se for possível, voltaremos à questão da autoria em uma outra pesquisa,

⁵⁴ Barnabé junta-se com João Marcos e vai para Chipre. Paulo toma consigo Silas e começa a terceira viagem missionária do apóstolo. Esta separação não durou muito tempo, porque em 54-57 dC. quando Paulo escreveu a primeira Carta aos Coríntios, Barnabé já estava com ele: 1Cor 9, 6. Também em Cl 4,10 (dêutero-paulina) Marcos está com Paulo e vai permanecer com ele no primeiro cativeiro de Roma. Ademais em Fm 24 tem-se a confirmação que Marcos estava com Paulo porque ele envia saudações a Filemon.

um pouco mais tarde. Para o momento ficamos satisfeitos em não fechar a questão, mas simplesmente afirmarmos que a Carta aos Hebreus foi escrita por uma pessoa cristã que pertencia a uma comunidade fundada pela “corrente” paulina, isto é, ou pelo próprio Paulo ou por alguma daquelas pessoas que colaboravam com ele⁵⁵.

2.3.2 – Lugar de composição

Conforme se pode deduzir, ainda hoje, é impossível afirmar com precisão de onde partiu a Carta aos Hebreus. Seguindo aquela lista de dez nomes, supra citada, ter-se-ia pelo menos dez localidades diferentes. Porém é preciso acrescentar que Lucas, Barnabé, Priscila, Silas e Apolo eram discípulos itinerantes, isto é, viajavam constantemente, a fim de levar avante a evangelização. A idéia de itinerância vem corroborar a possibilidade de qualquer localidade. A imprecisão justifica-se exatamente no caráter de viajantes dos possíveis autores ou autora, que poderiam ter escrito e enviado a Carta a partir de qualquer lugar durante suas viagens.

Quando Priscila e Áquila foram expulsos de Roma, migraram para Corinto (At 18,1-3) e provavelmente outros judeu-cristãos vieram com eles. O retorno do casal a Roma não está narrado em nenhum texto sagrado, porém em 57-58 dC., quando Paulo escreveu a Carta aos Romanos, o casal já tinha voltado para a sede do Império. Isso se deduz de Rm 16,3, onde Paulo faz uma saudação especial aos dois, e em Rm 16,5 acrescenta uma saudação à igreja que se reúne na casa deles em Roma.

⁵⁵ MACRAE George W., 1992, p. 305, diz que o autor é anônimo; KONINGS, Johan, 1995, p. 7, admite que o texto não é de Paulo, mas afirma ter algo dele; DUSSAUT, L., 1988, pp. 356-357, afirma que ainda não é possível assegurar quem foi o escritor; FABRIS, Rinaldo, 1992, p. 353, fala de pelo menos dez nomes possíveis, e acrescenta juntamente com Kümmel que é um cristão da segunda geração; KÜMMEL, Werner G., 1982, p. 527; CAMBIER, J, 1968, p. 150, simplesmente afirmam não ser de Paulo.

Possivelmente muitos daqueles judeu-cristãos não voltaram mais para Roma. São provavelmente esses os italianos residentes em Corinto que não voltaram com Priscila e Áquila que enviam saudações no bilhete (Hb 13,9. 22-25) que acompanhou a Carta aos Hebreus. A saudação vale de maneira especial para o casal, mas também para toda a igreja que se reúne na casa deles (veja Rm 16,5)⁵⁶.

Já aludimos que Barnabé pode ter composto a Carta aos Hebreus. Porém assegurar de onde ele a escreveu, ainda não é possível. Quando ele rompeu com Paulo, ele foi para a Ilha de Chipre, sua terra natal. Se trabalharmos com a idéia que ele fez uma avaliação de suas atividades missionárias, poder-se-ia concluir que o resultado dessa avaliação foi a Carta aos Hebreus. Por outro lado, Barnabé reaparece junto com Paulo em Éfeso, entre 54-57 dC., quando Paulo escreveu a primeira Carta aos Coríntios. Seguindo o roteiro da terceira viagem missionária, logo eles chegarão a Corinto. Nesta cidade, Barnabé recebeu informações, por meio da comunidade italiana que aí vivia, sobre a igreja doméstica, da casa de Priscila e decidiu escrever-lhe a Carta.

Logo que chegaram a Jerusalém, Paulo foi preso no templo (At 21,27-28). Depois de alguns dias foi conduzido a Cesaréia, onde ficou cativo por dois anos. Dessa cidade, Paulo escreveu a Carta aos Filipenses nos finais de 57 ou início de 58 dC.

De Corinto, Paulo também enviou a Carta aos Romanos (entre os anos de 56-58 dC.). Agora estão voltando a Jerusalém. Lucas fala sobre os companheiros de Paulo que vão por terra, passando pela Macedônia (At 20,3-4). Em contrapartida, ele não diz quais foram os seus companheiros que partiram por mar, depois de ficar ainda alguns dias em Filipos, esperando passar a data dos pães ázimos (At 20,6).

⁵⁶ PILCH, John J., 1999, p. 177, a Carta aos Romanos foi escrita por Paulo, a partir da cidade de Corinto, nos anos 56-58 dC.

Não é difícil concluir que pelo menos João Marcos e Barnabé estavam com Lucas, porque quando Paulo vai cativo a Roma, João Marcos é um dos que vão com ele para servi-lo. Ademais eles faziam parte da equipe da terceira viagem missionária.

Em todo o texto da Carta aos Hebreus só existe uma referência explicitamente à localidade. Em Hb 13,24 temos a passagem: “os da Itália vos saúdam”. Este lembrete é um indicativo de que o autor ou autora teve contatos com alguém da Itália, porém este versículo faz parte de um bilhete que seguiu anexo ao texto original, e posteriormente foi incorporado ao corpo da Carta⁵⁷.

Hb 13,13 traz uma informação sobre a libertação de Timóteo. Esta informação é única em todo o Novo Testamento, não aparecendo em nenhum outro lugar dos escritos paulinos.

*A idéia de Timóteo ter sido posto em liberdade não indica necessariamente, 'solto da prisão', mas pode indicar que ele fora liberado de certas circunstâncias entravadoras. Contudo, os trechos de Lc 22,68; 23,16-25; At 3,13; 4, 21 usam essa fórmula para indicar a soltura da prisão; e é bem provável que seja o que está aqui em pauta.*⁵⁸

Conforme a citação, a libertação pode ter sido de tarefas ou serviços que Timóteo realizava na comunidade. No entanto, preferimos optar pela idéia de cárcere, uma vez que muitos cristãos foram presos, sobretudo em Roma⁵⁹.

O bilhete (Hb 13,9.22.25) que acompanhou o texto original pode ser chave de interpretação para a datação da Carta aos Hebreus. Primeiro, porque ele pode ter sido escrito por Paulo, por estar muito próximo da linguagem e da formulação de uma saudação final tipicamente de cartas dêutero-paulinas (Cl. 4,18; Tt 3,15). Se

⁵⁷ FABRIS, Rinaldo, 1992, p. 354; DUSSAUT, L., 1988, p. 353; CAMBIER, J., 1968, p. 151, todos são unânimes em afirmar que não é possível precisar o lugar de composição a partir desse bilhete.

⁵⁸ CHAMPLIN, Russell N., 1995, p. 669.

⁵⁹ RICHARD, Pablo, 1998, p. 146.

aceitarmos este bilhete anexo como um texto autenticamente paulino⁶⁰, então, a questão da datação fica praticamente limitada ao final da década de 50, provavelmente 58-59 dC. E neste caso ela foi enviada de Cesaréia para Roma, isto é, para a igreja da casa de Priscila. Essa datação nos parece muito precoce, e ademais, é de difícil aceitação que Paulo tenha escrito a saudação final dessa homilia, tornando-a assim uma espécie de carta.

Se a posição acerca de Cesarea estiver certa, então a prisão e libertação de Timóteo podem ser situadas em Filipos por ocasião de sua visita, uma vez que Paulo o enviou desde seu cativo em Cesaréia. Fl 2,19-23 fala de uma dificuldade que Paulo está passando, por essa razão ainda não pode mandar Timóteo, mas promete mandá-lo assim que puder. Decide mandar Epafrodito neste momento (Fl 2,25).

A conclusão dessa linha de pesquisa é que Paulo esperava ser libertado o mais rápido possível para ir a Roma. Ele não contava com a prisão de Timóteo em Filipos, pois esperava que fosse uma breve visita e que logo retornasse, para juntos irem a Roma. Como tudo acontece de outra maneira, Paulo aproveitou o envio da Carta de Barnabé à igreja da casa de Priscila para informar que Timóteo foi libertado e que se ele chegasse logo poderiam ir juntos para Roma: “Sabei que o nosso irmão Timóteo foi libertado. Se vier logo, irei ver-vos juntamente com ele” (Hb 13,24). Como já afirmamos no item sobre a autoria de Hebreus, preferimos concluir com os pesquisadores que asseguram não ser de Paulo a autoria de nosso texto, inclusive admitimos a possibilidade de ser Priscila a autora.

⁶⁰ Veja VANHOYE, Albert, 1983, p. 8, onde ele fala que esse bilhete pode ser autêntico de Paulo.

2.3.3 – Datação

Conforme os estudiosos de Hebreus, há pelo menos duas datas mais prováveis de sua composição⁶¹. A primeira é colocada no período paulino, por volta da década de 60 dC. As razões são: há certas afinidades temáticas e estilísticas entre Hebreus e as cartas autênticas⁶² e dêutero-paulinas Efésios e Colossenses. Isto indicaria uma data no máximo para o ano 67 dC. Outro fator importante é a destruição do Templo de Jerusalém. Como a temática da Carta aos Hebreus é sacerdotal, o autor ou autora não poderia deixar de mencionar a destruição do templo como superação das velhas formas sacerdotais levíticas, que ele ou ela diz serem superadas (Hb 8,7-8.13). A segunda data é indicada para bem mais tarde: 80 - 90 dC. Esta possibilidade não pode ultrapassar a 95-96 dC., porque nestes anos Clemente de Roma escreveu sua primeira Carta aos Coríntios e nela, faz referência à Carta aos Hebreus. Neste caso, Jerusalém e o Templo já tinham sido destruídos, e mesmo assim o autor ou autora de Hebreus não faz referência a este fato histórico. Uma razão para isso poderia ser que a teologia usada por ele ou ela é bíblica e neste caso, dispensaria referências temporais. Dessa forma, a vida de Jesus teria sido para cumprir as predições proféticas, o que o autor ou autora de Hebreus

⁶¹ KONINGS, Johan, 1995, p. 8, admite que o texto é bastante antigo, mas sem precisar a data; CHAMPLIN, Russell N., 1995, p. 467, afirma que o texto parece ter sido escrito antes do ano 70 dC.; DUSSAUT, L., 1988, p. 355, assegura que ainda não é possível assegurar quando o texto foi escrito; FABRIS, Rinaldo, 1992, p. 354, data o texto do período do imperador Domiciano (81-96 dC.); CAMBIER, J., 1968, p. 150, coloca uma datação bastante ampla 67-90 dC.; MACRAE, George W., 1999, p. 306, diz que parece ter sido escrito no final do I século cristão.

⁶² VANHOYE, Albert, 1983, p. 8, traça um paralelo entre Hebreus e os textos autênticos de Paulo: “Lei: Hb 7,12.16.18-19.28 – Gl 2,16-21; 3,19-25; a obediência redentora de Cristo: Hb 5, 8-10; 10, 9-10 – Rm 5,19; Fl 2,8; o modo de expressar a glória divina de Cristo: Hb 2,8 – 1Cor 15,27 e Hb 10,13 – 1Cor 15, 25”; KONINGS, Johan, 1995, p. 7, diz que a Carta não é de Paulo, “mas a insistência na fé e na graça, na superação da antiga Aliança e de suas instituições” são temáticas tratadas por Paulo (Romanos e Gálatas respectivamente), o que da à Carta uma tonalidade paulina; FABRIS, Rinaldo, 1992, p. 358, elenca alguns elementos que caracterizam uma certa proximidade entre o Apóstolo e Hebreus: “Lei, a morte redentora de Cristo e da sua glorificação e mais 65 termos usados somente por Paulo e Hebreus”.

trabalha muito bem, fundamentando a encarnação e a vida de Jesus, como um evento escatológico.

Alguns bíblistas preferem a datação mais tardia. Dessa forma, “Hebreus foi escrita entre os anos 70 e 95 dC., pois supõe-se a destruição de Jerusalém no ano 70 dC.”⁶³. Essa é uma posição que não tem unanimidade entre os estudiosos de Hebreus, pois alguns preferem datá-la antes do ano 80 dC.⁶⁴, a razão é a mesma de quem prefere a datação mais anterior, porém com leituras diferentes do mesmo acontecimento. O Templo estava ou não destruído quando a Carta foi escrita? Os que preferem datá-la antes da destruição do Templo de Jerusalém, no ano 70 dC., fixam a década de 60 dC. (64-67 dC.). Todos, porém são unânimes em assegurar uma data antes de 95 dC., porque, quando Clemente Romano escreveu sua primeira Carta aos Coríntios, ele citou Hebreus em várias passagens. Isso comprova sua datação para antes dos anos 90 dC., bem como o uso que se fazia de Hebreus na comunidade de Roma.

Qualquer uma das duas datas possíveis poderá ser seguida ou aceita; nenhuma delas influencia negativamente no resultado final de um estudo da Carta aos Hebreus.

2.3.4 – As pessoas destinatárias

Como não podemos saber com segurança outras informações a respeito da Carta aos Hebreus, como por exemplo o seu autor ou autora, o lugar em que ela foi escrita e também em que data foi realmente escrita, fica muito difícil afirmar com

⁶³ RICHARD, Pablo, 1998. p. 147.

⁶⁴ BRUCE, F.F., 1987, p. 43, prefere datá-la para o início da década de 60 dC., a Carta; CHAMPLIN, Russell N., 1995, p. 467, posiciona-se a favor de ter sido escrita antes do ano 70 dC.; KONINGS, Johan, 1995, p. 8, apesar de não precisar a data afirma ser um texto bem antigo.

precisão a quem ela foi destinada. Na opinião de alguns estudiosos, o autor ou autora de Hebreus não estava em Jerusalém, e tampouco teria mandado para lá o seu texto⁶⁵. A Carta tem um caráter universal, porque é destinada aos hebreus, embora essa seja já uma interpretação, pois nela mesma não há nenhuma passagem que justifique essa afirmação. Não se sabe ao certo a qual comunidade estavam vinculadas as pessoas destinatárias, daí a universalidade da Epístola, a todos os “hebreus” com o objetivo de permanecerem firmes na profissão de fé e na esperança.

Hb 13,24 traz uma referência à Itália: “os da Itália vos saúdam”, precedida da recomendação de saudar a todos os dirigentes e os santos: “saudai todos os vossos dirigentes e todos os santos”.

Poder-se-ia argumentar, tendo em vista a Carta, que esta referência à localidade (Itália) não tem valor, por pertencer a um bilhete que acompanhou a escrita original⁶⁶. Além do mais, poder-se-á dizer que os “italianos” estariam em qualquer lugar, uma vez que a referência diz respeito à naturalidade, os da Itália, de cidadania italiana, não afirmando, portanto, que esses “italianos” estivessem na Itália no momento em que o texto foi escrito ou quando ele estava sendo enviado.

Preferimos atribuir um valor significativo muito maior a esse bilhete. Não pretendemos partir dele para justificar o lugar de origem de Hebreus, mas somente para dizer que nesta região, Itália, a comunidade tinha conhecimento da Carta, não

⁶⁵ Os argumentos são vários: pelo fato do autor ou da autora ter usado o texto grego da LXX ao citar o Antigo Testamento pode ser uma razão que indique algum lugar fora de Jerusalém, talvez fizesse parte da diáspora; a proximidade de Hebreus com textos de Filon reforça a tese de que a Carta tenha sido escrita em Alexandria ou em Roma dado a proximidade de Hebreus com a primeira de Clemente Romano. CAMBIER, J., 1968, p. 152; BALLARINI, Pe. Teodorico, 1969, p. 231; KÜMMEL Werner G., 1982, p. 528; CHAMPLIN, Russell N., 1995, p. 468.

⁶⁶ Sobre a localidade em que foi escrito Hb 4,14-5,10 basicamente todos os estudiosos da Epístola são unânimes em afirmar que ainda não é possível provar com segurança de onde veio o texto aos Hebreus. Veja: VANHOYE, Albert, 1983, p. 8; FABRIS, Reinaldo, 1995, p. 353, KÜMMEL Werner G., 1982, p. 528.

importando, portanto, se ela foi escrita aí na Itália ou se os “italianos” a receberam de um outro local. O mais importante é perceber que, se a Carta não foi escrita em Roma, também outras pessoas dessa comunidade tiveram conhecimento de sua existência. Mais do que isto pode supor que a comunidade de Roma a recebeu de alguma comunidade “irmã”. Se pensarmos que a Carta aos Hebreus foi escrita em Roma, o bilhete que a acompanhou deve ter sido escrito por alguém que pertencia à comunidade e sabia para qual comunidade o texto estava sendo enviado, então simplesmente o emissário aproveitou para levar também sua saudação aos irmãos e às irmãs na fé. Essa hipótese não diminui em nada o teor e a validade da Carta.

É importante saber que a Carta estava sendo usada no contexto do Império Romano, com boa probabilidade na comunidade de Roma. Uma justificativa para esta afirmação pode ser a expulsão dos judeu-cristãos de Roma, realizada pelo imperador Cláudio no ano 49 dC. Nessa época, a Carta seguramente ainda não tinha sido escrita, porém o que conta é o episódio da diáspora. Muitos judeu-cristãos que viviam em Roma não retornaram mais para lá, quando, mais tarde, a situação tornou-se mais calma.

Em At 18,2-3 encontra-se a afirmação do edito do imperador Cláudio, quando Priscila e Áquila chegaram a Corinto e encontraram Paulo. Não é difícil imaginar que os Judeu-cristãos expulsos de Roma construíram comunidades em outras cidades, mantendo-se em contato com outros judeus que retornaram para Roma. Sabe-se que o edito do Imperador Cláudio não durou muito tempo, uma vez que no primeiro século já havia uma colônia de judeus em Roma, com cerca de quarenta mil pessoas: “no século I havia em Roma uma colônia com mais de 40.000 judeus que gozam de vários privilégios: podiam reunir-se, coletar dinheiro para o templo, não

prestavam serviço militar e tinham seus próprios tribunais”⁶⁷.

Corroborando essa posição da Carta ter sido enviada para Roma, há posição mais ousada e assegura que ela foi escrita para os “hebreus” de Roma: “a Carta aos Hebreus dirigida à comunidade de Roma (...) Hebreus quer que a comunidade de Roma abandone toda forma de adesão ao judaísmo e procura impedir uma judaização levítica do culto e da teologia da comunidade cristã”⁶⁸.

A tradição da Igreja seguiu a idéia de que a Carta foi enviada aos Hebreus. Pensamos que esta destinação é muito genérica, porque, no momento do envio do texto, onde estariam tais Hebreus? E, depois, o bilhete anexado ao final da Carta, traz uma recomendação que ela deve ser lida em comunidade: “irmãos, eu vos peço que suporteis esta palavra de exortação. Aliás, eu vos envio apenas algumas palavras” (Hb 13,22).

Esta recomendação caracteriza o envio do texto como as cartas de Paulo. Não é comum no judaísmo o envio de textos com essa natureza⁶⁹. Aqui se tem um jeito típico de lideranças cristãs enviarem suas Cartas às comunidades cristãs geralmente fundadas por elas. Dessa forma, a Carta aos Hebreus foi enviada a pessoas cristãs de alguma comunidade e não aos “hebreus” em geral, como a tradição interpretou ao longo da história.

Por outro lado, toda a temática da Carta está a favor de um envio aos “hebreus”, uma vez que trata da questão sacerdotal de Jesus Cristo. Para os judeus, a questão sacerdotal era hereditária por eleição divina (Nm 3,5-10). Se o autor ou autora pretendia mostrar que com Jesus aconteceu uma ruptura no modo de

⁶⁷ RICHARD, Pablo, 1998, p. 143. Aqui é preciso ter em mente que a coleta para o Templo só pode ter durado até o ano 70 dC., quando este foi destruído, e ademais nem todos os judeus foram expulsos de Roma, mas somente os judeu-cristãos.

⁶⁸ RICHARD, Pablo, 1998, p. 147.

⁶⁹ Os textos do Antigo Testamento não eram enviados a comunidades judaicas como passou a ser feito com os neotestamentários, sobretudo com Paulo. Assim, Hebreus faz parte da tradição cristã e como tal deve ter sido enviada a alguma comunidade também cristã, mesmo que de origem judaica.

entender o sacerdócio, então os primeiros a recebê-la, de fato, deveriam ser os “hebreus”, no sentido judaico-cristão (At 18,1-3).

Ademais, quem fez a primeira referência à Carta aos Hebreus foi Clemente de Roma⁷⁰, portanto, um dos pais da Igreja, subsequente ao período apostólico. Se seguirmos estas indicações, só podemos concluir que a Carta aos Hebreus foi escrita por uma pessoa cristã, um discípulo ou uma discípula de Paulo e enviada a alguma das comunidades judaico-cristãs. Finalmente, a questão do envio aos hebreus poderia ser entendida como se os primeiros cristãos fossem judeus conversos.

As pessoas destinatárias da Carta podem ser um grupo de judeu-cristãos, que como o autor ou autora, eram helenistas que conheciam bem a versão grega do Antigo Testamento (LXX) e provavelmente não conheceram o Jesus histórico, mas somente o Cristo, por meio de outras pessoas cristãs que conheceram Jesus em pessoa.

Os destinatários parece haver sido, portanto, um grupo de judeu-cristãos que nunca haviam visto nem ouvido Jêsus em pessoa, porém que haviam aprendido sobre ele (como também o fez o autor da epístola) de alguns que o haviam escutado pessoalmente.⁷¹

Conforme já foi dito acima, existe opinião que a Carta foi escrita depois da destruição do Templo de Jerusalém, no ano 70 dC. Por isso, “a comunidade judeu-cristã de Roma, por sua dependência original da comunidade de Jerusalém, viveu de forma muito direta a destruição e o fim de toda a tradição ritual e cultural de

⁷⁰ Em 1Cl 36 há uma proximidade muito grande com Hb 1, 3. 5. 7. 13; 2, 17; 3,1; 4,14. Pode-se constatar vários outros correlatos entre 1Cl e Hb.

⁷¹ BRUCE. F.F., 1987, p. 31. A tradução da nota é nossa.

Jerusalém”.⁷² Dessa forma, ela foi escrita para animar a comunidade cristã em Roma a não se deixar abater pelo acontecimento, mas ter vida própria e independente, não procurando o caminho da judaização e nem a liturgia davídica em seu culto.

Logo após a destruição de Jerusalém e do templo, no ano 70 dC., foram cunhadas moedas em Roma, ressaltando o episódio: “Judea capta”.⁷³ Além do mais, o império providenciou a cobrança de mais um imposto sobre os judeus, isto é, o tributo antes recolhido entre os judeus para a manutenção do templo agora passou a ser cobrado para Roma. A comunidade cristã de Roma deve ter se sentido duplamente humilhada, primeiro porque teve sua cidade e seu templo destruídos e, segundo, porque teve que pagar o tributo que antes servia para manter o templo e que, agora, passou para a manutenção de Roma.

Embora tenhamos assinalado a possibilidade de Barnabé ter escrito a Carta na Ilha de Chipre ou de Cesaréia e a destinado à comunidade (igreja) que se reunia na casa de Priscila, em Roma (datação muito precoce), reconhecemos que a necessidade da composição se deu um pouco mais tarde. Concluindo a questão das pessoas destinatárias do texto, podemos descrevê-la em dois níveis: a) foi dirigida a comunidades judaico-cristãs; b) o local onde residiam esses cristãos não é evidente.

2.3.5 – Lugar da Carta aos Hebreus no Cânon Bíblico

A Carta aos Hebreus figura, hoje, no cânon bíblico como o último dos escritos do *corpus paulinum*. O fato dela não ser autêntica de Paulo não impediu que entrasse para o rol dos escritos canonizados mesmo que enfrentasse algumas

⁷² RICHARD. Pablo, 1998, p. 148.

⁷³ RICHARD. Pablo, 1998, p. 148.

dificuldades, acabou sendo aceita e tida, pela tradição da Igreja, como Carta de São Paulo Apóstolo aos Hebreus.

No Oriente, Hebreus não teve grandes resistências para ser aceita no cânon sagrado. Pela primeira vez, ela foi incorporada no *corpus paulinum*, por um autor do século II, em Alexandria, no Egito.⁷⁴ No Ocidente, a dificuldade foi um pouco maior. A primeira notícia é dada por Clemente Romano, por meio de sua primeira Carta aos Coríntios, no ano 95 dC. Mas o fato de Clemente Romano tê-la usado não bastou para torná-la canônica. Ela só alcançou este status quando, “Finalmente, a posição Alexandrina sobre a canonicidade e a apostolicidade triunfou no Ocidente, e já vimos que a epístola foi incluída no Cânon pelo Sínodo de Hippo (393) e pelos Sínodos de Cartago terceiro (397) e Cartago sexto (419)”.⁷⁵

Se naquele momento da canonização dos textos bíblicos, a Carta aos Hebreus já enfrentava existência, hoje não é diferente. Os estudos evoluíram e foi possível perceber que o texto não é carta, não é de Paulo e não foi enviada aos hebreus, conforme já foi demonstrado acima. A contribuição dos estudiosos sempre é muito válida, porém, como o texto foi canonizado como Carta de São Paulo aos Hebreus, optar-se-á neste trabalho por seguir a tradição da Igreja. Esta opção não será equivocada, porque tem-se a consciência dos passos dados na exegese.

2.4 – Crítica literária

A crítica literária é um método de estudo que veio corroborar sobretudo no progresso da exegese dos textos sagrados. Sua principal virtude é a análise

⁷⁴ BRUCE, F. F., 1987, p. 45, nesta passagem Bruce diz que a Carta aos Hebreus aparece como a segunda dentre as cartas paulinas imediatamente após a Carta aos Romanos.

⁷⁵ BRUCE, F. F., 1987, p. 47. A tradução da nota é nossa.

realizada com os próprios textos objetos de estudos. A análise de cada elemento que compõe o todo proporciona muitos avanços na exegese, pois, com este método é possível saber se um texto é mesmo autêntico ou não. É possível saber também o gênero literário, a semântica, a delimitação, as estruturas internas, as fontes ou camadas com as quais o texto é composto.

2.4.1 – Gênero literário

Está claro e aceito para alguns exegetas que o texto aos Hebreus não é uma carta como as de Paulo ou as católicas. Para eles, esse texto é um discurso homilético exortativo, que foi enviado para uma comunidade judaico-cristã e, uma vez conservado, mais tarde entrou para o cânon como texto sagrado⁷⁶. A Carta passou a ser classificada como discurso, porque difere da grande maioria das cartas paulinas e também por causa de seu gênero literário.

Seu gênero é discursivo com forte ênfase na exortação. Podemos perceber esta ênfase em passagens como: “Tendo, portanto, um grande sumo sacerdote... conservemos a profissão de fé” (Hb 4,14).

2.4.2 – Delimitação, composição e estrutura interna do texto

Para delimitação do assunto de pesquisa, foi escolhida a perícopes de Hb 4,14-5,10, porque nela centra-se de melhor forma o conteúdo sacerdotal de Jesus

⁷⁶ VANHOYE A, 1983, p. 17, quando trata a questão do gênero literário afirma que o texto é um ‘sermão sacerdotal’; KÜMMEL Werner G., 1982, p. 523, fala de sermão. Outros autores seguem a tradição nomeando-a de Carta de São Paulo aos Hebreus, mas quando fazem sua análise dizem não ser uma carta, mas sim um discurso ou sermão homilético. A favor dessa opinião estão: BALLARINI Pe. Teodorico, 1969, p. 214; KONINGS J., 1995, p. 7; MACRAE George W., 1999, p. 305.

Cristo, objeto dessa pesquisa. A escolha foi feita a partir do Novum Testamentum grego. Ao iniciar a crítica literária, percebeu-se que entre várias edições tidas à mão, algumas delas apresentam este texto com uma delimitação distinta das outras.

- ◆ Três edições apresentam o texto inteiro, compondo uma perícopie completa, a saber: a Bíblia de Jerusalém, o Novum Testamentum (em grego) e a The Holy Bible;
- ◆ A Edição Pastoral faz uma separação no versículo 14 do capítulo 4, apresentando-o imediatamente ligado ao texto anterior, como uma forma de conclusão daquela parte. Aqui, é importante ressaltar que esta edição omitiu a conjunção *portanto (ún)*, apresentada no texto grego, acima citado;
- ◆ A Bíblia Sagrada (tradução Almeida) apresenta o texto como o início de um longo trecho que inicia em Hb 4,14 e vai até Hb 6,2. Portanto, aquele texto (Hb 4,14-5,10) é somente o início dessa longa perícopie que engloba mais de dois capítulos inteiros;
- ◆ La Biblia - El Libro del Pueblo de Dios - Fundación Palabra de Vida, apresenta o texto recortado em três textos próprios: Hb 4,14-16; 5,1-4; 5,5-10;
- ◆ A TEB (Novo Testamento da Loyola) e a edição o Novo Testamento da Salesiana Dom Bosco trazem o texto com uma divisão particular, dividindo-o em duas partes: Hb 4,14-16; 5,1-10.

Poderíamos seguir as conjunções apresentadas nesta perícopie para caracterizá-la como um corpo único ou dividi-lo segundo as sugestões apresentadas pelas distintas edições supra citadas.

Logo em Hb 4,14 tem-se uma conjunção que indica uma conclusão. “*Tendo, portanto (ún)...*” Esta conjunção pode ser um fator de ligação com a parte imediatamente anterior, porque vem sendo exposto o assunto e segue-se a

conclusão: “*Tendo portanto (ún)...*”. Assim, parece ser o que foi seguido pela Edição Pastoral, embora ela não apresente esta conjunção encontrada na versão grega. Essa edição omite a mesma e liga o versículo com o texto anterior, o que nos parece um equívoco.

A edição argentina apresenta o texto subdividido em três blocos coesos e concisos, porém comete o mesmo equívoco de outras edições por separar um texto que tem uma unidade geral. O que essa edição faz é não respeitar o primeiro passo da crítica literária: a delimitação do texto, passando-se assim, diretamente para o passo seguinte que é a estrutura interna do texto. Aquela unidade maior pode perfeitamente ser dividida nestas três partes, como estrutura interna, mas não pode ser dividida e formar unidades individuais, como tal edição apresenta.

As versões TEB e Salesiana, segundo nossa análise, também não foram felizes ao dividir a unidade. Elas apresentam o texto cortado em duas partes: Hb 4,14-16 e Hb 5,1-10. Ora, os três versículos finais do capítulo 4 formam uma unidade temática com os dez primeiros versículos do capítulo 5. Por essa mesma razão, não devem ser apresentados à parte, pois o autor ou autora continua falando do mesmo tema, isto é, do sacerdócio.

Por sua particularidade, a edição de Almeida apresenta este texto Hb 4,14-5,10 como parte inicial de uma unidade maior que vai até Hb 6,2. Ao nosso ver, o tradutor/editor não levou em conta todos os passos da crítica literária, pois esta longa unidade Hb 4,14-6,2 está muito mal demarcada, haja vista que, em Hb 5,11, o autor ou autora da Carta aos Hebreus muda a temática do texto, deixando de falar sobre o sacerdócio e passando a falar sobre a “maturidade” de fé das pessoas destinatárias da Carta.

Finalmente chegamos às edições que apresentam o texto Hb 4,14-5,10 formando uma unidade: a Bíblia de Jerusalém, o Novum Testamentum (grego) e a The Holy Bible. Esta delimitação está bem fundamentada. Primeiro porque em Hb 4,13 fecha a temática que vinha sendo exposta em torno da Palavra de Deus. Em Hb 4,14 passa-se a falar de sacerdócio, mudando, portanto, o assunto discorrido. Todo este trecho Hb 4,14-5,10 fala da temática sacerdotal, terminando em Hb 5,10, uma vez que Hb 5,11 aborda outro assunto, como já o dissemos acima. Em segundo lugar, a temática sacerdotal ainda não tinha aparecido no texto de Hebreus. O autor ou autora estava tratando de situar o leitor e a leitora dentro de um contexto, para depois dizer que é por meio de Cristo, sumo sacerdote, que tudo aquilo que foi dito antes tem sua confirmação. Logo, essa perícopé é iniciada pela conjunção “*portanto*” (*ún*) em Hb 4,14 e concluído com outra conjunção conclusiva “*deste modo*” (*hútos*) em Hb 5,5, seguida de uma longa e fundamentada argumentação que vai até Hb 5,10, chamando a atenção para o fato de que o título de sumo sacerdote, introduzido em Hb 4,14, foi atribuído por Deus em Hb 5,10. Dessa forma, fecha a temática dessa unidade.

Podemos concluir, dizendo que o nosso texto ficou delimitado de acordo com a proposta das edições a Bíblia de Jerusalém, o Novum Testamentum (grego) e a The Holy Bible, sobretudo porque estas edições levaram em conta os critérios de demarcação de um texto.

Realizamos uma subdivisão da perícopé de Hb 4,14-5,10, que compreende três partes:

Em Hb 4,14-16, o autor ou autora abre a temática sacerdotal que vinha sendo introduzida desde o início da Carta. Primeiro era preciso fundamentar bem sobre a

pessoa de Jesus, e só depois, poder-se-ia dizer qual a sua “função religiosa”, isto é, sumo sacerdote.

Na segunda parte em Hb 5,1-4, o autor ou autora fundamenta a instituição do sacerdócio, como chamamento divino, isto é, Deus é que toma uma pessoa do meio do povo e a constitui sacerdote em favor do próprio povo em suas relações com Deus. O autor ou autora ainda acrescenta que ninguém atribui a si mesmo esta função se não for chamado por Deus.

Por último, na parte final em Hb 5,5-10 tem-se um longo discurso fechando o bloco. Nesse trecho, o autor ou autora fundamenta o sacerdócio de Cristo a partir do sacerdócio de Melquisedec, e também a partir de textos como Sl 2,7 e Sl 110,4. É importante ressaltar que na conclusão das três partes aparece basicamente a mesma idéia: a) Jesus está no trono da graça que Deus constituiu; b) ninguém pode atribuir a si mesmo tal honra, mas é Deus quem chama e c) Jesus recebeu de Deus o título de sumo sacerdote e como tal está naquele trono da graça, referido na primeira conclusão (Hb 4,14-16).

É importante destacar que cada parte menor também está interligada entre si, formando esta perícopos maior, embora, nesta subdivisão, cada pequena parte também forma uma unidade bem orgânica.

Este esquema de subdivisão em três perícopos menores também aparece na edição Argentina (supra citada), mas como perícopos individuais. Se levamos em conta os critérios da demarcação de um texto⁷⁷, veremos que Hb 4,14-5,10 não pode ser apresentado assim como a referida edição Argentina o apresenta. Esta subdivisão só é aceita como subunidade daquela maior, que aí sim está bem delimitada. Se fizermos uma análise do texto todo, teremos as três partes assim

⁷⁷ Veja os critérios de demarcação de um texto em: EGGER, Wilhelm, 1994, pp. 53-55; WEGNER, Uwe, 1998, pp. 84-88.

divididas⁷⁸:

A primeira parte é formada por Hb 4,14-16 :

- A.**¹⁴Tendo, portanto, um grande sumo sacerdote que penetrou os céus,
- B.** Jesus, o Filho de Deus,
- C.** conservemos a profissão de fé.
- B'.**¹⁵Não temos pois um sumo sacerdote que não pôde compadecer-se com as nossas fraquezas, mas foi tentado à nossa semelhança, sem pecado.
- A'.**¹⁶Aproximemo-nos, portanto, com confiança do trono da graça para que recebamos misericórdia e achemos graça para socorro oportuno.

A segunda parte se compõe com a seguinte passagem de Hb 5,1-4:

- A.**⁵ Pois, todo sumo sacerdote, sendo tomado dentre as pessoas, é constituído a favor das pessoas nas coisas referentes a Deus,
- B.** a fim de apresentar oferendas, bem como sacrifícios a favor dos pecados,
- C.**²podendo compadecer-se das pessoas ignorantes e das que são iludidas, porque também ele mesmo está cercado de fraqueza.
- B'.**³E por causa dela deve apresentar (ofertas) pelos pecados tanto do povo quanto de si mesmo.
- A'.**⁴Ninguém toma para si mesmo a honra, mas é chamado por Deus, como Aarão!

Por último, temos na terceira parte, o seguinte esquema em Hb 5,5-10:

- A.**⁵Deste modo, também Cristo não glorificou a si mesmo para tornar-se um sumo sacerdote, mas aquele que lhe falou: “Tu és meu Filho; eu hoje te gerei”;⁶segundo fala em outro (lugar): “Tu (és) sacerdote para a eternidade segundo a ordem de Melquisedec”,
- B.**⁷o qual nos dias de sua carne tendo apresentado orações e súplicas, com grande clamor e lágrimas, para aquele que pode salvá-lo da morte,
- C.** e tendo sido ouvido, por causa da piedade,
- B'.**⁸embora sendo Filho, aprendeu a obediência dessas coisas que padeceu;⁹e tendo sido aperfeiçoado tornou-se para todos os que lhe obedecem autor de eterna salvação,
- A'.**¹⁰tendo sido designado por Deus sumo sacerdote, segundo a ordem de Melquisedec.

⁷⁸ O esquema apresentado aqui seguiu o texto da tradução literal apresentada neste trabalho realizada a partir do *Novum Testamentum Graece*. Deutsche Bibelgesellschaft, Stuttgart, 1999.

Conforme a estrutura do esquema apresentado, a perícope de Hb 4,14-5,10 apresenta uma estrutura concêntrica⁷⁹ muito bem formada, podendo ser, dessa forma, subdividida nessas três perícopes menores sem prejuízo de compreensão ao leitor ou leitora ou uma diminuição da mensagem do autor ou da autora.

Olhando para os três centros da estrutura concêntrica⁸⁰ apresentada acima percebe-se uma ligação muito forte entre eles, uma vez que no primeiro centro aparece em forma de exortação a seguinte expressão: “conservemos a profissão de fé” (Hb 4,14). Quem é que deve conservar a profissão de fé? “Nós” (a comunidade judaico-cristã) é que devemos conservar a profissão de fé, porque o verbo conservar está conjugado na primeira pessoa do plural – conservemos. E qual é a razão de “conservar a profissão na fé”? A resposta vem do início da perícope inteira (Hb 4,14), sem a divisão concêntrica, quando o autor ou autora assegura às pessoas destinatárias da Carta que “tendo um grande sumo sacerdote... Jesus, o Filho de Deus”, somando-se à afirmação encontrada no segundo centro: “podendo compadecer-se das pessoas ignorantes e das que são iludidas, porque também ele mesmo está cercado de fraqueza” (Hb 5,2). Assim sendo, a razão de conservar a profissão de fé é ter a certeza de que Jesus, sendo o sumo sacerdote, tem o poder dinâmico de compadecer-se das pessoas ignorantes e das que erram, isto é, das pessoas pecadoras. Não obstante, o terceiro centro vai fazer todo o fechamento da mensagem da perícope, porque aqui neste último centro tem-se a afirmação: “e tendo sido ouvido, por causa da piedade” (Hb 5,7). Logo se conclui que o sumo sacerdote que “nós” as pessoas destinatárias temos é Jesus, o Filho de Deus, que se compadece das pessoas, sobretudo daquelas que pecam, porque os seus

⁷⁹ Veja sobre as divisões de um texto em WEGNER, Uwe, 1998, pp. 88-95.

⁸⁰ Para maiores informações sobre figuras de quiasmos veja: WEGNER, Uwe, 1998, pp. 90-96; veja também EGGER, Wilhm, 1994, pp. 78-89.

pedidos são ouvidos por Deus, por causa de sua piedade para com as pessoas pecadoras.

2.5 – Crítica histórica

A crítica histórica dos textos sagrados é um método de leitura que passou a ser usado pelos estudiosos para ajudar na comprovação da autenticidade dos textos. O crítico literário parte, assim, de uma leitura histórico-crítica a partir de determinados elementos que o próprio texto fornece. Esta leitura, para alcançar os objetivos propostos, não poderá ser realizada só à luz da fé, ou melhor, como testemunho de fé, mas sobretudo a partir do uso da ciência.

2.5.1 - Alguns elementos do contexto histórico-social de Hb 4,14-5,10⁸¹

A perícopre de Hb 4,14-5,10 foi escrita em um ambiente cultural greco-romano. Como qualquer outro escrito do Novo Testamento, sua língua original é a grega.

A perícopre surgiu, assim, em meio a acontecimentos históricos de grande relevância para a história da humanidade. Se navegarmos naquele período compreendido entre as duas datas possíveis de sua composição (60 - 80 dC.), teremos acontecimentos como o incêndio de Roma em julho de 64 dC., o qual destruiu toda a cidade. O imperador Nero culpou as pessoas cristãs por tal desgraça e iniciou a famosa perseguição, na qual muitas delas foram executadas de forma

⁸¹ Como não é objetivo dessa pesquisa aprofundar na história de Roma, os leitores que se interessarem por maiores informações sobre a origem dessa cidade e da formação do povo da Península Itálica poderão encontrá-las em: BURNS, Edward Mcnall, 1993, pp. 139-170 e também: GIORDANI, Mário Curtis, 1990, pp. 28-83.

cruel e, no entanto, serviram de motivo de diversão para os executores e para o povo em geral. Muitas vezes as pessoas cristãs foram parar em arenas, onde também foram colocados leões famintos que as devoravam ainda vivas⁸². Além dessas perseguições descritas em algumas das cartas apostólicas, sobretudo paulinas, havia também aquelas perseguições políticas induzidas por grupos judaizantes, pelas quais o apóstolo São Paulo foi preso e acabou decapitado.

Um outro fato histórico de grande significado foi a destruição da cidade de Jerusalém, de seu Templo e de seu povo, impondo-lhe mais uma vez o exílio (a diáspora de 70 dC.). No ano 70 dC., o imperador Tito invadiu Jerusalém e destruiu tudo o que encontrara pela frente. Este acontecimento marcou a história da humanidade, sobretudo do povo judeu, que nunca mais teve a possibilidade de reconstruir seu templo e retomar suas atividades religiosas como antes⁸³.

Quando tratamos do lugar de composição da Carta aos Hebreus, dissemos que em toda a Carta só aparece uma indicação sobre um acontecimento histórico propriamente dito e uma outra sobre uma localidade. A primeira é sobre a libertação de Timóteo (Hb 13,23), uma clara alusão à perseguição as pessoas cristãs. Essa mesma afirmação de perseguição e prisão vai reaparecer em Hb 10,34; 13,3, confirmando, assim, que as pessoas cristãs estavam num contexto de perseguição e sofrimento. A informação da libertação de Timóteo vem corroborar a questão da

⁸² EUSÉBIO de Cesaréia. *História Eclesiástica*, 25, § 2, faz a seguinte afirmação: "... quem o desejar, poderá depreender a crueldade e a loucura deste insensato, que sem motivo acumulou milhares de assassínios. A sede de sangue nele chegou a tal ponto que não poupou nem parentes, nem amigos. Igualmente tratou a mãe, os irmãos, a esposa e inúmeros consangüíneos quais inimigos particulares e públicos, eliminando-os por variados gêneros de morte". Também pode ser visto o que diz MEULENBERG, Leonardo, 1994, p. 14. "O imperador Tito (81 dC.) arrastou por exemplo, depois da devastação de Jerusalém, uns cem mil judeus para serem vendidos em Roma. Em razão disso, dispunha-se de escravos para executar quaisquer tarefas (...) E, por fim, se encontram os escravos nos lugares da perdição. No teatro e na arena..."

⁸³ MEULENBERG, Leonardo, 1994, p. 14, fala da destruição de Jerusalém. Sabe-se que Tito destruiu o Templo da cidade e que nunca mais ele foi reconstruído, nada mais restou do que o mura das lamentações. Exatamente no lugar onde existia o Templo de Jerusalém foi edificada a Mesquita de Omar.

perseguição das pessoas cristãs, pois o autor ou autora usa o verbo *synepathésatel* em 10,34, que significa “sofrer por causa de”. Neste caso, está explícito que o sofrimento decorre de estar preso, de estar no cárcere, ademais por causa de ser perseguido, de ter os bens espoliados Hb 10,34-36. É importante ressaltar que o autor ou autora está fazendo uma clara alusão aos sofrimentos das pessoas cristãs que foram presas. Ademais ele ou ela mencionou que as pessoas destinatárias sofreram a rapina (despojo) de seus bens. De tudo isso se pode concluir pelo menos duas questões: a) as pessoas cristãs estavam sofrendo perseguição e até confisco de seus bens materiais, e b) Timóteo estava mesmo preso, assim como outros cristãos e cristãs, e foi colocado em liberdade, isto é, fora da prisão.

A segunda alusão é a saudação dos italianos para com as pessoas destinatárias da Carta (Hb 13,24). Mas estas informações estão naquele bilhete que acompanhou a Carta, portanto originalmente não é parte integrante da carta.

Segundo nosso entendimento, a preocupação de alguns pesquisadores em relação à omissão de referências históricas no texto da Carta não é tão importante assim. Primeiro, porque toda a Carta é composta por um texto profundamente teológico e com um caráter escatológico. Segundo, porque o autor ou autora faz uma releitura da história da salvação, abordando, desde o início, aspectos da história, mas como fatos teológicos. Os mais importantes deles foram: o nascimento de Jesus e, depois, sua morte no Gólgota, onde ele apresentou ao Pai sua oferenda viva, isto é, a si próprio para depois receber de Deus o título de sumo e eterno sacerdote. Dessa forma, qualquer acontecimento histórico teria sido lido, pelo autor ou autora, como acontecimento de fé, portanto, num nível teológico.

Ademais, a destruição do Templo não teria maior importância, porque o mesmo já era desnecessário. Agora o que conta é o santuário celeste descrito em

Hb 8, 1-2. Mais do que isto, o templo até poderia ter sido destruído e o autor ou autora não ter abordado diretamente o tema, porque as pessoas destinatárias tinham conhecimento de tal fato. Qual seria então a necessidade de dar-lhes informações já conhecidas? Para corroborar esta posição temos a insistência do autor ou autora para com as pessoas destinatárias, na perseverança da fé. Logo em Hb 4,14 tem-se a exortação: "... conservemos a profissão de fé". Assim, poderia ser justificado que aquele templo destruído não contava mais para o processo histórico salvífico, mas o que contaria agora seria a permanência na fé em Jesus Cristo, sumo e eterno sacerdote do santuário celeste.

Alguns acontecimentos históricos foram mencionados acima, como a perseguição das pessoas cristãs e a destruição da cidade de Jerusalém com o seu Templo. Além dessas informações, seria muito impreciso acrescentar outros dados, pela simples razão de não saber ao certo de onde partiu a Carta aos Hebreus. Qualquer hipótese segue aberta e seria, assim, demasiadamente amplo seguir descrevendo todas as possibilidades sugeridas pelos estudiosos do assunto⁸⁴.

Se toda a Sagrada Escritura nasceu num contexto histórico-político, de ascensão e queda de impérios, de conquistas e derrotas, de deslocamento do eixo cultural dominador, então Hb 4,14-5,10 não podia estar alheio a uma dessas situações.

2.5.1.2 – A situação de rapina (*harpagen*)

O léxico *harpagen*/"rapina" que aparece em Hb 10,34, também está presente

⁸⁴ RAMSAY, Sir William, apud BRUCE, F. F., 1987, p. 31, afirma que Hebreus foi escrito em Cesarea; TURNER, C. H., apud BRUCE, F. F., 1987, p. 31, diz que a Carta foi enviada de Jerusalém; MANSON, T. W., apud BRUCE, F. F., 1987, p. 32, fala que o texto aos Hebreus surgiu na cidade de Colossas.

em 1Mc 13,34 referindo-se aos atos de rapinagem cometidos por Trifão; em Mt 23,25 e Lc 11,39 tem-se a passagem em que Jesus chama a atenção dos fariseus por seus excessos de purificação exterior e por dentro (do corpo) estão cheios ou ávidos de “rapina”; em Fl 2,6 temos o derivado de “rapina”, que é *harpagmós* e significa que Jesus não se apoderou, não tomou à força a condição divina para si, apesar de já possuí-la e não fez disso uma razão para tornar-se diferente dos seres humanos.

“Rapina” aparece também em dois escritos dos pais da igreja: a) na Carta de Barnabé 10,10 e 20,1. A primeira passagem refere-se a aves postas para a “rapina”, a segunda refere-se ao caminho das trevas, sendo que está imediatamente antecedida por homicídio. b) Didaqué 5,1 apresenta o caminho da morte, e está precedida por bruxaria. Em ambos escritos, “rapina” tem a mesma conotação e é uma causadora de morte, é aquilo que leva o ser humano à perdição, pois está inserido juntamente com vários outros substantivos do mesmo gênero que “rapina”, homicídio, bruxaria e outros.

Em Hb 10,34, “rapina” está mais próximo do significado encontrado em 1Mc 13,34, pois se refere diretamente à rapinagem de bens materiais de outrem. No entanto, o autor ou autora de Hebreus quer animar e encorajar as pessoas destinatárias deste escrito a não desanimar, mas serem fortes na esperança escatológica, certos de possuir no futuro bens duradouros, porque são dignos de recompensa. É necessário ter presente que o Império Romano explorava e oprimia o povo⁸⁵. Assim, podemos ver em nossa perícopa (Hb 4,14-5,10) um sumo sacerdote

⁸⁵ TÁCITO, apud., WENGST, Klaus, 1991, p. 56. Referindo-se a Tácito, ele afirma que a paz era tão temida quanto a guerra. Veja também FERRARO, Benedito, 1993, p. 32, onde ele elenca uma gama de taxas e impostos que eram cobrados pelo Império Romano.

compadecido das “fraquezas” das pessoas diante do Império. Ele está como trono da graça oferecendo o socorro oportuno para todas as pessoas que lhe obedecerem, pois para estas ele tornou-se autor de eterna salvação.

2.5.1.3 – A realidade de “fraqueza” e “socorro”

A palavra *asthenéia*⁸⁶ (e outras derivadas), usada em Hb 4,14, significa literalmente “fraqueza”, porém não é específica desse versículo. Ela aparece também em vários outros textos neotestamentários. Ora significa fraqueza como em Hb 4,14, mas, na grande maioria, ela está traduzida por doença ou enfermidades. Neste sentido leva a entender que a fraqueza refere-se ao físico, isto é, ao corpo.

Nos textos paulinos, no entanto, tem-se um significado distinto, isto é, a fraqueza não é só física, mas também espiritual. Desse modo, mesmo que o texto fale do físico, do corpo, ele o faz por analogia. O significado dado na literatura paulina brota da esfera corpórea e refere-se também à dimensão espiritual, isto é, à fé.

A fé ou a dimensão espiritual nestes textos paulinos não está ilhada, isto é, fora de uma realidade histórica, mas está inserida dentro de um contexto social concreto. É exatamente por viver dentro de um contexto específico, que “Paulo” pode usar de analogias entre a fraqueza do corpo e a fraqueza do espírito ou da fé.

Em Rm 14,2, Paulo diz que quem é fraco só come verduras, porque um alimento mais forte ao invés de sustentá-lo e fortalecê-lo fará maior dano, porque o organismo está fraco. Neste caso, o corpo precisa de alimentos compatíveis. É claro

⁸⁶ Este texto referente à palavra *asthénéia* e outras derivadas foi elaborado a partir de uma tradução resumida feita por Ivoni Richter Reimer de: STÄHLIN, Artigo *asthenés, asthénéia, asthenéo* em Theologisches Wörterbuch zum Neuen Testament, v. 1. Stuttgart: Kohlhammer, 1957, pp. 488-492.

que Paulo está fazendo uma analogia com a experiência de fé desta comunidade, ou seja, ele só pode dar à comunidade os ensinamentos que ela está preparada para receber. Este mesmo princípio pode ser aplicado em Hb 4,14, só que numa dimensão invertida, isto é, em relação ao sumo sacerdote Jesus e as pessoas.

Sabe-se que o sumo sacerdote, no judaísmo e especificamente no tempo de Jesus, era uma pessoa distante do povo. Suas funções eram especiais e quase nunca tinha contato com o “povão”. O povo tinha seus contatos somente com os sacerdotes. Eram estes que mediavam as relações do ser humano com Deus⁸⁷.

O autor ou autora de Hb 4,14 tem uma outra lógica. Para ele ou ela, o sumo sacerdote (Jesus Cristo) teve o poder, foi capaz de compadecer-se das fraquezas das pessoas. Ele “mergulhou” profundamente na realidade social onde estavam as pessoas e participou da mesma vida que elas viviam, só não participou do pecado, mas teve compaixão das pessoas pecadoras e ignorantes.

Jesus, o sumo sacerdote, compadeceu-se das fraquezas do povo - e isso testemunham os Evangelhos (Mt 8,17; 25,43; Mc 6, 56; 9, 22. 24; Lc 5, 15; 8,2; Jo 4,46; 6,2; 11,1), porque neles *asthenéia* aparece imediatamente seguida de uma ação sanante de Jesus para com o povo. Ele cura os doentes; liberta os possuídos por espíritos maus e fortalece a fé, isto é, cura inclusive a falta de fé de um pai que tinha um filho possuído por um espírito mudo.

Em Hb 4, 16 também aparece a palavra *boétheia*⁸⁸. Originalmente a palavra (e outras derivadas) significa “socorro oportuno”, “buscar ajuda” e “apressar-se em

⁸⁷ EUSÉBIO de Cesaréia. *História Eclesiástica*, 10, § 6, fala que durante a vida pública de Jesus, houve quatro sumo sacerdotes; AUNEAU, J., 1994, p. 54, fala que o sumo sacerdote ocupava-se do poder político-religioso, uma vez que ele era o presidente do Sinédrio.

⁸⁸ Este texto sobre a palavra *boétheia* e suas derivações foi elaborado a partir de uma tradução resumida feita por Ivoni Richter Reimer de: BÜCHSEL, Artigo *boethéo, boethós, boétheia* em *Theologisches Wörterbuch zum Neuen Testament*, v. 1. Stuttgart: Kohlhammer, 1957, p. 627, e também foi consultado: Alfred Schmöller. *Handkonkordanz zum griechischen Neuen Testament*. Stuttgart. Deutsche Bibelgesellschaft, 1994, pp. 69-70 e 86.

ajudar a pessoa afligida”. Também aparece em inscrições, como em Josefo e em Filão⁸⁹. Nesse sentido, a palavra aparece também em At 21,28.

Essa palavra é mais usada em relação a médicos, tanto na literatura bíblica quanto extrabíblica. Assim, refere-se a Jesus como médico nas curas (Mc 9,22.24; Mt 15, 25; At 16,9; Ap 12,16). Refere-se também a Deus como ajudador (2Cor 6). Diz respeito também à ajuda no campo da necessidade religiosa (Mc 9,24; Hb 2,18). Nenhuma vez aparece no Novo Testamento o fato de que Deus nega ajuda (diferente nas cartas de Clemente e Ignácio - 1Cl 39,5; 2Cl 8,2; Ign 7).

A palavra *boétheia* somente aparece em Hb 4,14 e At 27,17. Mesmo assim, as palavras derivadas aparecem mais vezes em Hebreus. Seu pouco uso dificulta seu estudo, mas pode-se dizer que a palavra aponta para a certeza de que Deus intervêm nas situações de necessidade, para a qual remete a palavra.

Neste trabalho optou-se em traduzir *boétheia* por “socorro oportuno”, simplesmente por ser seu primeiro significado e ademais por levar em conta o contexto histórico-social em que nossa perícopes foi escrita. Neste caso, Jesus, sendo o sumo sacerdote que se compadeceu das fraquezas humanas, pode também socorrer as pessoas que se aproximarem do trono da graça para tal fim.

É necessário levar em conta o contexto histórico-social da perícopes, no qual as pessoas cristãs estavam sendo perseguidas pelo Império Romano, bem como a situação de opressão e exploração que a população em geral estava passando. Pressupomos que a destruição do Templo de Jerusalém já havia ocorrido. Isso faz o leitor e a leitora de Hb 4,14-5,10 concluir que *asthenéia* não é simplesmente fraqueza de fé e de enfermidades, senão que também é uma impotência diante do poderoso Império Romano que era uma ameaça constante, sobretudo com seu

⁸⁹ Cf. no artigo sobre *boétheia* na obra: Theologisches Wörterbuch zum Neuen Testament, v. 1. Stuttgart: Kohlhammer, 1957, p. 627.

exército impiedoso. Daí então a necessidade de buscar “socorro oportuno” no grande sumo sacerdote Jesus, o Filho de Deus, que foi capaz de compadecer-se das pessoas fracas.

As pessoas fracas são a fortaleza de Deus, afirma Paulo em 1Cor 1,27. Deus as escolhe para manifestar sua força igualmente com o próprio Filho, pois Cristo também foi fraco (2Cor 13, 3-4; Hb 5,2). Ademais quem está com Cristo participa de sua fraqueza, sofre com ele (*sympáscho*). No entanto, é esta pessoa fraca que Deus escolheu para ser o “lugar” de sua manifestação salvadora, pois na verdade o “fraco de Deus” é o mais forte dentre as pessoas (1Cor 1,25). Ele foi escolhido para confundir os fortes, uma vez que Deus se revela na fraqueza.

As palavras *asthenéia* e *boétheia* podem ter sido usadas pelo autor ou autora de Hb 4,14-5,10 para abordar diretamente a situação de pecado em que o povo estava vivendo. *Asthenéia* e suas derivações estão diretamente ligadas ao contexto social: o povo estava doente. Esta doença pode ser física, o que indicam, por exemplo as várias curas que Jesus realizou; ela também pode ser espiritual, como fraqueza de fé, abordada várias vezes nos textos paulinos. A conclusão lógica então é: se estiver doente, Jesus, o sumo e eterno sacerdote, compadecido dos sofredores os socorre, dando-lhes a saúde por meio da cura. Se há fraqueza de fé, os fortes na fé, os irmãos e as irmãs devem socorrê-los, suportando as fraquezas dos débeis, como também Jesus saiu em socorro dos fracos na fé (Mc 9,24).

2.5.2 – Alguns elementos sobre imperadores⁹⁰ contemporâneos a Hb 4,14-5,10

Vimos que Hb 4,14-5,10 surge dentro do Império Romano, e reflete a

⁹⁰ Apresentamos a seguir alguns elementos referentes aos imperadores contemporâneos a Hb 4,14-5,10 e que marcaram a história da humanidade.

situação dentro deste contexto⁹¹. Portanto, é a ele que passaremos a examinar como um elemento propulsor deste escrito que, sem sombra de dúvidas, é um dos textos de melhor elaboração teológica do Novo Testamento.

De acordo com alguns exegetas⁹², a perícopes de Hb 4,14-5,10 foi escrita entre os anos 60 e 80 dC. Sendo assim, temos uma data bastante ampla para o surgimento de nosso texto. Temos em Hb 10,34-36 a informação da prisão de cristãos que eram perseguidos pelo Império. Nesse período revezaram-se no comando do Império pelo menos cinco imperadores⁹³.

Nero (54-68 dC.) foi sem sombra de dúvidas um dos piores imperadores que o mundo conheceu. Vários testemunhos dizem que ele era considerado louco por suas façanhas, entre elas o ritual sádico de torturar e martirizar as pessoas cristãs, incluindo os espetáculos de arena, onde elas eram devoradas vivas pelas feras para divertir e ao mesmo tempo aterrorizar o público.

Por meio dos Anais de Tácito é possível saber como Nero foi cruel, sobretudo para com as pessoas cristãs. Depois de ele mesmo ter mandado incendiar a cidade de Roma, onde morreram muitas pessoas, passou a acusar as pessoas cristãs de tal feito, a fim de livrar-se a si mesmo das acusações que lhe eram atribuídas. Tácito escreve o seguinte:

Assim Nero, para desviar as suspeitas, procurou achar culpados, e castigou com as penas mais horrorosas a certos homens que, já dantes odiados por seus crimes, o vulgo chamava cristãos. O autor deste seu nome foi Cristo, que no governo

⁹¹ Tentaremos abordar o Império Romano no limite proposto das décadas de 60-80 dC., onde, de acordo com os estudiosos de Hebreus citados na nota número 61, foi o período em que o autor ou autora de Hebreus escreveu este texto, porém por conveniência em algum momento podemos ter sido mais abrangentes. No entanto, quando falarmos de Império Romano, deve ser entendido este período histórico de 60-80 dC.

⁹² VANHOYE, Albert, 1983, p. 8; FABRIS, Reinaldo, 1995, p. 354.

⁹³ Como não é objetivo dessa pesquisa ressaltar a história de Roma, os leitores que se interessarem por maiores informações poderão encontrá-las nas seguintes autores: BURNS, Edward Mcnall, 1993, pp. 139-170; e também: GIORDANI, Mário Curtis, 1990, pp. 28-85.

de Tibério foi condenado ao último suplício pelo procurador Pôncio Pilatos. A sua perniciosa superstição, que até ali tinha estado reprimida, já tornava de novo a grassar não só por toda a Judéia, origem deste mal, mas até dentro de Roma, aonde todas as atrocidades do universo, tudo quanto há de mais vergonhoso vem enfim acumular-se, e sempre acham acolhimento. Em primeiro lugar se prenderam os que confessavam ser cristãos, e depois pelas denúncias destes uma multidão inumerável, os quais todos não tanto foram convencidos de haverem tido parte no incêndio, como de serem os inimigos do gênero humano. O suplício destes miseráveis foi ainda acompanhado de insultos, porque ou os cobriram com peles de animais ferozes para serem devorados pelos cães, ou foram crucificados, ou os queimaram de noite para servirem como de archotes e tochas ao público. Nero ofereceu seus jardins para este espetáculo (...) Desta forma, ainda que culpados, e dignos dos últimos suplícios, mereceram a compaixão universal por se ver que não eram imolados à pública utilidade, mas aos passatempos atrozes de um bárbaro.⁹⁴

Roma era o centro do Império. Isso talvez tenha contribuído para a perseguição e o martírio das pessoas cristãs. Figuram entre os inúmeros mártires de Roma os apóstolos Paulo, por volta do ano 64 dC., e Pedro, aproximadamente no ano 67 dC. É certo que ambos foram martirizados em Roma durante o império de Nero. A perseguição para com as pessoas cristãs foi tão atroz que nem mesmo os apóstolos foram poupados de torturas e morte. Sobre isso informa Richard.

Os mártires de Roma são numerosos (“uma multidão imensa”) e são torturados por sua fé. Não são acusados tanto por ter incendiado Roma, mas por seu “ódio ao gênero humano”, com o que se visualiza possivelmente sua maneira diferente de viver, antagônica à corrupção e idolatria dominante na cidade. A comunidade de Roma nasce, assim, do sangue de seus mártires.⁹⁵

O testemunho dado pelos cristãos e cristãs, tanto no âmbito da ética, quanto da fé foi o principal motivo para serem torturados e martirizados. Sua conduta de vida deixava de lado tudo aquilo que era valor para a sociedade de então, que tinha

⁹⁴ TÁCITO. *Anais*, livro 15, § XLIV.

⁹⁵ RICHARD, Pablo, 1998, p. 146.

no imperador sua principal divindade e na corrupção seus principais valores a serem conquistados. Os cristãos abandonavam toda essa prática de vida e por essa razão eram acusados de odiar o gênero humano, porque na visão social da época, só podia ser humano se praticasse o que era “comum” a todos. Se alguém tomasse atitude distinta, além de não ser aceito, era abominado, perseguido e acabava por pagar com a própria vida o preço da ética e da fé.

Galba, Otão e Vitélio: num curto período de um ano (68-69 dC.) estiveram 3 imperadores à frente do Império. Certamente que o período não era de tranquilidade e ademais as loucuras de Nero devem ter deixado certo ar de desconfiança em toda a população. Logo depois veio Vespasiano.

Vespasiano (69-79 dC.): depois das idas e vindas dos imperadores anteriores, Vespasiano assumiu o trono e conseguiu recuperar boa parte do prestígio e da confiança que o Império tinha perdido. Ele reformou o senado, recuperou as finanças principalmente através de impostos⁹⁶ e iniciou as grandes construções, como o Coliseu. Ademais preparou bem o terreno para sua descendência continuar no poder depois que ele morresse. Fez com que seu filho Tito fosse bem conhecido dentro do Império, sobretudo depois do cerco e destruição de Jerusalém no ano 70 dC., quando era general. Com essa destruição pôs-se fim à revolta dos judeus que vinha se arrastando por um bom tempo.

Tito (79-81 dC.): foi muito importante na época que seu pai governava o Império. Ele próprio não teve a mesma sorte quando assumiu o comando. Três grandes catástrofes assolaram a Itália: um grande incêndio destruiu boa parte dos grandes edifícios de Roma; uma grande erupção do vulcão Vesúvio destruiu Estábia, Herculano e Pompéia; e em 80 dC. Roma foi devastada por uma enorme

⁹⁶ Veja GIORDANI, Mário Curtis, 1990, p. 66; REIMER. Ivoni R., *O Belo*, 2000, p. 12.

peste.

Domiciano (81-96 dC.): depois da morte de Tito, foi investido Domiciano pelo senado ao cargo de imperador. Nos 10 primeiros anos ele continuou organizando o Império. Organizou o governo das províncias, moralizou os costumes, estimulou a agricultura e incentivou as artes e as letras, reconstruiu os templos greco-romanos destruídos pelo incêndio de 79 dC., promoveu jogos caríssimos em anfiteatro e em circo. Depois ele começou uma era de terror, sobretudo com a segunda perseguição as pessoas cristãs; também outras pessoas que eram membros da aristocracia e da família imperial foram desterradas. Domiciano foi assassinado por uma conspiração que envolveu a imperatriz e a aristocracia romana.

2.5.3 – A política e o exército no Império Romano

A partir da descrição dos imperadores e suas ações militares acima citados podemos perceber como deve ter sido difícil para as pessoas cristãs a vivência com a política e a força do exército. Assim, é interessante perceber que, antes de terminar a Carta, o autor ou autora de Hebreus faz questão de trazer à memória das pessoas destinatárias o sofrimento já suportado (Hb10,32). É nesse pano de fundo de perseguição e sofrimento que devem ser vistos tanto a política quanto a ação do exército.

É muito interessante ver quais foram os recursos políticos usados pelo Império Romano a fim de consolidar seu poder de dominação e ocupação. Após a guerra de ocupação, Roma propunha a paz, porém, obtinha a paz por meio de forte repressão militar⁹⁷. Todas as pessoas sob o domínio do Império deviam-se sentir

⁹⁷ Veja ARISTIDES, apud WENGST, Klaus, 1991, p. 21.

seguras de qualquer ameaça da parte de qualquer inimigo que fosse. Esta segurança era importante para quem se dedicava ao trabalho dos campos, bem como para quem se aplicava na arte do comércio, e por essa razão estavam sempre em viagem.

Além das guerras, onde havia salteadores não havia paz. O povo vivia com medo, pois a ameaça era constante. Logo, o risco de um levante era iminente em tais situações. No entanto, a estratégia política do Império era não só coibir, mas também exterminar qualquer aventura desse tipo. Evitar o roubo, o saque e o levante era a mesma coisa que evitar a morte certa, porque "o fim do conflito era escrito como a fuga da morte certa, pois as contendas e agitações entre si levavam-nos à fogueira"⁹⁸.

A ascensão do Império pôs fim à guerra civil liderada por Otão e Vitélio, trazendo a todo o seu território a paz tão almejada àqueles que já não podiam mais plantar seus campos, poder voltar ao trabalho; aqueles que eram assaltados nas viagens puderam voltar a viajar tranqüilos e sentir a segurança retornada porque o roubo já não mais acontecia, nem mesmo as casas precisavam ser trancadas por medo de sofrer saques⁹⁹.

Se de um lado é bom sentir a paz e a segurança, do outro lado está o constante perigo de ser vigiado sempre, de não ter liberdade completa, porque o exército do Império estava sempre por perto e era uma ameaça constante. Seguramente a grande maioria da população que vivia sob o domínio romano preferia essa paz acrescida da "segurança" a viver sob a outra ameaça constante: a da guerra (civil); da ação de salteadores; da impossibilidade de cultivar seus campos e comercializar seus produtos, levando-os onde quer que fosse para ser vendidos.

⁹⁸ ARISTIDES, apud WENGST, Klaus, 1991, p. 35.

⁹⁹ Veja ARISTIDES, apud WENGST, Klaus, 1991, p. 35.

É necessário perceber que o imperador, por mais que fosse cultuado como deus, não conseguia por si só realizar milagres. Seu poder estava muito mais na sua habilidade político-militar do que no aspecto religioso.

Para garantir a paz e a segurança era necessário um exército forte e bem equipado com carros de guerra e todas as outras armas necessárias, não só para o uso nas batalhas, mas também para o trabalho, quando a guerra não era iminente. Poder-se-á imaginar como era formado, estruturado e mantido tal exército. Roma, a capital do Império, precisava arrecadar todos os custos da paz. Para isso, estabeleceu um sistema tributário¹⁰⁰ para todo o território imperial. Além dos tributos havia também o recrutamento do contingente que era feito a partir dos povos conquistados que passavam a gozar da paz que o Império oferecia.

Ademais o exército detinha o poder de confiscar, para uso militar, animais dos camponeses; podia exigir dos mais abastados que hospedassem e alimentassem sua guarnição por um certo período. Essas determinações militares tinham que ser cumpridas por absoluta obediência¹⁰¹. Portanto, podemos perceber que a afirmação da paz é relativa e depende de quem a vivencia e como a vivencia.

Podemos perguntar onde estava a liberdade para os que não gozavam do título de cidadão romano? Por que o Império teria lutado e se esforçado tanto pela escravização de outros povos, sob a garantia de estar assegurando a paz? Por que teriam os romanos militarizado internamente os povos subjogados? Fica muito claro que com a expansão do poderio dos romanos eles queriam de fato ser maiores que todos os outros povos para poder dominá-los.

No processo de conquista e dominação dos romanos, não consta somente o

¹⁰⁰ Sobre o sistema tributário falaremos mais adiante quando abordarmos a temática da economia.

¹⁰¹ Aqui há uma proximidade com confisco de bens das pessoas cristãs para uso militar e a narração de Hb 10,34, onde fala que as pessoas cristãs suportam com paciência a espoliação de seus bens.

aspecto militar. Pode ser encontrada também uma característica política muito peculiar, que consistia em atrair para o Império a atenção de certos dignatários dos povos conquistados, bem como de certos reis. Dessa forma, esses simpatizantes passavam a ser instrumento de dominação do Império para com os povos subjugados. Talvez fosse mais fácil para os reis e outros dignatários locais convencer o povo que era melhor submeter-se ao domínio romano a morrerem. Com isso, o imperador passava a ser honrado, pois tinha poupado a vida de muitos homens, exercendo sobre aqueles que tinha o "direito" de matá-los a clemência, poupando-lhes suas vidas, embora fossem reduzidos à escravidão.

2.5.4 – A economia no Império Romano

Em Hb, 10,34 temos a seguinte afirmação: “vós participastes, com efeito, do sofrimento dos prisioneiros e aceitastes com alegria a espoliação dos vossos bens, certos de possuir uma fortuna melhor e mais durável”. O autor ou autora descreve com muita clareza a situação concreta que as pessoas cristãs passam: a espoliação de seus bens. A lógica deve ser muito simples, uma vez que o Império já os havia conquistado. Agora seus bens também já não são seus mas de “seu senhor”, o Império. E tudo isso com a promessa de estar oferecendo a paz. Neste sentido é que passaremos a uma análise econômica.

A paz romana tinha seu preço para manter uma estrutura tanto militar quanto de "desenvolvimento". Os recursos usados pelo Império eram angariados dentro do próprio território dominado. Porém é importante perceber que para levantar todos os fundos necessários para tantos gastos, toda a população tinha que pagar vários tipos de tributos e taxas definidas pelo Império, mas recolhidas nas mais diferentes

partes aonde chegava a dominação romana.

A arrecadação era feita por regiões, através dos postos de coletas “terceirizados”. O imperador designava uma pessoa para chefiar os trabalhos em uma determinada província ou região, e este chefe podia nomear outras pessoas para auxiliá-lo, visando alcançar mais eficiência nos resultados finais daquilo que se conseguia arrecadar. Esses funcionários são chamados de publicanos nos Evangelhos (veja Mt 9,9; Mc 2,14; Lc 18,10-13; 19,2-10).

Muitas vezes o que acontecia era exploração total sobre o povo, porque era necessário arrecadar uma percentagem para o Império, outra para aquele que detinha a “franquia” e mais uma parte para o fiscal que, em última instância, era o coletor e por isso mesmo estava sempre mais próximo das possibilidades de suborno. O “espólio” ou a falência de uma propriedade também muitas vezes estava vinculado com o sistema de arrecadação de impostos¹⁰².

A partir das informações dadas a seguir, pode-se assegurar que havia pelo menos dois tipos de tributos ou de taxas a serem cobradas dentro do Império.

*O tributum soli era um imposto de propriedade, cobrado a uma taxa fixa das províncias, sobre terra, casas, escravos e navios. Sabemos que a taxa na província da Síria era de um por cento anualmente. O segundo imposto era o tributum capitis cobrado por cabeça, uma taxa fixa cobrada dos adultos entre as idades de doze ou catorze e sessenta e cinco anos - pelo que parece, um denário anual por pessoa (Mt 22,15-22; Mc 12,14-17; Lc 20,21-26).*¹⁰³

Além disso, muitas pessoas nas mais diferenciadas províncias estavam sujeitas a um tipo de imposto que não era tributário. Ele consistia numa espécie de

¹⁰² Veja REIMER, Haroldo e REIMER, Ivoni R., 1999, p. 130.

¹⁰³ STAMBAUGH, John E., e BALCH, David L., 1996, p. 69, estes autores também informam sobre outros tipos de tributos, como taxas alfandegárias, taxas para venda e libertação de escravos, a didrachma etc.

camaradagem para com os dignatários do Império, oferecendo-lhes hospedagem, bem como o fornecimento de animais, “carros” e suprimentos para os mensageiros oficiais ou tropas militares. Sobretudo os soldados exploravam muito a população neste sentido.¹⁰⁴

Por fim, pesava sobre todos os habitantes das províncias, sobretudo das mais distantes de Roma, um outro tipo de imposto. O uso de moedas fazia recair sobre a população um imposto embutido no sistema de câmbio. A razão é simples. O Império tinha suas casas oficiais que cunhavam e distribuía as moedas por todo o território imperial, sobretudo quando pagava o soldo dos militares ou realizava algum tipo de comércio nas províncias. Algumas províncias podiam cunhar suas próprias moedas, com menor valor daquelas do Império. O problema consistia na hora de fazer o câmbio, pois todas as transações com o Império eram feitas em suas moedas e não com as das províncias. Daí eram cobradas certas percentagens sobre as moedas provinciais que já tinham seu valor inferior às imperiais. Com esta taxa, elas passavam a valer menos ainda, tornando, assim, o povo mais pobre e aumentando a arrecadação para os cofres imperiais. Toda essa lógica também implicava em “espólio” e empobrecimento da população.

Na crítica de opressão e exploração do Império Romano sobre outros povos, há quem ataque duramente o posicionamento do Império para com os povos subjugados, como a fala do Rabi Gamaliel II “com quatro coisas, este império consome-nos: com suas alfândegas, banhos, teatros e fornecimento de gêneros.”¹⁰⁵ Nessa afirmação pode-se perceber o descontentamento de muitos povos que não aceitavam passivamente a posição do Império. A crítica não é vazia, porque a alfândega era uma forma concreta de exploração econômica de todos os povos

¹⁰⁴ Veja STAMBAUGH, John E., e BALCH, David L., 1996, p. 70.

¹⁰⁵ SAMUEL, Kraus, apud WENGST, Klaus, 1991, p. 45.

como se não bastasse o imposto de venda, era preciso também pagar pela circulação da mercadoria a ser vendida.

Os “banhos” deviam ir completamente contra os valores morais do povo judeu, uma vez que todos deviam banhar-se nus. Talvez é necessário ressaltar que os banhos e os teatros são heranças gregas, e como tais, eram como que ambientes propícios para a prática do homossexualismo.

Por último, vinha o fornecimento de gêneros. Seguramente já naquela época a lei da oferta tinha um valor decisivo para o consumo. Não se consumia o que não se conhecia. O Império, com suas técnicas de navegação e exploração dos povos dominados, podia levar e trazer as mais diferenciadas mercadorias dos diferentes territórios conquistados, até mesmo, além destes. Os gêneros¹⁰⁶ dos quais estamos falando devem ser exatamente aqueles que se produzia por toda parte e que podiam ser transportados para o comércio.

Para as pessoas mais simples, que viviam nas aldeias ou no campo, a situação era de empobrecimento e escravização através de dívidas. Os colonos foram levados a um processo de empobrecimento contínuo, no qual rapidamente perdiam suas terras e passavam de proprietários e pessoas livres a devedores e escravos, tendo que vender-se a si mesmo juntamente com sua família para os novos proprietários, que quase sempre era a rica oligarquia judaica ou os “nobres” colonos romanos¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Esses gêneros são descritos de uma forma bem ampla em: STAMBAUGH, John E., e BALCH, David L., 1996, p. 61. Também sobre a questão do comércio temos em Ap 18,11-13 a lamentação dos reis da terra que já não podem mais comercializar com Roma, por causa de sua queda. Nessa passagem, o autor elenca uma série de produtos advindos de toda parte da terra. É preciso supor que Roma não só comprava, mas também vendia seus produtos, além do mais havia circulação interna (dentro do Império) das mercadorias produzidas nas mais diversas províncias romanas. Veja PIXLEY, Jorge, 1998, p. 60.

¹⁰⁷ Veja MÍGUEZ, Néstor, 1995, p. 25; REIMER, Haroldo e REIMER Ivoni R., 1999, p. 135.

2.5.5 – A cultura e a educação no Império Romano

O conteúdo de Ap 18,11-13 ajuda-nos a situar bem o contexto do Novo Testamento dentro do Império Romano. O texto, mesmo tardio, faz-nos perceber o movimento em torno às cidades, pois é nelas que a cultura e a educação se desenvolviam preponderantemente.

A cultura de um povo pode ser comparada à sua própria essência, pois é ela que identifica este povo como tal. Uma nação sem cultura é facilmente manipulada, vira uma massa de manobra de interesses próprios da parte daqueles que a manipulam. A educação faz parte da cultura de um povo, pode ser também um instrumento, que bem utilizado traz um bem enorme para a sociedade como um todo, porém se for utilizado para interesses próprios pode fazer um grande mal para toda a humanidade.

A cultura cidadina é uma das principais características do Império. O modo romano de viver em cidades implicava que os principais acontecimentos ocorriam no meio urbano, mesmo que sua população dependesse da produção que advinha das lavouras ou criações de gado. Esses principais acontecimentos ocorriam dentro das grandes construções que se destacavam na cultura romana: teatros, ginásios, aquedutos, templos, oficinas e escolas¹⁰⁸.

Os ginásios, em parte herdados da cultura grega, eram os principais fomentadores da cultura romana. Neles realizavam-se jogos, competições esportivas, e também lutas dos gladiadores que muitas vezes acabava com a morte do vencido. A lógica sócio-cultural do ginásio era a mesma do Império: se os povos eram vencidos por ele (Império), logo ele detinha o direito de vida ou morte sobre os

¹⁰⁸ Veja maiores detalhes em PLÍNIO, apud WENGST, Klaus, 1991, p. 64.

vencidos. No ginásio reunia-se grande quantidade de pessoas que assistiam ao espetáculo muitas vezes sangrento, como no caso das perseguições as pessoas cristãs.

Da cultura urbana também faziam parte as oficinas de trabalho, que podiam facilitar o comércio daquilo que era produzido. Se cada pessoa estivesse trabalhando em sua casa, nas diferentes regiões de uma cidade, seguramente os compradores teriam maior dificuldade em percorrer toda a cidade e até mesmo encontrar todos os produtores. Com a construção das oficinas, por área de produção¹⁰⁹, e também do mercado comum, todos os interessados podiam ter conhecimento de todos os produtos confeccionados e disponíveis ao comércio.

Dentro do contexto sócio-cultural em que surgiu Hb 4,14-5,10 devemos pressupor essa cultura cidadina, da qual também faz parte a educação. Sabemos que a educação era muito importante dentro de grupos de origem judaica. Tomando como exemplo os escribas e os fariseus, poderemos concluir que a educação dada por esses dois “grupos” sociais tinha como objetivo a formação de pessoas especializadas na interpretação da Sagrada Escritura. Mas mesmo entre eles podia ter uma diferença ímpar: enquanto os escribas dedicavam-se aos estudos da *Torah*, em geral os fariseus empenhavam-se no cumprimento rigoroso da lei.

Para os fariseus não há interpretação da lei, simplesmente pode haver cumprimento do que ela já diz, não se pode interpretar o seu conteúdo, mas cumpri-lo. Portanto, a educação obedece a um interesse muito específico de fazer com que os educandos tornem-se fiéis discípulos dos mestres.

Seguindo o exemplo dos fariseus, também os saduceus e os sacerdotes tinham sua forma própria de ensinar seus novos membros, segundo seus próprios

¹⁰⁹ Em At 18, 3 temos um relato que nos ajuda a compreender essa situação. Paulo vai hospedar-se na casa de Áquila e de Priscila. Veja REIMER, Ivoni R., *Vida*, 1995, p. 89-93.

interesses.

Para as pessoas cristãs de origem não-judaica é possível pressupor que seu processo educativo foi realizado também nas sinagogas ou em ginásios públicos, mantidos pelas cidades. Esta educação apoiava-se basicamente em dois pontos: na cópia e na memorização. Textos muito específicos eram selecionados para as aulas, tais como: epopéia de Homero, as tragédias de Eurípedes, as comédias de Menandro e os discursos de Demóstenes.

No âmbito do ensino superior, o principal recurso usado era a retórica. Todos os estudantes deviam proferir conferências públicas, por meio das quais eram avaliados não só pelos professores, mas também pela população que podia julgar o desempenho oratório dos alunos. Sabemos que nas comunidades cristãs também havia homens e mulheres “letrados”¹¹⁰.

A educação básica acontecia na família: mães e pais transmitiam seus conhecimentos, tradições e costumes para os filhos e filhas.

Podemos concluir, dizendo que a educação e a cultura, no contexto do Império Romano, eram bem difundidas. No ambiente judeu-cristão não é difícil perceber essa questão, pois num período de aproximadamente meio século surgiram todos os textos neotestamentários. A Carta aos Hebreus destaca-se entre esses textos pela sua estrutura literária; a língua grega usada pelo autor ou autora coloca-a entre os melhores escritos do Novo Testamento¹¹¹.

¹¹⁰ Cf. At 17, 34; 18, 24-28, e também REIMER, Ivoni R., *Vida*, 1995, pp. 25-26. Além disso, a própria elaboração literária do texto de Hebreus permite deduzir um bom nível de ensino.

¹¹¹ Veja DUSSAUT, L., 1988, p. 351, refere-se a Hebreus como obra monumental; MACRAE, George W., 1999, p. 305, afirma: “Este eloqüente documento, uma das melhores obras escritas do cristianismo primitivo”. PARRA SÁNCHEZ, Tomás, 1996, p. 32, “uma linguagem erudita, estruturada e profunda, fruto da eloqüência refinada de seu autor”.

2.5.6 – A religião no Império Romano

Hb 4,14-5,10 é um texto que revela uma dimensão religiosa muito grande. Nele podemos constatar tanto a nervatura do judaísmo, por meio do ritual de sacrifícios, quanto a espinha dorsal do cristianismo, quando o autor ou autora propõe que a estrutura sacrificial do judaísmo foi superada pela nova aliança implantada por Jesus Cristo, sumo e eterno sacerdote, segundo a ordem de Melquisedec (Hb 5,10). Além disso, em seu contexto, transparece toda uma propaganda por parte de funcionários do Império em fazer cristãos apostatarem através de ameaças, perseguições e seduções¹¹². É nesse contexto religioso amplo e complexo que devemos entender a admoestação de Hb 4,14: “tendo, portanto, um grande sumo sacerdote que penetrou os céus, Jesus, o Filho de Deus, conservemos a profissão de fé”. A análise da dimensão religiosa no contexto do Império Romano, onde foi escrito Hb 4,14-5,10, evidenciará essa realidade.

Havia uma efervescência muito grande de movimentos religiosos por toda parte do Império. Quando o apóstolo Paulo chega em Atenas (At 17,16-34), ele encontra ali uma demonstração da grande variedade de cultos existentes no Império, uma vez que havia na cidade vários altares dedicados a diferentes divindades, entre os quais um era ao “deus” desconhecido. Paulo aproveita o fato para anunciar a fé cristã. Também as religiões místicas e até mesmo orientais eram difundidas com bastante força, como veremos a seguir.

Os principais grupos de pertença social e profissional eram os *collegia*. O segundo desses grupos, “os *collegia sodalicia*, dedicavam-se à adoração de deuses específicos, eram constituídos de estrangeiros que adoravam um deus de sua terra

¹¹² Veja maiores informações sobre este assunto em: REIMER, Ivoni R., *O Belo*, 2000, p. 63.

natal”¹¹³. A religião já era um estratificador social, porém a citação acima nos proporciona a identificação de um outro elemento estratificador da sociedade: o *collegium*, isto é, a reunião de várias pessoas que ocupavam o segundo lugar na estratificação da sociedade com o mesmo fim. Neste sentido, a pertença social acontece porque a pessoa faz parte de um *collegium* e simultaneamente pertence e pratica a mesma religião¹¹⁴. Só podia participar do culto a determinados deuses, se antes pertencesse ao *collegium*. Logo, pode-se constatar que a questão religiosa no contexto social onde surgiu Hb 4,14-5,10 é bastante ampla.

2.5.6.1 – A herança religiosa deixada pelos gregos

O culto a um deus podia conter fatores sincréticos: os romanos cultuavam Júpiter, Juno, Minerva e Vulcano entre outros. Quando os gregos dominaram o “mundo”, os romanos identificaram seus deuses (supra citados) com os deuses gregos: Zeus, Hera, Atena e Hefesto respectivamente. Dessa forma, é possível entender o surgimento dos *collegia sodalicia*, uma vez que eram compostos por estrangeiros que adoravam os deuses de sua terra natal. Os componentes dos *collegia sodalicia* cultuavam deuses com poderes transnacionais, isto é, que tinham poderes fora de sua terra natal.

A cultura religiosa da época em que Hb 4,14-5,10 foi escrito era, sobretudo, uma cultura herdada dos gregos. Assim sendo, os romanos cultuavam deuses agrícolas, isto é, cada deus do panteão era responsável por um setor da agricultura: da chuva, da fertilidade, do sol, da colheita. Esses deuses normalmente habitavam rios, árvores, florestas, cavernas, montanhas etc. Uma vez que os deuses viviam

¹¹³ STAMBAUGH, John E., e BALCH, David L., 1996, p. 114.

¹¹⁴ Veja REIMER, Ivoni R., *Vida*, 1995, pp. 73-76.

sempre próximos dos humanos, tinham também a função de protegê-los. A relação com a agricultura se passava no mesmo nível, isto é, uma vez que já habitavam elementos da natureza ficava mais fácil para os deuses manipulá-los em favor dos homens, ou em seu prejuízo. Havia sacrifícios para apaziguar os deuses e merecer o seu beneplácito.

2.5.6.2 – O culto e o sacrifício

O ponto forte da prática religiosa é sempre o culto. Este pode realizar-se em dois níveis: o público, do qual participa qualquer pessoa interessada; o privado, do qual só podem participar as pessoas que pertencem ao grupo religioso, ficando proibida a participação de qualquer outra pessoa que não faz parte desse grupo¹¹⁵.

No culto, seja ele público ou privado, a forma mais característica é sempre o sacrifício, que consistia em oferecer uma oferenda à divindade. Tal oferenda variava muito. Podia ser um animal: touro, cabra, ovelha, porco, pássaro ou então alguma refeição, como um bolo, preparado e assado especialmente para ser ofertado. Uma outra forma muito comum era a de ofertar somente o incenso¹¹⁶.

O ritual do sacrifício era seguido pelas preces com um rigoroso esquema de recitação, para não acontecer erros e tornar o sacrifício inválido¹¹⁷. Qualquer sílaba que fosse trocada pelo sacerdote poderia invalidar o sacrifício, daí então era necessário uma concentração muito grande e um esforço contínuo para que o sacrifício fosse devidamente válido e o sacerdote conseguisse o beneplácito da divindade a favor dos seres humanos.

¹¹⁵ Veja STAMBAUGH, John E., e BALCH, David L., 1996, p. 117.

¹¹⁶ Veja STAMBAUGH, John E., e BALCH, David L., 1996, p. 120.

¹¹⁷ Para melhor compreensão sobre a recitação da prece, consultar: OLIVEIRA, Roberto Cardoso, 1979, pp. 103-153.

2.5.6.3 – Os deuses do Império

No âmbito do Império Romano, o imperador era considerado uma divindade e tinha seu próprio culto com o ritual de sacrifício. Ao deus imperador oferecia-se, sobretudo, o incenso. Na perseguição às pessoas cristãs, essa era uma prática exigida como prova de lealdade ao imperador. Se o suspeito recusasse queimar incenso em sua honra, significava deslealdade e conseqüentemente a reprovação da divindade do imperador; logo, a conseqüência era a tortura e a morte¹¹⁸.

Essa prática também é exercida por Plínio, procurador romano na Betínia:

*Como agente do império, sua função, no tocante à religião, é fazer as pessoas cristãs negarem a sua fé e prestarem culto de adoração ao imperador. (...) Quem persevera na fé cristã corre o risco de sofrer a morte. Foi sob esta ameaça que Plínio conseguiu que muitas pessoas abandonassem a fé cristã e adorassem outros deuses.*¹¹⁹

O culto a Jesus Cristo como divindade foi proibido desde muito cedo pelo Império Romano, mas, de outro lado, era permitido cultuar algumas divindades místicas como Demeter e Persefone, que tinha até um ritual próprio incluindo a iniciação, um banho no mar, um exame de pureza moral e uma procissão de Atenas até Elêusis¹²⁰. No final do século I, o culto a elas também foi proibido sob o governo de Domiciano¹²¹.

¹¹⁸ STAMBAUGH, John E., e BALCH, David L., 1996, p. 120.

¹¹⁹ REIMER, Ivoni R., *Lembrar*, 1995, p. 47.

¹²⁰ Veja STAMBAUGH, John E., e BALCH, David L., 1996, pp. 121-126.

¹²¹ MESTERS, Carlos e OROFINO, Francisco, 1995, p. 43, comentando a questão religiosa no Império Romano afirmam: “depois do ano 70, muitas doutrinas e religiões diferentes, tanto gnósticas como místicas, começam a invadir o Império Romano (...) Separados dos judeus, os cristãos tornam-se alvo de perseguições cada vez mais fortes por parte do Império Romano. No fim do primeiro século, sob o governo de Domiciano, junto com outros cultos místicos, eles são declarados ‘Religio Illicita’.”

No contexto judaico, a prática do culto era dedicada somente a Iahweh. Por lei, na *Torah*, era expressamente proibido o culto a qualquer outra divindade. A prática religiosa dos judeus consistia em oferecer sacrifícios no Templo de Jerusalém¹²², na leitura da *Torah* nas sinagogas e no cumprimento diário de suas prescrições. Normalmente os imperadores romanos não entravam em conflito com os judeus por questões religiosas, salvo quando um imperador queria obrigá-los ao culto de sua pessoa ou de algum antecessor, bem como invasões, roubos e rapina em seus lugares sagrados.

Os judeu-cristãos ou simplesmente cristãos cultuavam a Jesus como o Messias. Seu culto consistia desde o início em reuniões nas sinagogas judaicas, em casas de famílias ou em outros lugares como catacumbas. O ritual consistia na leitura da Sagrada Escritura e em narrações orais dos acontecimentos da época de Jesus, sobretudo antes de surgirem os primeiros textos escritos do Novo Testamento, e finalmente a celebração da ceia eucarística. Esse culto era considerado subversivo dentro do Império. Por essa mesma razão foi duramente combatido e perseguido, fazendo inúmeros mártires por toda a extensão do Império.

A principal razão para a perseguição dos cristãos, por parte do Império, pode ser a infidelidade imperial, uma vez que o culto ao imperador era sinônimo de fidelidade. Ademais, ao imperador eram atribuídos títulos que os cristãos só atribuíam a Jesus Cristo. O imperador era freqüentemente descrito na literatura da época, como: “deus”, “Pai e guardião do gênero humano”, “deus na terra”, e “senhor e deus”¹²³.

Podemos concluir este capítulo sobre o texto e o contexto em que surgiu a

¹²² Aqui é preciso ter presente a impossibilidade de saber se o Templo estava ou não de pé durante a composição de Hebreus.

¹²³ Veja HORÁCIO, apud WENGST, Klaus, 1991, p. 72.

Carta aos Hebreus dizendo que a questão religiosa no Império Romano era bastante diversificada em relação às divindades, incluindo em seu panteão até mesmo alguns imperadores. Havia muitos templos espalhados por todo o território imperial, onde se cultuavam suas divindades. Embora o cristianismo tivesse sido decretado “Religio Illicita”, é claro, duramente perseguido, mesmo assim as forças imperiais não foram fortes o suficiente para suprimi-lo. As comunidades cristãs souberam ser resistentes o bastante para vencer as perseguições e seguirem fortalecendo-se nas mais diferentes partes do Império, uma prova disso é a Carta que estamos estudando. Sem sombra de dúvidas este texto é um dos mais bem elaborados de todo o Novo Testamento. Seu autor ou autora conhecia muito bem o texto da Septuaginta e dele fez bom uso ao redigir a Carta aos Hebreus. A educação e a cultura em geral constituem-se elementos de destaque neste contexto. A perícopes que estamos analisado é um texto muito bem elaborado, seu autor ou autora tinha um bom domínio da língua grega, colocando o texto aos Hebreus entre texto neotetamentários de melhor composição, uma vez que seu autor ou autora usou muito bem os recursos da língua grega. Uma análise mais completa do conteúdo desse texto, constitui o específico do próximo capítulo.

3 – ANÁLISE LINGÜÍSTICO-SEMÂNTICA DO TEXTO: CONTEÚDO

Numa ótica socio-político-religiosa, Hebreus 4,14-5,10 apontará sobretudo para a função política do sumo sacerdote. Quando tratamos das camadas do texto, destacamos que entre outras funções o sumo sacerdote era também o chefe do sinédrio (Mt 26,59; Mc 14,55). Portanto, ele era o chefe do principal instrumento de poder que os judeus tinham em suas mãos. O poder político propriamente dito era do Império Romano.

O sumo sacerdote, então, exercia sobre o povo judeu um poder sem medidas, porque, ao mesmo tempo, ele era o chefe religioso do culto e também do poder político frente aos governadores romanos que governavam a Palestina em nome do imperador¹²⁴. Além do mais, ele exercia também um forte poder econômico embutido na dimensão religiosa do sacrifício.

Todo sumo sacerdote devia oferecer sacrifícios pelos seus próprios pecados e também pelos do povo (Hb 5,3). Cada sacrifício só podia ser oferecido com a apresentação de oferendas, as quais tinham que ser adquiridas no próprio Templo. Quanto maior fosse o pecado, maior deveria ser a oferenda do sacrifício. Quanto

¹²⁴ Nesta época, a indicação do sumo sacerdote estava nas mãos do imperador que nomeava e depunha o sumo sacerdote de acordo com a conveniência do momento. Veja mais informações sobre este assunto em: EUSÉBIO de Cesaréia. *História Eclesiástica*, 10, § 3, p. 62.

mais rico, mais custava a oferenda (carneiro ou touro). Se fosse pobre poderia ser uma oferenda pobre (pombas ou rolas)¹²⁵.

Fica muito clara a distinção econômica que os sacerdotes impunham ao povo para receber o perdão. Se possuísse mais dinheiro tinha que pagar mais por meio de uma oferenda de maior valor, se não o tivesse, podia ser com o pouco dinheiro que possuía que o “Senhor” também dava o seu perdão.

3.1 – Análise lingüístico-sintática

A análise lingüístico-sintática tem por fim analisar propriamente o aspecto lingüístico que compõe o texto que está sendo estudado¹²⁶. Assim sendo, passar-se-á a analisar a perícopes de Hb 4,14-5,10 nessa perspectiva.

3.1.2 – Características lingüístico-sintáticas do texto

A principal característica observada no texto decorre de seu estilo discursivo que o autor ou autora utiliza. Para tanto, ele ou ela faz uso dos recursos lingüísticos que tem à disposição. O texto é uma perícopes composta por treze versículos, sua extensão não é ampla, mesmo assim, o autor ou autora usa um bom léxico.

3.1.3 – Léxico

O autor ou autora de Hebreus, fazendo um bom uso da língua grega, utilizou

¹²⁵ Este contraste no sacrifício aparece bem claro na apresentação de Jesus no Templo, como sacrifício de resgate do primogênito Lc 2,24 baseado em Lv 12, 8.

¹²⁶ EGGER, Wilhelm, 1994, pp. 74-89. WEGNER, Uwe, 1998, pp. 84-121.

um total de duzentos e seis (206) vocábulos para a composição da perícope de Hb 4,14-5,10¹²⁷. É importante ressaltar, porém, que vários desses vocábulos estão repetidos por mais de uma vez. Tal é o caso de uma boa quantidade de substantivos que vão aparecer repetidamente no decorrer do texto: “sumo sacerdote”/*archiereús*; “filho”/*huiós*; “Deus”/*Theós*; “pessoa”/*anthrópos* e “povo”/*laós*; “pecado”/*hamartía*; “graça”/*cháris*; “fraqueza”/*astheneía*; “Melquisedec” /*Melchisedék*. Ademais, das dez preposições figuradas na redação da perícope, sete delas estão presentes por duas ou três vezes, como é o caso de: *kata*, *prós*, *perí*, *metá*, *eis*, *hypér* e *hypó*. Também se repetem verbos, artigos e conjunções.

3.1.4 – Categorias e formas gramaticais

Percebe-se em Hb 4,14-5,10 o bom uso que o autor ou autora faz de verbos no particípio. Assim, Hb 4,14 começa com o verbo no tempo particípio: “tendo”/*échontes*. A forma participial vai aparecer mais quatro vezes conjugada da mesma maneira. Em Hb 5,7 aparece duas vezes: “tendo apresentado”/*prosenénkas* e “tendo sido ouvido”/*eisakustheís*; em Hb 5,9 “tendo sido aperfeiçoado”/*teleiathéís*; e por último em Hb 5,10 “tendo sido designado”/*prosagoreuthéís*. Além disso, o particípio também aparece em Hb 5,1 “sendo tirado”/*lambanómenos*, em Hb 5,8 “sendo Filho”/*ón* e em Hb 5,2 “podendo”/*dynámenos*.

O texto é enriquecido com dez das dezenove preposições gregas, sendo que algumas delas são repetidas no decorrer da composição, por exemplo: *katá* - está presente três vezes: Hb 4,15; 5,6.10; *prós* - aparece três vezes, a saber: Hb 5,1.5.7; *perí* - também figura no texto três vezes, sendo todas elas em Hb 5,3. Ademais

¹²⁷ Este número foi alcançado a partir de uma contagem dos vocábulos no texto grego, que dado às características próprias de uma língua pode ser mais resumida ou extensa que outra.

aparecem por duas vezes as seguintes preposições: *metá* - em Hb 4,16 e em Hb 5,7; *eis* - em Hb 4,16 e 5,6; *hypér* - em Hb 5,1.2; e *hypó* - em Hb 5,4.10. Ainda figuram por uma única vez as preposições: *ex* - em Hb 5,1; *ek* - em Hb 5,7; e *apó* - em Hb 5.7.

Os substantivos que mais aparecem na composição de Hb 4,14-5,10 são: “sumo sacerdote”/*archiereús* está presente cinco vezes: Hb 4,14.15; 5,1.5.10. Em segundo lugar vêm os substantivos: “Deus”/*Theós* está presente quatro vezes: Hb 4,14; 5,1.4.10; “povo”/*laós* - em Hb 5,3 duas vezes e “pessoa”/*anthrópos* - em Hb 5,1 duas vezes sendo uma explícita e uma oculta. Pois quando se lê “... das que são iludidas,...” deve-se ter presente que o referente de iludidas é a palavra “pessoa” que aparece anteriormente. Dessa forma, deve-se ler da seguinte maneira: “das pessoas que são iludidas,...” É importante ressaltar, neste momento, que por duas vezes a palavra “pessoa” vai aparecer no centro da seção central da estrutura interna do texto, isto é, da segunda seção, uma vez que o texto está dividido em três seções. Essa questão será tratada mais adiante, quando estivermos abordando o assunto. Em quarto lugar vem o substantivo “filho”/*huiós* - figurado três vezes na composição de Hb 4,14; 5,5.8.

3.1.5 – Conexão entre vocábulos e entre frases

Para conectar as frases de Hb 4,14-5,10, o autor ou autora recorre ao uso de artigos, pois eles aparecem por vinte e três vezes. Conjunções são mais usadas que os artigos, figurando por vinte e cinco vezes. Destaca-se entre elas a conjunção “e”, “também” (*kaí*), que aparece por treze vezes.

3.1.6 – Características estilísticas

Nesta análise é importante perceber ainda que o texto possui uma *lítote*¹²⁸, isto é, uma afirmação pela negação. Em Hb 4,15 encontramos: “não temos pois um sumo sacerdote que não pôde...” Na verdade o autor ou autora está afirmando que: “temos pois um sumo sacerdote que pôde compadecer-se...”

Há também a presença de *hiperbato*, isto é, o recurso de iniciar frases diretamente com verbos para chamar a atenção do leitor. Com o uso desse recurso o que aparece primeiro não é o sujeito, mas a ação verbal, ou seja, o verbo. O autor ou autora inicia e encerra o texto fazendo uso deste recurso. Em Hb 4,14 tem-se: *tendo portanto... (échontes)* e em Hb 5,10 tem-se: *sido designado... (prosagoreuthéis)*¹²⁹ Ademais a primeira frase de Hb 4,16 é também iniciada por *hiperbato: aproximemo-nos*.

O autor ou autora usa o recurso de enquadramento do texto, pois o verbo “ter” conjugado no particípio (*tendo*) está enquadrando o texto, uma vez que é a palavra que abre e fecha a composição. Além do mais, o substantivo “sumo sacerdote” também tem essa mesma função, uma vez que está presente em Hb 4,14 e em 5.10.

Por fim, o texto apresenta uma *merisma*, isto é, em Hb 5,7, pois quando o autor ou autora fala de “carne”/*sarcs*, ele ou ela está referindo a toda a vida de Jesus, isto é, a encarnação de Deus em Jesus.

¹²⁸ Sobre lítote, hiperbato e merisma veja em: EGGER, Wilhem, 1994, pp. 78-79.

¹²⁹ Veja sobre os verbos no particípio à página 87, onde tratamos deste assunto.

3.2 – Análise semântica das camadas e fontes de Hb 4,14-5,10

Verifica-se, na composição de Hb 4,14-5,10, a presença de vocábulos que dão ao texto um significado próprio, mas que merecem uma análise mais profunda por serem termos que também aparecem, na sua maioria, em outras partes do Novo Testamento. A análise desses termos ajudará numa melhor compreensão do texto, bem como do propósito do autor ou da autora da Carta. Dessa forma, segue a definição dos principais termos.

Sumo sacerdote/*archyereús*¹³⁰: a palavra “sumo sacerdote” aparece muitas vezes nos quatro evangelhos, em Atos e também na Carta aos Hebreus. Basicamente em todas elas o termo é traduzido por duas expressões: a primeira é como o chefe dos sacerdotes e a segunda é o sumo sacerdote como tal. Não existe nenhuma variação de significado entre uma passagem e outra. Todas as vezes que ela aparece, está referindo-se ao cargo político-religioso que ocupa o sumo sacerdote.

O sumo sacerdote aparece como tal no período pós-exílico, tudo indicando que sua existência está ligada a funções políticas desta época. O encargo de sumo sacerdote era decidido por hereditariedade, isto é, por descendência familiar. Assim, a família de Sadoc ocupou o cargo de sumo sacerdote até o ano 175 aC., e por sua vez tinha iniciado desde os tempos davídicos (2Sm 8,17; 20, 25).

O sumo sacerdote tinha como principal função oferecer o sacrifício da reconciliação no dia da grande festa da Reconciliação. Cabia ao sumo sacerdote entrar, uma vez por ano, no Santo dos Santos e oferecer este sacrifício. Segundo a tradição bíblica, foi neste momento que o anjo falou a Zacarias sobre a gravidez de

¹³⁰ Estudo realizado a partir de STOEGER, A., 1988, pp. 1016-1027; FRANSEN, P., 1987, pp. 114-126; e também: LÉON-DUFOUR, Xavier, 1977, pp. 923-931.

Isabel e o nascimento de João Batista (Lc 1, 5-25). O autor ou autora da Carta aos Hebreus atribuiu esta função de sumo sacerdote a Jesus Cristo. É claro que Jesus não era da Tribo sacerdotal de Levi, porém, o que o autor ou a autora faz é uma profunda teologia do acontecimento do Gólgota, concluindo que a morte de Jesus foi o único sacrifício capaz de reconciliar o ser humano com Deus, portanto, um sacrifício sacerdotal, isto é, o sacrifício da reconciliação.

É importante ressaltar que o cargo de sumo sacerdote também sofreu fortes influências políticas, sobretudo, quando a família sacerdotal de Sadoc foi sucedida por indicações dos reis da Síria, e portanto, fora da linhagem sacerdotal. Neste caso, o cargo passou a ser assumido por alguém indicado pelo governo secular. Dessa forma, Antíoco Epífanes nomeou a Jason (175-172 aC.), o último sumo sacerdote da casa de Sadoc. Sucederam a Jason os sumos sacerdotes indicados pelos reis selêucidas até o ano de 153 aC. Estes foram substituídos pelos asmoneus que permaneceram no cargo até o ano 37 aC. Dessa época em diante, o sumo sacerdote assumiu cada vez mais funções políticas sob a influência dos Herodes e do governo romano. Pois ele era escolhido e deposto pelos imperadores. Assim, o sumo sacerdote passou a ser a pessoa de maior importância na Palestina no período pós-exílico. Ele assumiu a presidência do sinédrio que julgava as causas conflituosas em relação a questões religiosas e culturais judaicas, e passou a ser o principal representante do povo diante dos funcionários do governo que dominava a Palestina, além de ser o principal chefe do culto.

Hb 4,14-5,10 dá a entender que este termo tem uma significação mais religiosa que política. O sumo sacerdote, para o autor ou autora de Hebreus, não é aquele que ocupa a posição de chefe, mas Jesus foi elevado a esta condição porque sua oferenda foi agradável a Deus, isto é, foi perfeita.

Sacerdote/hiereús: o termo “sacerdote” aparece nos 4 evangelhos, em Atos, na Carta aos Hebreus e em Apocalipses. Não há nenhuma variação em seu significado. Todas as vezes que o termo aparece refere-se à pessoa que exerce a função sacerdotal.

Melquisedec/Melchisédek¹³¹: no Novo Testamento só aparece o termo Melquisedec na Carta aos Hebreus, nesta seqüência Hb 5,6; 5,10; 6,20; 7,1.10.11.15.17. No geral, todas as vezes que o autor ou autora de Hebreus faz referência a Melquisedec, quer fundamentar que o sacrifício de Jesus no Gólgota foi um sacrifício sacerdotal e prefigurado no sacerdócio de Melquisedec, considerado eterno na tradição da Sagrada Escritura.

Ademais aparece também o conceito de “Ordem de Melquisedec” que deve ser entendido como “Ordem à maneira de...”. Não se pode confundir Ordem de Melquisedec com as ordens e congregações religiosas atuais. O que se deve levar em conta é que havia várias castas sacerdotais no tempo do Antigo Testamento (Ex 33,1; Jz 17-18; 1Sm 5,5; 6,2), porém, na tradição judaica, elas são consideradas pagãs por cultuarem deuses pagãos. Isso que não acontece com Melquisedec, pois este é sacerdote do Deus altíssimo (Gn 14,18). Assim, o autor ou autora de Hebreus faz uma releitura do sacerdócio de Melquisedec, vendo nele uma prefiguração do sacerdócio de Cristo.

Sacrifício/thysías¹³²: o termo sacrifício¹³³ perpassa vários textos do Novo Testamento; em sua grande maioria tem o significado veterotestamentário, isto é, de oferecer a Deus um sacrifício agradável.

¹³¹ BRUCE, A., Demarest, 2000, pp. 1267-1269.

¹³² LÉON-DUFOUR, Xavier, 1977, pp. 932-937; CAZELLE, H., e SCHNACKENBURG, R., 1988, pp. 1027-1035; LOCKMANN, Paulo, 1991, pp. 72-85.

¹³³ Maiores informações sobre sacrifícios, veja HINKELAMMERT, Franz J., 1991; ASSMANN, Hugo e HINKELAMMERT, Franz J., 1989.

Para nós, 'sacrifício' equivale a 'privação'. O sentido antigo da palavra era bem diferente. O termo não expressava uma privação, mas sim uma transformação: 'sacrificar' significa tornar sagrado, assim como 'purificar' significa tornar puro e 'pacificar' significa tornar pacífico. O sacrifício era um ato ritual que fazia com que uma oferenda passasse do mundo profano para o mundo sagrado.¹³⁴

Mas há também passagens como Rm 12,1; Fl 2,17; 4,17 e Ef 5,2 que dão nitidamente a compreensão de sacrifício como privação de algo, como penitenciar-se para tornar-se santo e aceito por Deus.

Na história da humanidade, podemos encontrar relatos antiqüíssimos das mais variadas formas e concepções de sacrifícios. No Egito, por exemplo, pode ser entendido como vitória de Hurus sobre Set. Na Babilônia seria a forma de alimentar os deuses, pois esses comiam as dádivas oferecidas em sacrifício. Na tradição judaica, porém, o sacrifício era entendido em três dimensões: dádiva, onde a oferenda sacrificada representava um agradecimento pelos dons que Deus concedeu; comunhão, por meio desse sacrifício o penitente entrava em comunhão com Deus; e redenção, a oferta sacrificada era capaz de tornar o ofertante redimido do pecado ou da impureza. Mais tarde, as prescrições de Levítico dão um novo significado ao ato sacrificial, o de tornar "santas" as oferendas sacrificadas por meio de uma representação do indivíduo ou da comunidade que oferece. Dessa forma, sacrificar é tornar santificado, daí então o sentido de reconciliação com Deus. É passar do estado profano ao estado sagrado.

Sofrer/sympatheín¹³⁵: o Antigo Testamento usa vários termos para expressar a idéia de sofrimento. Basicamente todas as palavras estão relacionadas à dor física: doença, golpes, penas, amarguras, angústia, fome, escravidão etc. Assim,

¹³⁴ VANHOYE, Albert, 1983, p. 17.

¹³⁵ SCHARGERT, J., 1987, pp. 259-268; SCHARBERT, J., e SCHMID, J., 1988, pp. 1069-1077.

“sofrer” seria padecer no próprio corpo algo que incomodasse e provocasse a dor.

No Novo Testamento, a idéia de sofrimento não é muito diferente, pois ela está ligada à dor física, sobretudo na dimensão de expiar pecados via sofrimento carnal. Assim, por meio da dor física, o fiel é purificado de seus pecados e pode render graças a Deus, porque por meio dessa “punição” o Senhor lhe mostra o caminho da conversão. A idéia do autor ou da autora de Hebreus está nesta mesma direção. Cristo aprendeu a ser obediente por meio do sofrimento. Logo, foi o sofrimento que tornou Cristo capacitado para oferecer o sacrifício do resgate e depois render graças ao Pai por ter reconduzido a humanidade ao caminho da salvação.

A palavra “sofrer” que figura em Hb 4,15 só vai reaparecer em Hb 10,34. Na maioria dos textos do Novo Testamento também aparece o termo “sofrer”, porém com outro significado e outra forma. O “sofrer” de Hb 4,14 é *sympáschein*, que significa “sofrer junto com”, ou “por causa de”. A tradução literal é feita com o verbo “compadecer-se”, o que significa “padecer com, junto com”. O sofrimento que está presente nos evangelhos sinóticos, em Atos, e em quase todos os escritos paulinos, inclusive em Hebreus, na primeira Carta de Pedro e também em Apocalipse, vem em boa parte dessas referências, significando o sofrimento como a “paixão de Cristo”. Porém aparece também no sentido mais amplo do sofrimento, como por exemplo as passagens de At 9,16; Gl 3,4 que falam da necessidade de ter que sofrer para conseguir alcançar algo, dando-lhe o sentido de penitenciar-se para... Em outras passagens, o sofrer significa “ser doente”, por exemplo Mc 5,26.

O termo sofrimento que aparece em Hb 5,8 “... embora fosse Filho, aprendeu, contudo, a obediência pelo sofrimento”, está no sentido mais geral de sua

compreensão; não está na dimensão de doença, mas de sofrer a paixão, ser maltratado, humilhado, e padecer as dores físicas do corpo após a flagelação.

O sofrer que aparece em Hb 4,15 (*sympathésai*) e em Hb 10,34 (*synepathésate*) derivam do verbo *sympatheín* que significa “compadecer-se”.

Obediência/hypakoén¹³⁶: no Antigo Testamento, a questão da obediência passava, sobretudo, pela fidelidade no cumprimento da Torah. Esta só seria perfeita se o povo fosse obediente às normas prescritas por Iahweh. Assim, obediência pode ser entendida como fidelidade a Deus. No Novo Testamento, também é a mesma concepção que está presente, sobretudo na fala do próprio Jesus: “não penseis que vim revogar a Lei e os profetas. Não vim revogá-los, mas dar-lhes pleno cumprimento” (Mt 5,17).

Também a palavra “obediência” aparece com certa freqüência no Novo Testamento. Seu primeiro significado deve ser entendido como submeter-se ao domínio de... ou à decisão de..., como em Mt 8,27, onde até o vento obedece à decisão ou à ordem de Jesus, pois o mesmo ficou calmo e silencioso. A obediência pode ser entendida como uma decisão arbitrária de mandar uma árvore plantar-se no mar e ela simplesmente obedecer (Lc 8,25).

Parece que o autor ou autora de Hebreus, no entanto, usa o termo em Hb 5,8 dando-lhe um outro significado. Nesta passagem, o sentido da palavra dá a entender que Jesus deixou-se conduzir pela obediência, ser guiado por ela, sendo assim, capaz de suportar os sofrimentos por meio da obediência.

Fraquezas/astheneíais: em Hb 4,15, este termo – como veremos adiante – reflete o ambiente social em que está inserido, isto é, o vocábulo “fraquezas” aqui está diretamente ligado à situação em que os judeu-cristãos estão passando,

¹³⁶ LÉON-DUFOUR, Xavier, 1977, pp. 665-667.

sobretudo a perseguição pelos romanos. Dessa forma, o sentido é completado com *boétheia*, ou seja, o povo precisa de “socorro” imediato.

Socorro oportuno/boétheia: o termo significa em Hb 4,16 tudo aquilo que Jesus, o sumo sacerdote pôde e pode fazer por aqueles que se aproximarem dele. É preciso ter presente que os cristãos estão em meio a acirradas perseguições por parte dos romanos. Logo se conclui que Jesus, o sumo sacerdote compadecido das pessoas fracas, oferece seu “socorro oportuno”.

3.3 – Campo semântico

O campo semântico ajuda na compreensão do texto, pois com este estudo torna-se possível perceber, no próprio texto, quais são as palavras-chave que compõem o texto e, sobretudo, a relação que têm entre si. Apresentamos a seguir um esquema, incluindo os principais lexemas de Hb 4,14-5,10.

Verbos que representam movimento no decorrer do texto: penetrar, aproximar, apresentar, estar, tomar, ir(foi) e receber.

Verbos no particípio que representam uma ação passiva do sujeito: ter – “tendo”/*échontes*, apresentar – “tendo apresentado”/*prosenénkas*, ouvir - “tendo sido ouvido”/*eisakustheís*, aperfeiçoar – “tendo sido aperfeiçoado”/*teleiatheís*, designar - “tendo sido designado”/*prosagoreuthéís*, tirar – “sendo tirado”/*lambanómenos*.

Outros verbos: conservar, ter, poder, compadecer-se, achar, ser, dever, glorificar-se, tornar-se, falar, gerar, clamar, salvar, aprender, padecer, obedecer.

Os substantivos que representam pessoas: sumo sacerdote, Jesus, Filho, Deus, pessoas, povo, Aarão, Cristo, sacerdote, Melquisedec, autor.

Outros substantivos que não representam as pessoas descritas acima, mas que estão diretamente ligados a elas: céus, profissão, fé, fraquezas, semelhança, pecado, confiança, trono, graça, misericórdia, socorro, coisas, oferendas, sacrifícios, honra, eternidade, ordem, carne, orações, súplicas, clamor, lágrimas, morte, piedade, obediência, salvação.

Dado a impossibilidade de montar uma figura do campo semântico, apresentaremos a seguir uma análise do principal lexema do texto e as devidas relações existentes com ele. O substantivo “sumo sacerdote” forma um campo semântico, em torno do qual se ligam pelo menos dezessete relações estabelecidas com outros campos: céus; Jesus, Filho; Deus; fraquezas; misericórdia; socorro; pessoas; sacrifícios; pecados; Cristo; é sacerdote pela ordem de Melquisedec; orações e súplicas; com clamor e lágrimas; morte; piedade; obediente; autor; salvação. As relações existentes são: sumo sacerdote (1) que penetrou o céu (2) é Jesus (3) o Filho (4) de Deus (5) e está no trono da graça (6); o seu sacerdócio é igual ao de Melquisedec (7); ele é o mediador das pessoas (8) nas coisas referentes a Deus oferecendo sacrifícios (9) com orações (10) e súplicas (11), com clamor (12) e lágrimas (13); ele foi salvo da morte (14), por causa de sua piedade (15) e obediência (16); ele é autor de salvação para todos os que dele se aproximarem (17).

Dessa forma, podemos concluir que Hb 4,14-5,10 é um texto muito bem elaborado. Seu autor ou autora usou um bom e variado vocabulário, bem como recurso lingüístico que dão ao texto um significado particular. Na semântica da perícopes, não é difícil constatar que o lexema de maior relevância é o substantivo (sumo) sacerdote, pois é em torno dele que todos os outros lexemas vão girar formando com ele a trama de toda a perícopes. Assim sendo, passaremos à análise

da questão sacerdotal que o texto apresenta, uma vez que é a temática do próximo capítulo.

4 – A QUESTÃO SACERDOTAL

A questão sacerdotal, conforme vimos ao tratar na definição de termos, pode ter funções diversificadas, como a mediação entre o ser humano e Deus, numa dimensão religiosa, mas pode exercer também funções político-sociais como era o caso do sinédrio que exercia o controle de “saúde” a população. Passaremos a analisar a questão sacerdotal na perspectiva da sociologia e logo a seguir abordaremos a presença da temática sacerdotal em Hb 4,14-5,10.

4.1 - O Sacerdócio segundo a perspectiva sociológica

O sacerdote, a princípio, é aquele profissional que lida com a administração do sagrado no campo religioso. Porém faz-se necessário distinguir que tipo específico de profissional é o sacerdote, porque também o mago, o profeta, o líder carismático, o adivinho¹³⁷ manipulam o conteúdo sagrado em favor daqueles que buscam de alguma forma o auxílio desses profissionais.

Uma definição para o sacerdote é que ele se distingue do mago. “É possível designar como ‘sacerdote’ aqueles funcionários profissionais que, por meios de

¹³⁷ Veja WACH, Joachim, 1990, p. 431, onde ele faz uma análise da experiência religiosa do sacerdote, diferenciando-a da experiência de outros líderes religiosos.

veneração, influenciam os deuses, em oposição aos magos, que forçam os ‘demônios’”.¹³⁸ Não bastando essa distinção, pode-se acrescentar que: “denominam-se ‘sacerdotes’ os funcionários de uma empresa permanente, regular e organizada, visando à influência sobre os deuses, em oposição à utilização individual e ocasional dos serviços dos magos”.¹³⁹ A distinção leva à conclusão de que a magia é uma atividade religiosa de cunho satânico ou demoníaco, ademais de ser uma atividade religiosa isolada sem ter um corpo¹⁴⁰ definido. Em contrapartida, o sacerdote nunca age isoladamente, mas sua ação depende da ‘comunhão’ que ele tem com os membros da mesma “empresa” à qual pertence. Além do mais, fica muito claro que a atividade sacerdotal está diretamente ligada aos deuses e não aos demônios.¹⁴¹ Salienta-se ainda que a magia é uma espécie de atividade religiosa profana e conseqüentemente não oficial, por lidar com os demônios. Do outro lado, a ação religiosa manipulada pelos sacerdotes não só é oficial, como também é sagrada por envolver os deuses.

O sacerdote tem como função “interpretar a vontade divina, mas também regular e corroborar, geralmente, a relação entre Deus e os homens”.¹⁴² Em outras palavras, pode-se afirmar que o sacerdote exerce a função de mediador nas relações humanas para com Deus e de Deus para com as pessoas. A mediação sacerdotal acontece de forma primordial quando o sacerdote preside o culto. É por meio do culto que ele entra em contato com Deus em favor das pessoas. Para tanto, o sacerdote deve manter, de forma essencial, uma observância ritual regular

¹³⁸ WEBER, Max, 1991, p. 294; veja WACH, Joachim, 1990, p. 433, veja ainda WACH, 1990, p. 436, onde ele faz uma diferença entre o sacerdote, o mago, o adivinho e o curandeiro.

¹³⁹ WEBER, Max, 1991, p. 294.

¹⁴⁰ Deve-se entender por corpo uma instituição religiosa, seja ela uma igreja ou uma religião.

¹⁴¹ Numa perspectiva de diálogo inter-religioso, essa afirmação de Weber não é bem vista, uma vez que para os magos, o que Weber considera demônios, são suas divindades, portanto, deuses.

¹⁴² WACH, Joachim, 1990, p. 431.

(litúrgica), bem como seguir uma teologia bem definida que guiarão sua atividade religiosa¹⁴³.

Para um bom desempenho, a ação sacerdotal necessita de um conjunto de normas que conduzem sobretudo a “liturgia” do culto. Neste sentido, é que se deve compreender a seguinte afirmação: “não há sacerdócio sem culto, mas sim culto sem sacerdócio”.¹⁴⁴ Essa afirmação faz uma enorme diferença no que se diz respeito ao conteúdo religioso. Nos cultos sem sacerdotes, bem como na magia, não existem a organização e a racionalização das idéias metafísicas, não existindo também uma ética religiosa que oriente tanto o líder religioso quanto aqueles que buscam os serviços religiosos destes profissionais. Tanto a racionalização das idéias metafísicas quanto uma ética especificamente religiosa para orientar a ação religiosa só “costumam desenvolver-se quando há um sacerdócio profissional independente, adestrado para a ocupação contínua com o culto e os problemas da orientação prática das almas”.¹⁴⁵

Pode-se perceber o destaque e a importância dada na preparação e na instrução das pessoas que irão assumir a função sacerdotal.

*Muito importante é o papel que a preparação e a instrução desempenham no sacerdócio. O treinamento visa a desenvolver as faculdades e aptidões requeridas para a realização do culto. Esse treinamento centra-se no desenvolvimento e preservação da comunhão adequada com o nume, donde procede o mana ou ‘santidade’ do sacerdote.*¹⁴⁶

Tanto a magia quanto a atividade sacerdotal é caracterizada pelo exercício religioso a ser desenvolvido. Na magia, a profissão é exercida de forma liberal, pois

¹⁴³ Veja WACH, Joachim, 1990, p. 432.

¹⁴⁴ WEBER, Max, 1991, p. 295.

¹⁴⁵ WEBER, Max, 1991, p. 295.

¹⁴⁶ WACH, Joachim, 1990, p. 433.

o mago não depende de nenhum corpo instituído; o que vale aqui são os seus dons pessoais e naturais. Já o sacerdote, seja ele hereditário ou com base em algum tipo de contrato, depende inteiramente da instituição religiosa na qual está a serviço, bem como dos membros da mesma, por meio de relações associativas de qualquer natureza. Assim, os sacerdotes são empregados dessas instituições ou associações e delas dependem inteiramente para colocar seus serviços em prol dos membros da mesma.¹⁴⁷ Ademais podemos acrescentar que “de modo particular o ritual do sacrifício, em todas as suas variedades e com toda a parafernália, exige um corpo de sacerdotes bem treinado e organizado para executar e supervisionar o procedimento”.¹⁴⁸ Essa afirmação encontra uma base no judaísmo que não só instituiu um corpo sacerdotal definido, bem como confeccionou utensílios para o ritual cúlrico e sacrificial (cf. Ex 25-30; 1Cr 4,19) Ademais, o sacerdote ainda é responsável por outras funções como: o zelo pelas tradições religiosas, a proteção dos conhecimentos sagrados e da técnica de meditação e da oração. Daí decorrem outras atribuições e sobretudo na condição de guardião da tradição, “o sacerdote, é também o homem prudente, o conselheiro, o educador, o filósofo.”¹⁴⁹

No exercício de suas tarefas, o sacerdote realiza os ritos sagrados, sobretudo por meio do culto, em função do qual “ele cria e fomenta as artes do canto sagrado, da composição, literatura, música, dança, pintura sagrada, escultural e arquitetura. O sacerdote lança os alicerces da teologia, da história, da filosofia, da lei, da medicina, da matemática e da astronomia.”¹⁵⁰

¹⁴⁷ Veja WEBER, Max, 1991, p. 294.

¹⁴⁸ WACH, Joachim, 1990, p. 434. Confirma também BOURDIEU, Pierre, 1999, p. 34, onde ele descreve até à página 78 sobre os processos da divisão do trabalho religioso, mas sobretudo de um corpo sacerdotal bem definido para a prática religiosa.

¹⁴⁹ WACH, Joachim, 1991, p. 437.

¹⁵⁰ WACH, Joachim, 1991, p. 437.

No cotidiano do sacerdote, ele terá que desempenhar outras funções que até agora não foram abordadas, mas que são muito importantes no ministério sacerdotal, por estarem diretamente relacionadas com a vida das pessoas e da sociedade como um todo:

O sacerdote cujo 'rebanho' é regular e estável (...) executa algumas das suas mais importantes funções que até agora não mencionamos. Mediante o trato regular com grupos ou indivíduos, que o procuram, confiam nele e dele dependem para a realização de atos culturais necessários, o sacerdote se torna guia, conselheiro, confortador, 'pastor' e 'confessor' (...) O sacerdote exerce a tremenda influência de que a história da civilização dá testemunho. No início, esta influência, que era principalmente religiosa, a seguir se estendeu para as esferas moral, social, cultural e política.¹⁵¹

É preciso ter presente que nem sempre existiu um corpo sacerdotal bem definido¹⁵² com funções específicas e regidas por um conjunto de regras e normas especiais, mas: “em condições primitivas, o pai de família com freqüência age como o ‘sacerdote’ de seu lar, e o comandante ou rei podem officiar o culto pessoalmente ou por procuração, fazendo as vezes do sacerdote ou de sumo sacerdote de sua tribo, povo ou Estado.”¹⁵³ Seguramente foi o avanço nas condições culturais, bem como sociológicas, que tornou necessário ou que até mesmo proporcionou o surgimento de uma organização sacerdotal bem definida. A ascensão à função sacerdotal pode ser de diferentes formas, conforme se concebe nas mais diferentes partes. Pode ser, por exemplo:

¹⁵¹ WACH, Joachim, 1990, p. 438.

¹⁵² Cf. BOURDIEU, Pierre, 1999, p. 36.

¹⁵³ WACH, Joachim, 1990, p. 435, o autor continua dizendo na mesma página que “o sacerdócio pode ser desempenhado por tribos, clãs ou famílias especiais, como em Israel, Grécia, Roma, Pérsia e Índia.”

Hereditária, como em Israel, Grécia, Roma e Japão (...) Às vezes os sacerdotes estão originados como grupos ou castas exclusivas, mas há lugares em que a admissão a este cargo é livre (...) Muitos povos admitem mulheres ao sacerdócio (Egito, Celtas, Grécia, Roma, Antiga Ásia Ocidental, Japão, América do Sul e do Norte).¹⁵⁴

O sacerdócio de Jesus em Hb 4,14 não é um sacerdócio por hereditariedade, mas é afirmado que Jesus o recebeu diretamente de Deus (Hb 5,10), como também o recebeu Aarão (Hb 5,4). Conforme veremos¹⁵⁵, a ascensão ao sacerdócio no judaísmo acontecia por pertença tribal. Para ascender ao sacerdócio devia-se, antes de tudo, pertencer à tribo de Levi, da qual separa-se uma família, e desta, um varão para exercer a função sacerdotal. Jesus não pertencia à tribo sacerdotal, mas sim à tribo de Judá. Logo, podemos concluir que a atribuição sacerdotal que o autor ou autora de Hebreus faz a Jesus é uma leitura do acontecimento do Gólgota¹⁵⁶ e uma reinterpretação do sacerdócio levítico.

4.2 – O sacerdócio em Hb 4,14-5,10

Uma breve consulta à história da humanidade será suficiente para perceber que a dimensão religiosa sempre esteve presente na vida humana. Essa presença religiosa acontece, aqui e ali, por meios diferenciados. O que interessa mais de perto é a história religiosa do povo hebreu¹⁵⁷, porque é do meio desse povo que

¹⁵⁴ WACH, Joachim, 1990, p. 439.

¹⁵⁵ Veja às pp. 106-107 desta dissertação, onde tratamos da eleição da tribo de Levi, por chamamento de Deus, para exercer o sacerdócio; daí em diante, a questão sacerdotal no judaísmo passou a ser hereditária.

¹⁵⁶ Veja sobre este assunto a partir da página 122, onde tratamos do sacerdócio de Jesus, no item: um novo tipo de sacerdócio uma vida sacerdotal.

¹⁵⁷ Confira nas seguintes passagens referências ao povo hebreu: Gn 39, 14; 41, 12; 43, 32; Ex 2, 7.11; Dt 15,12; 1Sm 4, 6; 29, 3; Jr 34, 9; At 6,1; 2Cor 11, 22; Fl 3, 5.

surgiu uma casta sacerdotal que nos interessa mais de perto, a casta sacerdotal de Levi.

Os levitas surgiram especificamente para cumprir duas funções: a) ensinar para todos os hebreus que foi lahweh quem os libertou da opressão do Egito (Ex 13,11-16); b) exercendo a função de sacerdotes, passavam, assim, a ser os legítimos mediadores entre Deus e os homens (Nm 8, 14-19). Os levitas estão presentes em nossa perícopa por meio da referência que o autor ou autora faz a Aarão em Hb 5,4, dizendo que ninguém pode ser sacerdote se não foi chamado como Aarão. Assim, passaremos à análise do sacerdócio levita.

4.3 – A pessoa de Levi

Segundo a genealogia, encontrada em Gn 35,22b-26, Levi é o terceiro filho de Jacó, por ordem crescente. No total, Jacó teve doze filhos que mais tarde formaram as doze tribos de Israel. Nessa genealogia, Levi é filho de Lia. Pode-se encontrar, por fontes escriturísticas, sua origem. Pode-se saber de qual família ele se originou (Jacó e Lia), saber sobre sua vida (Gn 34,21-31), saber sobre seus descendentes: Gérson e seus filhos: Lobni e Semei; Caat e seus filhos: Amram, Isaar, Hebron e Oziel; Merari e seus filhos: Mooli e Musi. Amram desposou Jocabed, sua tia, a qual lhe deu Aarão e Moisés. Levi viveu cento e trinta e sete anos (Ex 6,16-20). Temos notícias sobre os clãs levitas (Ex 6,17-27), e podemos saber sobre sua tribo¹⁵⁸ (Js 13,14). Conforme Ex 1,6, Levi morreu no Egito junto com todos os seus irmãos, uma vez que toda aquela geração pereceu nessas terras.

¹⁵⁸ Na distribuição da Terra Prometida a tribo de Levi não recebeu nenhuma porção específica, senão que em cada uma das outras tribos, recebeu somente algumas cidades para formar as cidades levíticas, a fim de prestar o serviço sacerdotal (cf. Js 13,14;21).

Uma leitura desatenta pode levar à conclusão de que, a princípio, a tribo de Levi não era sacerdotal, que não fazia parte da casta sacerdotal.¹⁵⁹ Ao contrário, uma leitura mais profunda da temática sacerdotal na Sagrada Escritura tornará evidente a pertença do sacerdócio à tribo de Levi, visto que não só Levi, mas toda a sua tribo foi eleita, escolhida por Deus para a função sacerdotal (Nm 3,12).

É também evidente que nem sempre existiram os sacerdotes junto ao povo. Nem sempre aquele que oferecia os sacrifícios era chamado de sacerdote. Assim, pode-se encontrar, por exemplo, Abrão erigindo altares e oferecendo sacrifícios¹⁶⁰ a Deus. Mas não se encontra nenhuma referência ao sacerdócio de Abrão.¹⁶¹ Seguindo o cânon bíblico, a primeira referência ao sacerdócio é feita em relação à pessoa de Melquisedec em Gn 14,18-20¹⁶².

4.3.1 – O sacerdócio de Levi

O sacerdote Melquisedec descrito em Gn 14,18-20 não era hebreu. Não fazia parte constitutiva desse povo. Então, é preciso buscar, no meio do povo hebreu, a existência de uma casta sacerdotal. Não será difícil encontrá-la. Em Dt 33,8-11, quando Jacó abençoa seus filhos, junto com a bênção a Levi, ele dá também o direito de consultar a lahweh em favor do povo, por meio das pedras: Urim e Tummim. Estas pedras são de uso sacerdotal, conforme o texto da investidura de

¹⁵⁹ Conforme Js 21,1ss, os chefes das famílias levitas vieram ter com o sacerdote Eleazar e Josué para reclamar seus direitos. Aqui fica claro que, apesar do sacerdócio ser tribal, isto é, da tribo de Levi, somente alguns homens exercem o sacerdócio, como é o exemplo de Eleazar.

¹⁶⁰ Veja sobre altares erigidos e sacrifícios oferecidos por Abrão (Gn 13,4.18; 15,8-17; 22,9-13). Veja também sobre este mesmo assunto em AUNEAU, Joseph, 1994, pp. 14-15.

¹⁶¹ Na época de Abrão havia certas castas sacerdotais anteriores aos israelitas, porém não tinham nada a ver com a casta sacerdotal de Levi que surgiu bem mais tarde. Veja AUNEAU, Joseph, 1994, p. 11.

¹⁶² É importante lembrar que este texto de Gn 14,18-20 não é o mais antigo, pois ele é do período pós-exílico havendo, portanto, literatura mais antiga que trata da questão sacerdotal.

Aarão em Ex 28,30. A realização da consulta a lahweh significa, em outras palavras, a questão da mediação. Assim, o próprio Levi exerceu de alguma forma o sacerdócio em favor de seus irmãos e irmãs. Não se pode negar, porém, que é com a família de Aarão que o sacerdócio levita ganha forma enquanto instituição (Ex 29). Assim, pela primeira vez, quem de fato recebe o título de sacerdote, em relação à função que exerce, é Aarão¹⁶³. Este, sim, é sacerdote levita, pois descende diretamente de Levi (Ex 6,16-20). O sacerdócio não é de Aarão, mas da tribo levita (Dt 33,8-11), que foi eleita e escolhida pelo próprio Deus, quando disse: “Vede que eu, eu mesmo, escolhi os levitas do meio dos filhos de Israel, em lugar de todos os primogênitos, daqueles que entre os filhos de Israel abrem o seio materno; os levitas são meus (Nm 3,12)”. Assim, fica claro que é a tribo de Levi que detém o sacerdócio por eleição de Deus. É Ele mesmo que a escolheu dentre todas as outras tribos, como a um primogênito. Ex 13,11-16 trata com muita clareza a função dos primogênitos, isto é, eles são os responsáveis por manter viva na memória de todo hebreu a ação de lahweh que os tirou com mão forte da opressão no Egito. Quando lahweh escolheu os levitas em lugar de todos os primogênitos. Ele estava transferindo-lhes a função de ensinar sempre, para todo hebreu, que foi Ele mesmo que os libertou do Egito.

4.3.2 – Atribuições ao sacerdócio levita

A tentativa de encontrar uma única atribuição específica ao sacerdócio levita será frustrada. Na verdade, ele não tem como única função a mediação entre o ser

¹⁶³ Veja em Ex 4,14 no diálogo de lahweh com Moisés aparece pela primeira vez Aarão como ‘o levita’, isto é, o sacerdote. Moisés pede a lahweh que mande ao Egito um intermediário, isto é, um mediador, um sacerdote, porém lahweh responde: “Não existe Aarão, o levita, teu irmão?”.

humano e Deus. Encontrar-se-ão várias atribuições, dentre elas, temos: os rituais do sacrifício (Lv 1-9; 16), o controle sanitário ou de saúde, conhecidos também como rituais de pureza (Lv 13-14), consulta com as pedras sagradas, o *Urim* e o *Tummim*, (Dt 33, 8; 1Sm 14,36-42; 23,9-12), algumas atribuições jurídicas (Nm 5,11-31), a “catequese” (Dt 33,8-11; 31,9-26) e a distribuição de bênçãos (Nm 6,22-27; Eclo 45,15).

A princípio, pode-se dizer que todas essas atribuições ao sacerdócio levita estão mais voltadas para a dimensão da pessoa humana. É claro que algumas delas estão também indo ao encontro de um plano divino. Porém, aqui o mais importante é o relacionamento de pessoa a pessoa, um convívio em sociedade. Mas, ficar somente neste plano é como que perder o melhor da própria pessoa, porque esta é chamada também a relacionar-se com Deus.

Conforme se pode deduzir, “entre as relações constitutivas da pessoa humana, há uma que é fundamental (...) Ela condiciona todas as outras relações. Trata-se da relação com Deus. O ser humano é um ser chamado a entrar em relação com Deus”¹⁶⁴.

Pode-se concluir que o ser humano tem um certo relacionamento com Deus. Mesmo que este não seja um “crente”, ele se relaciona na dimensão da negação de sua existência¹⁶⁵. Todavia o que é importante ser ressaltado é o relacionamento e a vivificação do ser humano em Deus. É exatamente a essa exigência que o sacerdócio procura responder.

¹⁶⁴ VANHOYE, Albert, 1994, p. 15.

¹⁶⁵ Estamos abordando aqui a posição de algumas pessoas que, por se dizerem atéias, pensam não acreditarem em Deus, porém seu relacionamento acontece via a negação de sua existência: “Deus não existe, se existisse faria isso ou aquilo”.

4.3.3 – A consagração do sacerdote levita

Em Ex 29 tem-se a descrição da consagração dos sacerdotes levitas, nas pessoas de Aarão e de seus filhos. O sacerdote era alguém que se separava do povo por meio desses rituais de consagração e de purificação para daí mediar as relações das pessoas com Deus e de Deus com as pessoas. Assim, “o sacerdote, com efeito, é um homem que tem a responsabilidade social das relações com Deus. Ele está a serviço do grupo em seu conjunto, em tudo o que se refere à relação com Deus”¹⁶⁶.

Para o sacerdote levita o relacionamento do ser humano com Deus tem necessariamente que passar por meio de sua ação, isto é, de sua mediação. A pessoa, pecadora, não consegue, por si só, alcançar os beneplácitos de Deus. Esse relacionamento só é possível quando acontece uma radical transformação na vida do ser humano. Essa transformação é exatamente a mudança de níveis, saindo do profano (realidade humana) e passando para o sagrado¹⁶⁷ (realidade divina). Mas tudo isso não acontece a partir do nada. É preciso que o ser humano se encha de santidade, de graça, por meio de uma ‘consagração’ (Ex 29). Sem a consagração, o relacionamento fica no plano humano e não atinge a Deus.

Há que se perguntar como acontece essa consagração. Não será difícil perceber que ela consiste um ritual de separações (Lv 9; Ex 29). O autor ou autor de Hebreus critica profundamente esse princípio de separação do sacerdócio levita¹⁶⁸ (Hb 8,3; 9,6-7; 10,6-7). O sacerdote não pode estar fora da realidade do povo, isto é,

¹⁶⁶ VANHOYE, Albert, 1983, p. 15.

¹⁶⁷ Para obter maiores informações sobre o sagrado e o profano indicamos as seguintes leituras: ELIADE, Mircea, 1999. OTTO, Rudolf, 1992.

¹⁶⁸ Para o autor ou autora de Hebreus, a questão da separação do sacerdote deve ser entendida como eleição/constituição e não como separação no sentido literal que se entende hoje.

não pode estar fora de sua própria realidade humana. Para ser sacerdote autêntico, ou melhor, para a ação sacerdotal ser plena (isto é, ser ouvida por Deus), o sacerdote tem que estar ao mesmo tempo ligado (unido) ao povo e a Deus.

Não basta estar ligado só a Deus e estar fora da realidade humana. Este esquema da consagração separa a pessoa do mundo, da dimensão humana. Logo, a consagração não está no aperfeiçoamento da pessoa em si, mas simplesmente na separação entre a pessoa (sacerdote) e a realidade do mal (realidade mundana). Para os hebreus é como que se essa separação conferisse um grau de santidade ao sacerdote simplesmente por ele não estar mais no meio de uma realidade pecadora (isto é, realidade profana). “A ‘santidade’ assim conferida deve ser cuidadosamente preservada: severos preceitos obrigam o sacerdote a evitar tudo o que possa levá-lo ao nível profano (Lv 21)”¹⁶⁹.

Esse esquema de consagração traz a concepção de um Deus, cujo acesso só acontece no Templo, isto é, no Santo dos Santos. Somente quem tem acesso a esse local é o sacerdote. Mesmo assim não basta ser sacerdote para entrar no Santo dos Santos. O sacerdote tem que se submeter a uma série de ritos e cerimônias sagradas (Lv 8-7) para ter acesso a esse lugar. Entre esses procedimentos se destaca a cerimônia do “sacrifício”¹⁷⁰.

Este é um dos pontos culminantes do sacerdócio levita. Na medida em que o sacerdote busca tornar-se sagrado por meio do sacrifício, ele vai deixando cada vez mais o espaço e as atividades profanas, a vida terrena, para entrar em contato com Deus, isto é, para ascender-se junto de Deus. Se a sua consagração tiver êxito, sua oferenda será aceita por Deus e suas preces serão atendidas. Em outras palavras, a

¹⁶⁹ VANHOYE, Albert, 1983, p. 16. O sacerdócio não é pessoal de Levi, Aarão, Eleazar etc., mas ele é tribal. Toda a tribo é sacerdotal, toda ela passa pelo esquema de separação e consagração. Porém, um membro de cada família é escolhido para exercer a função sacerdotal.

¹⁷⁰ Veja sobre este assunto em VANHOYE, Albert, 1983, p.17.

‘santidade’ do sacerdote foi vista por Deus. O povo foi bem representado (mediado), e assim Deus concede o perdão e as bênçãos por meio da oferenda que lhe foi agradável. Não se pode esquecer de que o êxito da consagração é a separação, tudo depende dela. “Em última instância, tudo repousa sobre o sistema das separações rituais de que falamos. E é por isso que os judeus davam-lhe tanta importância. As infrações a esse sistema eram punidas com a morte (Nm 1,51; 3,10.38; At 21,27-31)”¹⁷¹.

Todo este esquema de ritos prescritos para o bom cumprimento do sacerdócio e da prática religiosa tem o seu limite. Já alguns profetas criticaram duramente todo esse processo. Amós é o principal representante deles (Am 5,21-25; veja também 1Sm 15,22; Is 1,10-16; 29,13-14; 58, 1-8; Os 6,6; Mq 6,5-8; Jr 6,20; Jl 2,13; Zc 7,4-6). Jesus também fez fortes críticas a esse esquema de ritos (Lc 11,38-51; Mt 7,21-23; 23,23-32; Jo 4,21-24; Mc 7,3-13). Sua ação foi completamente inversa. Ao invés de separação, Jesus propõe um ‘ajuntamento’, uma integração das pessoas. Ele coloca a pessoa no centro (Mc 3,3). É a vida que está no centro, e não o pecado, como o esquema das separações propõe. Para Jesus, optar pelo pecado é optar pela morte (não salvar a vida), optar pelo pecador (pessoa) é optar pela vida, salvar, curar etc.

4.3.4 – A ineficácia do sacerdócio levita

Para o autor ou autora de Hebreus (Hb 2,10-18) só pode ser plenamente sacerdote a pessoa que estiver “ligada” ao mesmo tempo com Deus e com os irmãos e irmãs. Do contrário, as relações são imperfeitas. Ou elas carecem do relacionamento com Deus ou carecem do relacionamento com o ser humano. Com

¹⁷¹ VANHOYE, Albert, 1983, p.18.

esta argumentação, o autor ou autora vai mostrando que o sacerdócio levita é imperfeito¹⁷², porque é temporal. Esse sacerdócio foi constituído como símbolo, e, todo símbolo tende a desaparecer quando o simbolizado está presente. Ora, se Jesus é o verdadeiro e eminente sacerdote constituído pelo Pai (Hb 4,14), o seu símbolo já foi superado, isto é, o sacerdócio levita (Hb 7,15-19). Parece ser impossível demonstrar o limite do sacerdócio levita sem mostrar a perfeição do sacerdócio de Jesus Cristo.

Hb 5,1 diz que todo sumo sacerdote é tirado do meio dos homens e é constituído em favor dos homens em suas relações com Deus. No esquema de separações, o termo “tirado” é entendido no sentido literal, isto é, separa-se do meio das pessoas. Para o autor ou autora de Hebreus é o contrário, o termo ‘tirado’ deve ser entendido como eleição, escolha, jamais como separação, como barreira. Do contrário, como poderia o sacerdote manter relações com os seus irmãos e irmãs? Ele é escolhido dentre as pessoas e ali permanece. É segundo essa concepção que Jesus foi “eleito”, “escolhido” sacerdote, para estar entre as pessoas e oferecer sacrifício agradável a Deus. Os sacrifícios que os sacerdotes levitas ofereceram não foram plenificados, porque não era na morada de Deus que entrava o sumo sacerdote judeu, mas na tenda, ou mais tarde no Templo, uma construção humana, material (Hb 9,1.24). E Deus não habita as construções humanas (At 7, 48; 17,24). Neste caso, a ‘primeira tenda’ não podia dar acesso ao santuário celeste, porque ela própria era limitada por ser fabricada por mãos humanas.

¹⁷² Ressaltamos que como pesquisador devemos seguir a proposta feita pelo autor ou autora de Hebreus, onde é afirmado a ineficácia do sacerdócio levita. Porém devemos ter presente que ainda hoje existem povos e crenças, onde o ritual de sacrifícios é predominante. Assim que numa perspectiva de diálogo interreligioso estamos abertos aos diferentes credos, além de respeitar seus princípios religiosos. Aqui não deve transparecer que estamos assumindo uma posição antijudaica e a outros cultos sacrificiais, mas tão somente estamos analisando o que o autor ou autora de Hebreus fala sobre o sacerdócio levita, em relação ao sacrifício.

A ineficácia do sacerdócio levita está exatamente nas duas dimensões já abordadas: a) no relacionamento com os irmãos e irmãs; b) no relacionamento com Deus. A primeira não se constituía de fato, pois os sacerdotes eram separados, tirados do meio do povo para se tornarem puros, sagrados. A segunda também não se constituía, porque, embora estivessem separados da realidade profana, estavam presos na realidade do mundo humano. O templo é realidade humana e não celeste, é fabricação humana. Assim o sacerdote nunca entrava de fato em perfeito contato com Deus. Suas relações só se davam no plano da realidade humana, e, mesmo assim carente de profundidade, porque os sacerdotes eram também separados de seus irmãos para buscarem a santificação. Aqui, parece não ter saída para o problema, mas:

*O autor encontra a causa profunda dessa situação sem saída na natureza dos sacrifícios oferecidos (9,9). Mesmo que o verdadeiro caminho fosse conhecido, ninguém poderia tê-lo tomado para se aproximar de Deus, porque não haviam sacrifícios dignos de serem apresentados a Deus: e não é caminhando que se avança até Deus, mas oferecendo-se.*¹⁷³

Com isto, o autor ou autora de Hebreus já coloca em evidência que todos os sacrifícios levíticos não são eficazes. É inútil, para o autor ou autora de Hebreus, que se ofereça sangue de bode para expiação de pecado. Qual a relação entre sangue de bode e pecado do ser humano (Hb 10,4)? Neste sistema de sacrifícios é evidente o esquema de separações. O sacerdote está separado do povo; o sacerdote está separado da vítima, porque ele não se oferece a si mesmo, mas, bodes e touros, e a vítima também está separada de Deus. Apesar de tantas separações, os sacerdotes continuavam pessoas mortais, imperfeitas e pecadoras. Eram carentes, portanto, de

¹⁷³ VANHOYE, Albert, 1983, p. 71.

novos ritos de aperfeiçoamento, suas ações eram ineficazes (Hb 7,18). Assim eles viviam um eterno recomeço de oferendas. Daí se conclui a ineficácia do sacerdócio levita.

4.4 – O sacerdócio de Melquisedec

O Antigo Testamento fala da existência de algumas castas sacerdotais. Entre elas encontra-se a dos sacerdotes levitas (Ex 29; Nm 3,6-13), a dos sacerdotes que já existiam antes dos levitas (Ex 3,1; Jz 17-18; 1Sm 5,5; 6,2) e ainda a misteriosa presença do sacerdote Melquisedec (Gn 14,18-20). Passamos a analisar esse último a partir de Hb 5,6.

4.4.1 – Fundamentação bíblica sobre Melquisedec

A Sagrada Escritura fala sobre a pessoa do sacerdote Melquisedec em somente três livros. Por ordem do cânon, as passagens são apresentadas da seguinte forma: a) em Gênesis 14,18-20, quando Melquisedec vai ao encontro de Abrão; b) no Salmo 110,4, referindo-se a um juramento de Iahweh concedendo o grau sacerdotal, segundo a ordem de Melquisedec¹⁷⁴; e, por último, na Carta aos Hebreus, onde o seu autor ou autora faz uma releitura do Antigo Testamento para justificar o sacerdócio de Jesus Cristo.

Em Gn 14,18-20¹⁷⁵ tem-se o seguinte texto:

¹⁷⁴ O autor ou autora de Hebreus fez uma leitura deste texto, dizendo que este oráculo profético se aplica e se cumpre plenamente em Jesus Cristo e não em Davi, como se entendera outrora.

¹⁷⁵ FITZMYER, Joseph A., 2000, p. 64, adverte que Gn 14,18-20 pode não fazer parte do relato original do restante do capítulo 14, mas pode ser que fazia parte de uma saga poética tão antiga quanto todo o restante do capítulo.

*Melquisedec, rei de Salém, trouxe pão e vinho; ele era sacerdote do Deus Altíssimo. Ele pronunciou esta bênção: 'Bendito seja Abrão pelo Deus Altíssimo que criou o céu e a terra, e bendito seja o Deus Altíssimo que entregou teus inimigos entre tuas mãos'. E Abrão lhe deu o dízimo de tudo.*¹⁷⁶

O Salmo 110 parece ser um salmo real por se tratar de um salmo de Davi, cujo conteúdo é de entronização, mas alguns analistas preferem classificá-lo como um salmo messiânico¹⁷⁷. Nele temos a seguinte passagem: "Iahweh jurou e jamais desmentirá: 'Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedec' (Sl 110,4)"¹⁷⁸.

Por último, na Carta aos Hebreus, aparecem as seguintes referências a Melquisedec:

Conforme diz, ainda, em outra passagem: Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedec (5,6) (...) Tendo recebido de Deus o título de sumo sacerdote, segundo a ordem de Melquisedec (5,10) (...) Onde Jesus entrou por nós como precursor, feito sumo sacerdote para a eternidade, segundo a ordem de Melquisedec (6,20) (...) Este Melquisedec é, de fato, rei de Salém, sacerdote do Deus Altíssimo (7,1) (...) Pois ele¹⁷⁹ ainda estava nos rins do seu antepassado quando se deu o encontro com Melquisedec. Que necessidade haveria de outro sacerdócio, segundo a ordem de Melquisedec, e não 'segundo a de Aarão'? (7, 10-11b) (...) Mais claro ainda se torna isto quando se constitui um outro sacerdote, semelhante a Melquisedec (7,15) (...) Pois diz o testemunho: Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedec (7,17).

Temos assim, todas as passagens bíblicas referentes ao sacerdócio de

¹⁷⁶ Sobre a bênção que Melquisedec dá a Abrão, veja também: TREIN, Hans Alfred, 1992, p. 50.

¹⁷⁷ SCHÖKEL, Luís A., e CARNITI, Cecília, 1992, p. 1350, apresentam uma lista de autores que classificam o Salmo 110 como messiânico; WEISER, A., 1994, p. 536, também fala do Salmo 110 como um salmo que recebe as duas classificações: salmo real e messiânico em função de seu conteúdo; PAUL, M. J., 1987, p. 195, diz que o *Sitz im Leben* do Salmo 110 é entronização do rei ou então parte do ritual anual do outono.

¹⁷⁸ Cf. também a análise de TREIN, Hans Alfred, 1992, p. 52.

¹⁷⁹ Em Hb 7,10, a palavra 'Ele' deve ser entendida como a pessoa de Aarão (pois Aarão ainda estava nos rins...).

Melquisedec¹⁸⁰. Todos esses textos referentes a ele não são longos. Todas as referências encontradas em Hebreus são remetidas às duas primeiras, isto é, à referência de Gênesis 4,18-20 ou a do Salmo 110,4. Esses textos, porém, podem ser suficientes para conhecer um pouco sobre sua pessoa e para traçar as principais características de seu sacerdócio, segundo a interpretação apresentada na Carta aos Hebreus.

4.4.2 – A pessoa de Melquisedec

Melquisedec aparece misteriosamente no Livro de Gênesis indo ao encontro de Abrão. O autor sagrado não se preocupou em descrever sua descendência. Não fala de sua família. Não fala de seu nascimento. Não fala de sua ascensão ao reinado de Salém. Não fala como se tornou sacerdote¹⁸¹ do Deus Altíssimo e ao mesmo tempo rei. Não fala de sua morte. Seguramente isso não era problema para o autor sagrado. Nos textos sagrados é comum este tipo de relato. O que é mais importante não é o passado da pessoa, sua história etc., mas sim o presente, aquilo

¹⁸⁰ MCNAMARA, Martin, 2000, pp. 3 e 4, apresenta outras referências sobre Melquisedec em vários *targums* que ele analisa. A principal observação a ser feita aqui é que no Targum Onquelos, Melquisedec é apresentado com rei de Jerusalém e ministrando ante o Deus Altíssimo. No Targum Palestinense, Melquisedec simplesmente não é mencionado, em seu lugar aparece Sem, um descendente de Noé. Sem também é apresentado como rei de Jerusalém e estava ministrando ante o Deus Mais alto (Deus Altíssimo). No Targum Neofitos, aparece Melquisedec que era rei de Jerusalém e imediatamente é identificado com Sem (he is Sem the Great) que era sacerdote e estava ministrando ante o Deus Altíssimo. Por último vem Fraguimetes Targums.^{PVNL}, e Targum Neofitos marg, que também apresentam Melquisedec identificado com Sem que era ao mesmo tempo rei de Jerusalém e sacerdote que estava ministrando ante o Deus Altíssimo.

¹⁸¹ Essa dupla função rei/sacerdote é basicamente impossível na concepção judaica de sacerdote. Veja em 1Sm 13,8-15; 14,35; também em 2Cr 26, 16-23 tem-se o relato do rei Ozias querendo exercer a função sacerdotal, mas foi duramente proibido e até expulso do templo. No entanto, existem textos como 2Sm 6; 1Rs 8,14. 55-56; Jr 30, 21; Ez 44, 3; 45, 16-17. 22-25; 46, 2-8 que falam do ofício sacerdotal sendo desenvolvido pelo rei ou pelo príncipe. FITZMYER, Joseph A., 2000, p. 65, "It would follow, then, that Melchizedek was a king of pre-Israelite Salem/Jerusalem, and this is almost certainly the sense in which the title was understood by the Jewish redactor(s) of Gen 14."

que, a partir de agora, ela possa ser ou representar¹⁸².

Uma pessoa sem genealogia¹⁸³ (Hb 7,3) é uma pessoa que não tem princípio (passado) e nem fim (futuro). Assim é a história do sacerdote Melquisedec. Ele, dessa forma, representa a eternidade, pois sua história é feita somente do presente, logo do eterno.

Na cronologia bíblica, Melquisedec é muito anterior a Levi, pois este é filho de Jacó, que é filho de Isaac, que é filho de Abrão. E aquele é contemporâneo de Abrão: “Este Melquisedec (...) saiu ao encontro de Abrão quando esse regressava do combate contra os reis, e o abençoou”¹⁸⁴. Por essa mesma razão, o autor ou autora de Hebreus, fazendo uma releitura do sacerdócio de Melquisedec, diz que este é a prefiguração do sacerdócio de Cristo, pois seu sacerdócio é eterno, uma vez que seu sacerdócio participa da eternidade. Dessa forma, o autor ou autora de Hebreus já antecipa que o sacerdócio levita não é perfeito, ou melhor, que o sacerdócio de Jesus Cristo é superior ao sacerdócio levita, porque seu sacerdócio, segundo a ordem de Melquisedec, além, de ser anterior ao sacerdócio levita, é eterno. Ele participa da divindade de Deus, na prefiguração do sacerdócio de seu Filho, Jesus Cristo, realizado por meio de Melquisedec, símbolo da eternidade¹⁸⁵.

A função sacerdotal no Antigo Testamento, mais especificamente no sacerdócio levita, era uma questão de descendência familiar, o que significa dizer que o sacerdócio não se transmite, mas é herdado por descendência. Melquisedec

¹⁸² Vários personagens que figuram em textos sagrados não têm sua genealogia descrita, porque é a própria pessoa em si que é mais importante e não a sua história familiar. Veja, por exemplo, Jetro, sacerdote de Madiã Ex 3 ,1; 18, 1-2.5-6. Também a prostituta Raab Js 2,1-21.

¹⁸³ Sobre a origem genealógica de Melquisedec, veja em: TREIN, Hans Alfred, 1992, p. 49.

¹⁸⁴ Veja os textos dos *targums*, que apresentam uma identificação de Melquisedec com Sem, filho de Noé. Se aceitarmos essa leitura dos *targumes* então Melquisedec deixa de ser sem genealogia. MCNAMARA, Martin, 2000, pp. 3 e 4; e pp. 12 e 13 tabela sobre a genealogia de Sem até Abraão.

¹⁸⁵ Veja o que diz GARCÍA MARTÍNEZ, Florentino, 2000, pp. 73-74.

não tem família, por essa razão seu sacerdócio não pode ter sido herdado de ninguém¹⁸⁶. Ele não era parente¹⁸⁷ de Abrão e, além do mais, era anterior a Levi. Se fosse o caso de descendência, seria Levi que descenderia de Melquisedec. “Com base na análise de Gn 14, o autor ou autora de Hebreus minou a tradicional convicção dos judeus, que atribuíam ao sacerdócio levítico o mais alto valor”.¹⁸⁸ Com isso se demonstra que o sacerdócio de Melquisedec é superior ao levita, porque é anterior e tem a dimensão eterna que o sacerdócio levita não tem. Além disso, Melquisedec já o simbolizava ou representava o “Filho de Deus” (Hb 7,3).

4.4.3 – O sacerdócio de Melquisedec é a prefiguração do sacerdócio de Cristo

O sacerdócio de Melquisedec é considerado eterno pelo autor ou autora de Hebreus, porque pela tradição bíblica Melquisedec não possui uma história familiar. Dessa forma, é bastante significativa a releitura apresentada em Hebreus, segundo a qual Jesus atingiu a dignidade sacerdotal.

*Depois de sua Paixão, Cristo recebeu 'de Deus o título de sumo sacerdote, segundo a ordem de Melquisedec' (5,10), o oráculo profético do Salmo 110 encontrou assim o seu cumprimento. Pelo caminho da solidariedade humilde, Cristo chegou ao sacerdócio.*¹⁸⁹

Essa relação prefigurada do sacerdócio de Cristo no sacerdócio de

¹⁸⁶ PAUL, M, J., 1987, p. 208, conclui que há dois modos de alcançar a dignidade sacerdotal. O primeiro é por meio de juramento, o segundo é por meio da descendência: “clearly there are two ways to obtain the priestly dignity: by oath and by descent”. Aceitando o Salmo 110 como um salmo messiânico e aplicando-o a Jesus Cristo, não é difícil dizer que Jesus atingiu a dignidade sacerdotal por meio de juramento divino.

¹⁸⁷ Parente aqui deve ser entendido como descendente de Abrão, como é o caso de Levi.

¹⁸⁸ VANHOYE, Albert, 1983, p. 68, aqui Vanhoye está caracterizando o sacerdócio de Melquisedec a partir da leitura apresentada na Carta aos Hebreus, diferentemente daquela visão apresentada na nota 176.

¹⁸⁹ VANHOYE, Albert, 1983, p. 64.

Melquisedec tem um alcance maior. Uma vez que o sacerdócio de Jesus está profeticamente prefigurado no sacerdócio de Melquisedec, vale então dizer que tanto o sacerdócio de Jesus quanto o de Melquisedec foram instituídos pelo próprio Deus. Melquisedec era sacerdote do Deus Altíssimo¹⁹⁰ (Gn 14, 18) e considerado eterno pelo autor ou autora de Hebreus (Hb 7,1-3), também Jesus não se tornou sacerdote por sua própria vontade, mas tornou-se somente pela vontade do Pai, que deu-lhe o título de sumo sacerdote segundo a ordem de Melquisedec, isto é, um sacerdote eterno (Hb 5,10). Isso também aconteceu por meio de juramento, conforme assegura o Sl 110,4.

Melquisedec não tem nenhuma referência que o prenda no espaço temporal, e por essa mesma razão é considerado eterno¹⁹¹ (isto é, atemporal). Jesus, sim, é possível ser conhecido, por meio de várias passagens testamentárias. Conhecemos sua origem e a história de sua vida. Nasceu em Belém (Mt 2,1). É filho de Maria e José (Lc 2, 33). Viveu em Nazaré (Mt 2, 22-23) e morreu em Jerusalém (Lc 23, 46, fora dos muros da cidade). Como ainda pode-se dizer que o sacerdócio de Jesus é segundo a ordem de Melquisedec, se Jesus está “preso” no espaço temporal, isto é, nasceu, teve sua vida histórica e morreu? A resposta para esta questão é encontrada em Hebreus 5,10, quando diz: “Tendo recebido de Deus o título de sumo sacerdote, segundo a ordem de Melquisedec”. Aqui se pode observar que Jesus não foi sacerdote por si mesmo, mas o título vem de Deus. É Deus quem o dá, é Deus quem o torna sacerdote segundo a ordem de Melquisedec. Vale ressaltar que o autor ou autora de Hebreus não chega a essa conclusão simploriamente, mas

¹⁹⁰ FITZMYER, Joseph A., 2000, p. 66, questiona que Melquisedec tenha sido sacerdote do Deus Altíssimo, pois haviam deuses cananeus com os nomes de ‘El e ‘Elyan e que provavelmente Melquisedec os cultuasse. Quando, porém, os redatores judeus compuseram o capítulo 14 de Gênesis devem ter substituído ‘El e ‘Elyan por lahweh.

¹⁹¹ PAUL, M. J., 1987, p. 205, depois de discutir a questão da genealogia de Melquisedec, apresenta a seguinte conclusão: “he did have a genealogy, though not the required one” (“ele teve uma genealogia, embora não fosse exigida”).

somente depois de percorrer a história da salvação: parte inicialmente da experiência da comunidade cristã, que contempla na fé o Cristo glorificado e o proclama como seu Senhor (Hb 1,5-14) e depois recorda o caminho de sofrimentos que Jesus teve que percorrer até alcançar essa glória (Hb 2,5-18). A Paixão e a glorificação de Jesus Cristo são as duas afirmações básicas da mensagem cristã¹⁹². Com essa análise fica claro que o autor ou autora de Hebreus tinha presente e contava com a caminhada da comunidade cristã instituída por Cristo, fazendo uso da experiência de fé das pessoas cristãs para transmitir-lhes os seus ensinamentos.

Para caracterizar o sacerdócio de Melquisedec, devemos partir da “ausência de genealogia sacerdotal e perpetuidade do sacerdócio - esses são os dois traços que caracterizam o sacerdócio ‘segundo a ordem de Melquisedec’.”¹⁹³ Além dessas duas características do sacerdócio de Melquisedec, ressaltadas acima, pode-se acrescentar uma terceira, isto é: o lugar do exercício sacerdotal. Bem se sabe que o sacerdócio levita foi exercido primeiro na tenda, e posteriormente no Templo. O autor ou autora de Hebreus fala do Templo de Jerusalém como protótipo do santuário celestial (Hb 8,5). Foi o próprio Iahweh que mostrou para Moisés, na montanha, a cópia do santuário. Nesta concepção, tudo que se faz no santuário terreno é símbolo dos acontecimentos celestiais.

É no Templo, protótipo do santuário celestial, por excelência, que se tem acesso a Deus, o lugar da morada de Deus. É ali que acontece o encontro do humano com o divino, por meio da mediação sacerdotal, via oferecimento do sacrifício. O Templo é, então, por excelência, o lugar do exercício sacerdotal levita. O sacerdócio de Melquisedec, conforme Gn 14,18-20, ao contrário, não é estático.

¹⁹² Desde o início, a comunidade cristã primitiva já identificava o ressuscitado com o crucificado, e isto é demonstrado por meio do anúncio de Pedro At 3,14-15; 4,10.

¹⁹³ VANHOYE, Albert, 1983, p. 68.

Está em movimento. Não é Abrão que vai ao Templo, “lugar do sacerdote”, na concepção levita, mas é o sacerdote que vai ao encontro de Abrão e leva pão e vinho como oferendas. Este fato de Melquisedec ter levado pão e vinho como oferendas também pode ser interpretado como uma prefiguração do sacerdócio de Cristo, uma vez que Jesus Cristo tomou o pão e o vinho e realizou a oferta dizendo que “isto (pão e vinho) é meu corpo... e meu sangue (Mt 26, 26-28; Lc 22, 19-20)”. Assim, conclui-se que o seu sacerdócio é diferente, porque ele vai ao encontro do pecador. Logo, se conclui também que é Deus que busca o ser humano para o processo de reconciliação. É Deus que oferece a possibilidade do encontro com o humano. É um processo completamente inverso do sacerdócio estático do templo. Deus não fica esperando o pecador, mas vai ao seu encontro.

Jesus fez isso durante toda a sua vida, pois ele sempre buscou a pessoa pecadora (não são os sadios que precisam de médico, mas os doentes Mc 2, 17; Lc 5, 31). O movimento que Melquisedec realizou pode também ser entendido como uma prefiguração do sacerdócio de Jesus, que não se realizou no templo, lugar do sacerdócio levita. Mesmo na hora em que Jesus se apresenta ao Pai, como oferenda viva, Ele o faz não no templo, mas fora dele, uma vez que o sacrifício de Jesus realizou-se no Gólgota.

A partir dessa terceira característica do sacerdócio de Melquisedec infere-se uma quarta. No sacerdócio levita, além da dimensão hereditária, havia também os rituais de purificação. O sacerdote era separado do povo. Aqui fica bem claro que o sacerdócio de Melquisedec dispensa essas atribuições, porque o seu sacerdócio foi por meio de juramento de Deus e por isso mesmo não precisa de prescrições humanas. “Iahweh jurou e jamais desmentirá: ‘Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedec’ (Sl 110,4)”. Uma vez que Deus o instituiu,

significa que esse sacerdócio foi agraciado para sempre. Assim, não precisa mais de rituais para aperfeiçoar-se, pois já é perfeito em si mesmo por ser obra do próprio Deus.

4.5 – O sacerdócio de Jesus Cristo

Pode parecer muito estranho falar de sacerdócio de Jesus Cristo a partir da concepção judaica de sacerdócio. Bem se sabe que Jesus era da tribo de Judá e que essa tribo não era de cunho sacerdotal, mas real, em função da realeza de Davi.

Falar concretamente de sacerdócio de Jesus Cristo só é possível com a Carta aos Hebreus, porque seu autor ou autora que tratou este assunto com muita profundidade e clareza. Assim que, antes da Carta aos Hebreus, tal temática não tinha sustentação bíblica, e depois dela não se pode mais deixar de falar do sacerdócio de Jesus Cristo, uma vez que esse assunto está muito bem fundamentado nesse texto sagrado. Essa abordagem se dará sobretudo a partir da afirmação encontrada na perícopes de Hb 4,14- 5,10.

4.5.1 – A pessoa de Jesus Cristo

Sem dúvida, um dos personagens da Bíblia mais conhecido de seus leitores e leitoras é Jesus. Até mesmo uma criança de catequese sabe dizer os principais pontos da vida de Jesus. É filho de Maria e José (Mt 1,16; Lc 2,33). É descendente de Davi (Mt 1.1-17; Gl 3,16). Nasceu em Belém, em uma gruta e foi colocado em uma manjedoura (Mt 2,1; Lc 2,6-7). Viveu nos arredores de Nazaré, na Galiléia (Mt 2,22-23; Lc 2;39). Foi batizado por João, seu primo (Mt 3,13-16; Mc 1,9), percorreu

toda a antiga Palestina anunciando o Reino de Deus (Mt 4,12-13. 18. 23-25; Mc 4,26; 10,1; Lc 8,1), além de ter andado com pobres, doentes e prostitutas. Morreu crucificado fora dos muros de Jerusalém (Mt 27,32-33.50.58-60; Lc 23,46) e ressuscitou no terceiro dia (Mt 28,56; Lc 24,6.34).

Há também várias profecias referentes a Jesus, ou melhor, aplicadas a Ele¹⁹⁴, em todo o Antigo Testamento. Mas é no Novo Testamento que Jesus é plenamente conhecido. Aquelas profecias se realizaram através da encarnação do Verbo, onde o Pai manifestou-se por meio do Filho.

Em sua vida terrena, Jesus foi um ser humano como qualquer outro. O autor ou autora de Hebreus diz que Jesus conheceu em tudo a condição humana, menos o pecado (Hb 4,15). Em outras palavras, isto significa que Jesus foi plenamente humano (cf. Fl 2,7). Partilhou uma história com seus contemporâneos. Participou das alegrias e tristezas da vida de seu povo. Sonhou e lutou com um mundo mais digno e mais humano para sua gente.

4.5.2 – O ministério de Jesus

Durante o período que Jesus desenvolveu seu ministério (chamado também de vida pública de Jesus), ele chamou e formou seus discípulos (Mc 3,13-19; 4,10-12; 9,31; Lc 8,1-3). Ensinou as multidões que o seguiam (Mc 4,1-2). Curou muitos enfermos (Mc 5,34). Teve compaixão do povo (Mc 6,34). Chorou a morte de seu amigo Lázaro (Jo 11,35) e se entristeceu profundamente, quando percebeu que ele mesmo devia morrer, mas para ser fiel e obediente¹⁹⁵ (Hb 5,7-10), foi capaz de

¹⁹⁴ Aqui não poderá ser abordado o mérito da questão das profecias, porque o assunto é outro.

¹⁹⁵ Aqui, as palavras “fiel” e “obediente” têm que ser entendidas como a capacidade que Jesus teve de ser solidário com seus irmãos e irmãs para resgatá-los do pecado.

enfrentar e seguir adiante (Mt 26,38; Mc 14,34).

Como se pode justificar a afirmação que Jesus foi sacerdote? Esta questão não era problema para os escritores sagrados. Ela simplesmente não existia para eles. Com exceção da Carta aos Hebreus, nenhum outro escrito viu na vida de Jesus o exercício sacerdotal. Mas isto não era uma questão só dos escritores, era também uma questão de consciência de todo o povo judaico. Já foi dito anteriormente que o sacerdócio, para os judeus, era uma questão de hereditariedade¹⁹⁶, isto é, de descendência, mas existia também o sacerdócio por juramento, como afirma o Sl 110, e por tradição, como é o caso de Melquisedec. Era a tribo de Levi que detinha esse direito. Jesus é descendente da tribo de Davi, portanto estava impossibilitado de exercer o sacerdócio levita desde o seu nascimento.

Estava claro que Jesus não era sacerdote segundo a lei judaica. Com efeito, ele não pertencia a uma família de sacerdotes ou sumos sacerdotes, nem mesmo à tribo selecionada para o serviço do culto. Na série ascendente das separações rituais, ele se encontrava no degrau mais baixo, o do povo.¹⁹⁷

De outro lado, o próprio Jesus nunca atribuiu a si mesmo esse título, tampouco realizou as funções que os sacerdotes levitas realizavam. Como já foi dito, sua ação se realizou no meio do povo, indo e vindo, do norte para o sul e do leste para o oeste. Jesus, conforme os relatos dos Evangelhos, esteve poucas vezes no Templo e em nenhuma delas fala-se de ritos ou sacrifícios desempenhados por ele,

¹⁹⁶ Confira maiores detalhes sobre esse assunto à página 106 desta dissertação.

¹⁹⁷ VANHOYE, Albert, 1983, p. 19.

embora tenha participado dos mesmos, quando foi circuncidado (Lc 2,22). Pelo contrário:

Jesus colocou-se claramente na linha da tradição profética que amiúde entrava em choque com a antiga instituição sacerdotal. O problema da instituição é que dava a entender que para estar bem com Deus bastava cumprir exteriormente os ritos e respeitar as separações exigidas.¹⁹⁸

Dessa forma, vê-se que Jesus nunca pretendeu, em seu ministério, realizar o rito sacerdotal, entendido no antigo sentido do termo. Dessa forma, “seu ministério não foi sacerdotal, no antigo sentido da palavra. Sua atividade era muito mais continuidade da ação dos profetas, que proclamavam a Palavra de Deus e anunciavam a sua próxima intervenção”¹⁹⁹.

Todavia a questão do sacerdócio de Jesus Cristo está em evidência, mesmo que ele não exerceu funções sacerdotais levíticas durante sua vida terrena. Onde, então, Jesus foi sacerdote? Além dessa questão, outra se impõe: em que consiste o sacerdócio de Jesus?

4.5.3 – Jesus: sumo sacerdote do santuário celestial

O autor ou autora de Hebreus responde a estas questões da seguinte forma: a) Jesus é sacerdote em um santuário celeste (Hb 8,1-5); b) seu sacerdócio consiste em oferecer-se a si mesmo ao Pai, como oferenda viva (Hb 9,11-14). No entanto, estas duas afirmações precisam ser mais bem entendidas, já que estão estreitamente ligadas, porque para ser sacerdote Jesus teve que se oferecer a si

¹⁹⁸ VANHOYE, Albert, 1983, p. 19.

¹⁹⁹ VANHOYE, Albert, 1983, p. 19.

mesmo e é oferecendo-se que ele chega ao santuário celeste, para aí se tornar sumo sacerdote eterno.

Causa-nos surpresa ouvir dizer que Jesus exerce suas funções de sumo sacerdote, não aqui na terra, mas no céu. Ora, Ele é ministro de um santuário estabelecido diretamente por Deus, ao qual [santuário] compete, por exclusividade, os atributos de genuíno, específico, e verdadeiro.²⁰⁰

Parece que só essa razão não é suficiente para esclarecer bem as duas questões apresentadas. Poderia levantar mais uma, a fim de ajudar no esclarecimento dessas duas já propostas: uma vez que Deus encarnou-se por meio de Jesus e teve uma vida histórica (terrena), porque ele não pôde exercer seu sacerdócio aqui na terra, ou melhor, no santuário terreno (Templo)? Uma resposta pode ser a seguinte: “na terra, Jesus não poderia de modo algum ser sacerdote, porque os dons e sacrifícios são prescritos pela lei”²⁰¹. Aprofundando esta reflexão, da impossibilidade de Jesus ter exercido seu sacerdócio na terra, poderemos deparar com outra posição:

O ministério de Jesus havia tomado rumo inverso do antigo sacerdócio. Mas, no fim das contas, não se terá operado uma reviravolta? Será que, por sua morte, Jesus não atingiu o sacerdócio? Será que a morte de Cristo não constitui uma oferenda sacerdotal, um sacrifício?²⁰²

Olhando somente para o antigo sacerdócio, com suas leis e prescrições, jamais alguém conseguirá dar passos para chegar à conclusão de que Jesus também foi sacerdote aqui mesmo na terra. Porém, a questão não é tão simples.

²⁰⁰ SCHIERSE, Franz Joseph, 1970, p. 73.

²⁰¹ SCHIERSE, Franz Joseph, 1970, p. 73.

²⁰² VANHOYE, Albert, 1983, p. 20.

Para não ser simplista, essa resposta afirmativa deve decorrer de uma reflexão que começa por uma posição negativa. Devemos começar por reconhecer que a morte de Jesus não foi um sacrifício no antigo sentido do termo, que era um sentido ritual. Segundo a velha concepção, o sacrifício não consistia na morte da vítima e menos ainda em seus sofrimentos, mas nos ritos de oferenda realizados no lugar santo.²⁰³

A esta altura, a situação parece mais complicada ainda, porque, além da morte de Jesus não ter constituído um sacrifício no antigo significado do termo, ele morreu como um condenado, fora do Templo, logo, fora do lugar sagrado, onde eram oferecidos os sacrifícios. Dessa forma, pode-se pensar que não existe nenhuma ligação entre a morte de um condenado e um rito de sacrifício. Porém no caso de Jesus é diferente. Sua condenação é nitidamente injusta. Mas mesmo assim, a injustiça cometida contra ele não tornou o acontecimento em si um ritual de oferenda. Só que aqui, este acontecimento ganha um significado muito diferente. Não é só um processo de condenação, mas é também e, sobretudo, de entrega de Jesus. Para Jesus, o acontecimento foi muito mais um ato radical de “misericórdia” levado até o fim. Jesus deu a sua vida em resgate por muitos (Mc 10,45). Morrendo pelos pecados da humanidade, ele quis resgatá-la (1Cor 15,3; Rm 5,6-8). Tudo isto correspondia ao desejo de Deus, que quer misericórdia e não sacrifício (Mt 9,13; Mc 12,33, relendo textos proféticos). Porém a ação misericordiosa de Jesus acabou por tornar-se um ato sacrificial, que ele mesmo ofereceu ao Pai (Hb 10,7).

4.5.4 – Um novo tipo de sacerdócio: uma vida sacerdotal

Devemos voltar nossa atenção para o acontecimento do Gólgota, e não

²⁰³ VANHOYE, Albert, 1983, p. 20.

somente para a crucifixão em si mesma, mas para todos os detalhes desse acontecimento. Por exemplo, o fato de Jesus ter dito que o Pai não quer sacrifícios, mas misericórdia é um convite a rever sua vida inteira. Sua morte na cruz foi somente o cume de um longo processo que é resultado da opção de vida que Jesus tomou. É opção pela misericórdia e não pelo sacrifício. É opção pelo 'ajuntamento' e não pela separação. É opção pela vida e não pela morte. A morte veio como consequência da opção pela vida.

Olhando para determinadas ações na vida de Jesus, poderemos encontrar nelas algumas proximidades de ações sacerdotais. Por exemplo: as palavras ditas por Jesus sobre o cálice de vinho, na última ceia, são palavras que fundamentam uma nova aliança em seu sangue. Com isso, ele fundamentou um sacrifício da aliança (Mt 26,28; Mc 14,24), ou da nova aliança (Lc 22, 20 e 1Cor 11,25). Isso indica uma aproximação entre a morte de Jesus e o sacrifício ritual realizado por Moisés no Sinai (Ex 24, 6-8).

A partir da fundamentação da nova aliança no sangue de Jesus, abre-se-nos uma outra perspectiva. Porém é necessário acrescentar as palavras que Jesus pronunciou sobre o pão, também na última ceia. Ele o deu a seus discípulos, dizendo que o pão é seu corpo. Para Jesus, pão e vinho são, portanto, seu corpo e seu sangue oferecidos em favor (em misericórdia) de seus irmãos e irmãs. Outrora, quando Melquisedec foi ao encontro de Abrão, ele levou pão e vinho como oferendas. Não levou sangue de bode nem de touro como oferendas para o sacrifício, mas somente pão e vinho. Aqui pode estar mais uma chave de leitura para ver no sacerdócio de Melquisedec a prefiguração do sacerdócio de Jesus Cristo. Melquisedec exerceu um sacerdócio itinerante, isto é, ele foi ao encontro de Abrão. Saindo da cidade de Salém, onde ele era sacerdote do Deus Altíssimo, pronunciou a

bênção sobre Abraão no vale do rei, portanto, um lugar fora do Templo de Jerusalém, fora do espaço sagrado. Com Jesus não foi diferente. Ele ofereceu o pão e o vinho, isto é, todo o seu ser (corpo e sangue) fora do Templo. O sacerdócio de Jesus é um sacerdócio de misericórdia, por isso mesmo é que ele diz: “eis-me aqui” (Hb 10,7).

O acontecimento do Gólgota pode ser retomado aqui, porque quando o próprio Jesus se apresenta ao Pai como oferenda viva: “eis-me aqui”, ele chega ao ponto culminante de seu ministério (sacerdócio). As palavras sobre o cálice na última ceia parecem ter sido a afirmação de uma Nova Aliança no sangue de Cristo. Ora, foi no Gólgota que o sangue foi derramado, concretizando assim a promessa feita na ceia. O sangue de Jesus substituiu o sangue de bodes e de touros do antigo sacrifício. Por essa razão, Melquisedec não pôde ofertar o sangue (isto é, a vida), porque quem teria que realizá-lo era o próprio Cristo, e sua hora ainda não tinha chegado. Mas por que era o Filho que tinha que ofertar-se a si próprio e não outro? Só o Filho poderia ofertar-se a si mesmo, porque só ele mantinha plenas relações : a) com o Pai, uma vez que é Filho (Hb 1,5-6; 3,6); b) com os irmãos e irmãs, uma vez que é misericordioso (Hb 2,17).

4.5.5 – A eficácia do sacerdócio de Jesus Cristo

Quando tratamos da ineficácia do sacerdócio levita, dissemos que, para o autor ou autora de Hebreus, só pode ser eficaz o sacerdócio daquele que ao mesmo tempo estiver ligado a Deus e aos seres humanos. Estas são duas condições sem as quais o sacerdócio não se realiza. Na pessoa de Jesus, estas duas condições estão presentes: a) porque Jesus, por ser Filho, está ligado diretamente ao Pai; b)

por ser misericordioso, está ligado diretamente aos irmãos e irmãs, isto é, à humanidade. Daí, então, só ele podia ofertar um sacrifício perfeito.

O autor ou autora de Hebreus fala muito bem dessas duas qualidades que Jesus tinha para exercer o sacerdócio. O texto vai diretamente ao exame das duas qualidades essenciais que condicionam o exercício do sacerdócio, pois todo sumo sacerdote deve ser: a) acreditado em relação a Deus e ser confirmado por ele; b) misericordioso com os seus irmãos e irmãs. A presença simultânea em um representante divino e também da família humana constitui a condição necessária e suficiente para que se possa falar de sacerdócio.²⁰⁴

Não há outra maneira de atingir um sacerdócio eficaz, senão passando por essas duas condições. Necessariamente, a questão da mediação, que é a base fundamental do sacerdócio, passa por essas duas vias. Se o sacerdote não estiver intimamente ligado a Deus e ao ser humano, sua mediação carecerá do relacionamento com Deus ou do relacionamento com a humanidade.

Partindo da afirmação que Jesus foi instituído sacerdote pelo Pai (Hb 5,10), necessariamente tem-se que conceber seu sacerdócio como superior ao sacerdócio levita. Caso contrário, qual a necessidade de Deus suscitar um novo sacerdócio fora da tribo de Levi? Deus instituiu Jesus como sumo sacerdote (Hb 5,10), e ele era da tribo de Judá, a qual não era uma tribo sacerdotal. Aqui é preciso perceber que acontece uma “ruptura” na instituição sacerdotal.

Enquanto a lei de Moisés estabelecia como sumos sacerdotes homens que permaneciam deficientes, o oráculo do Sl 110 estabelece como sacerdote um homem que é ao mesmo tempo Filho de Deus. Esse homem foi consagrado sumo sacerdote para a eternidade por meio de uma ação que verdadeiramente o transformou, dando-lhe a perfeição (...) Cristo segue um caminho para chegar ao sacerdócio. Esse

²⁰⁴ Veja VANHOYE, Albert, 1983, p. 57.

*caminho é de uma oferenda sacrificial de um tipo inteiramente novo, graças a qual Cristo foi verdadeiramente tornado perfeito.*²⁰⁵

Esta oferenda sacrificial que Cristo realizou, através de sua paixão, consiste em três passos: “transformação pessoal, oferenda efetuada, caminho seguido – eis três modos diferentes de expressar o que se realizou num acontecimento único, a Paixão de Cristo”.²⁰⁶ A oferenda de Cristo foi eficaz porque, diferentemente dos sacrifícios dos sacerdotes levitas, ele não se manteve separado do povo. Muito pelo contrário, ele uniu-se com seus irmãos e irmãs de uma vez por todas num processo redentivo. A oferta que Cristo apresentou ao Pai não foi por si ou para si mesmo, mas foi para seus irmãos e irmãs.

*Era preciso que a morte tomasse sentido positivo, servindo para estabelecer nova relação entre o ser humano e Deus, bem como nova solidariedade entre os homens. E foi isso que realizou a morte de Cristo, pois ela constitui uma oferenda pessoal perfeita.*²⁰⁷

A oferenda de Cristo só foi verdadeiramente eficaz, isto é, agradável, aceita por Deus, porque Jesus mesmo entendeu o verdadeiro sentido de sacrificar-se (tornar-se sagrado). Assim, com a oferenda de Cristo, ele transformou-se a si mesmo em favor de seus irmãos e irmãs, diferente dos sacerdotes levitas que buscavam a transformação de Deus. Na visão deles, a oferta tendia a mudar a opinião de Deus para com o povo. Na visão de Jesus, é a opinião do povo que deve ser mudada. É o povo que precisa de ‘conversão’, e não Deus. Por esta razão, e não por outra, é que Jesus foi capaz de dizer ao Pai: “eis que eu vim para fazer tua

²⁰⁵ VANHOYE, Albert, 1983, p. 70.

²⁰⁶ VANHOYE, Albert, 1983, p. 70.

²⁰⁷ VANHOYE, Albert, 1983, p. 77.

vontade (Hb 10.9)”. Isto é, fazer com que os homens e as mulheres transformem também as suas vidas.

4.5.6 – O sacrifício no sacerdócio de Jesus Cristo

São Paulo da Cruz, o fundador dos religiosos passionistas, que viveu no século XVIII, fez uma releitura do acontecimento do Gólgota e disse: “a Paixão de Jesus²⁰⁸ é a maior e mais estupenda obra do amor divino”.²⁰⁹ Entendemos que o sacerdócio de Jesus Cristo deve ser entendido nessa perspectiva, ou melhor, a Paixão de Jesus Cristo como maior obra do amor de Deus pela humanidade. A Paixão de Jesus não se deu somente no Gólgota. Aí foi somente seu ápice. A Paixão se deu por meio da transformação pessoal de Jesus, de sua oferenda efetuada e do caminho que ele seguiu durante sua vida²¹⁰.

Uma das funções do sumo sacerdote, descrita em Hb 5,1, é apresentar oferendas e sacrifícios em favor dos pecados cometidos pelas pessoas, uma vez que ele (o sumo sacerdote) foi constituído em favor das pessoas nas coisas referentes a Deus.

Assim, a dimensão sacrificial, no sacerdócio de Cristo, é uma das principais características de seu sacerdócio. Sacrificar significa tornar sagrado. Assim é que deve ser entendido o sacrifício de Jesus. Ele, por meio de seu sacrifício, elevou o ser humano do estado de pecado para o estado da graça. Tudo isto não aconteceu de uma maneira simples e a partir do nada. Esta elevação de um estado para outro só é

²⁰⁸ Por paixão de Jesus deve-se entender sua vida-morte-ressurreição.

²⁰⁹ Regras e Constituições da Congregação da Paixão de Jesus Cristo, n.1, p. 11.

²¹⁰ Veja nota 206, onde fala sobre a transformação pessoal que Jesus teve que passar e também a citação 251, onde Leonardo Boff afirma que toda a vida de Jesus foi um processo redentivo.

possível por meio do acontecimento único que culminou com a Paixão de Jesus Cristo.

A opção sacrificial (isto é, de santificação) de Jesus, foi completamente inversa daquela dos sacerdotes levitas. Ele procurou seguir outro caminho, tomando, assim, opções diferentes: “ele escolheu a posição contrária, que procura servir a Deus propagando a misericórdia que vem dele. Ao invés de uma santificação obtida separando-se dos outros, ele propunha uma santificação obtida acolhendo os outros.”²¹¹

Enquanto aqueles propunham uma separação, um afastamento, Jesus propõe um “ajuntamento”, uma aproximação. A santificação não é algo que acontece fora dessa realidade, na qual o ser humano está inserido. Ela só será possível, se a partir da própria realidade o ser humano propuser para si mesmo uma mudança de vida, isto é, quiser ser diferente. Isso significa querer mudar a sua história de pecado e não ficar esperando que Deus mude de opinião a partir de gestos externos do ser humano, mas que não levam a uma mudança interior, da própria consciência.

É claro que o autor ou autora de Hebreus herdou uma cultura religiosa judaica, onde a prática sacrificial era parte integrante do culto a Iahweh. Porém, o sacrifício no judaísmo nunca foi de pessoas, mas de animais. No entanto, há o caso do sacrifício de Isaac, descrito em Gn 22, 1-14, e também o caso da filha de Jefté, narrado em Jz 11,29-40. O primeiro caso é tido não só como vontade, mas como um mandato de Deus. O segundo caso é uma promessa feita a Deus. Assim estranhamente somos confrontados com um Deus sedento por sangue que quer até mesmo a morte de crianças, como Isaac. No entanto, textos como Lv 18,21;20,2-5; Dt12,31; 18,10; Jr 7,31; Mq 6,6-7; Sl 106,37 proibem ou condenam severamente o

²¹¹ VANHOYE, Albert, 1983, p. 19.

sacrifício do ser humano. Ademais uma leitura atualizada do sacrifício de Isaac mostra absolutamente o contrário.

*A possibilidade de que Deus possa dar a ordem para sacrificar uma criança inocente certamente é monstruosa em nossa religião e em nossa cultura. Mas quando, com sentido histórico, nos reportamos ao mundo religioso-cultural em que nasceu a narração, compreendemos que as coisas eram radicalmente diferentes.*²¹²

Esta mentalidade sacrificial pode ser decorrente de uma cultura religiosa concreta. Em Ex 13, 2.11-16 temos a lei de consagração do primogênito a lahweh. Nesse mesmo texto de Êxodo tem-se também a lei do resgate do primogênito, pois todos os filhos dos israelitas deviam ser resgatados. O que em outras palavras significa não ser sacrificado. No entanto, sabe-se que em culturas circunvizinhas da Palestina havia sacrifícios humanos, como é o caso de sacrifícios ao deus Moloc (Lv 20,2). Essa cultura sacrificial de pessoas pode ter influenciado a cultura do Israel primitivo, por exemplo na época em que foram criadas essas duas narrações do sacrifício de Isaac e da filha de Jefté, mas como crítica, porque não chegam a acontecer! Portanto, é crítica à prática sacrificial de outros deuses. Alguns textos sagrados atestam que Deus castiga as pessoas: Lv 26, 14-41; Is 10,3; Mq 7,4. Essa mentalidade não é só veterotestamentária. No Novo Testamento podem ser encontradas algumas passagens que transmitem essa mesma mentalidade: Mt 25, 46; Lc 23, 41; Hb 2, 2; 10, 29; 2Pd 2, 9. Num determinado ponto da história humana, fazia-se uma leitura “teológica” da presença ou ausência de Deus na vida do ser humano. Quando se aproximava da pessoa era para castigá-la. Porém, “a partir de Cristo, sabemos de forma definitiva que isso não é verdade: Deus jamais nos abandonou, e nunca está tão próximo como quando a injustiça dos homens ou

²¹² QUEIRUGA, Andres T., 2001, p. 91.

a violência da vida nos cravam na cruz”.²¹³ Jesus fez um grande esforço para superar a mentalidade de um Deus distante e abre-nos uma nova concepção de Deus. O problema, então, passa a ser a superação daquela concepção errônea de Deus, por parte daqueles que detinham o poder, sobretudo o poder religioso.

*São Paulo, em sua teologia, interpreta a morte de Jesus como um sacrifício que liberta dos sacrifícios, porque liberta a pessoa da busca da justiça pelo cumprimento da lei. Tal interpretação paulina bebe da prática histórica de Jesus, que com seus gestos de salvação (curas, milagres, perdão...), curando e perdoadando na base da sociedade, acabava destruindo a influência do templo sobre as pessoas.*²¹⁴

Não é difícil perceber que esta concepção que Jesus tinha de Deus, somada com sua prática, levou-o à morte de cruz. Jesus passa a ser perseguido em função de sua opção, mas já não pode voltar atrás. O compromisso com o Reino o impede. Seguramente os detentores do poder vão procurar eliminá-lo.

*Assumindo conscientemente esta perseguição por causa do Reino, manifesta sua total fidelidade a Deus e a seu projeto, o Reino. Neste sentido, sua morte é vista não como um destino trágico, mas algo presente no horizonte, como consequência de sua vida e de sua prática. É dentro deste horizonte que podemos compreender os anúncios da paixão e confrontá-los com os anúncios da paixão dos mártires.*²¹⁵

Podemos ver com muita clareza e profundidade que tanto Jesus quanto os mártires são não só rejeitados por parte do poder sócio-econômico-político, e também religioso, sobretudo no caso de Jesus, em função do posicionamento que ele assumiu diante deste sistema de morte.

²¹³ QUEIRUGA, Andres T., 2001, p. 100.

²¹⁴ FERRARO, Benedito, 1993, p. 37.

²¹⁵ FERRARO, Benedito, 1993, p. 44.

O conselho de Caifás, por ocasião da condenação de Jesus, tipifica muito bem o que estamos dizendo: “é necessário que um homem morra para o bem da maioria” (Jo 11,45-54).

4.5.7 – Atualidade do sacrifício no sacerdócio de Jesus Cristo

O sistema capitalista imposto na América Latina não é diferente. Em nome da preservação de “muitos” é preciso que “um” seja sacrificado. As palavras de Caifás ainda continuam fazendo eco na América Latina. É necessário que “um” morra para o bem da maioria. Uma exemplificação desse sistema sacrificial pode ser uma comparação a partir da prática de certos boiadeiros, que ao atravessarem rios com piranhas²¹⁶, sacrificam o animal mais frágil da tropa, atirando-o coberto de sangue para atrair os peixes vorazes, enquanto que o restante da boiada faz a travessia sã e salva.²¹⁷

Não podemos esquecer que Jesus e também muitos mártires da América Latina foram sacrificados por protestar contra a lógica sacrificial de um sistema selvagem, que cada vez mais exige sacrifícios humanos, levando-os à morte. Outrora na Palestina eram o Império Romano e o Templo que exploravam o povo. Hoje na América Latina é a dívida externa que condena os pobres à morte.²¹⁸ Em nome dessa dívida maldita, muitos pobres morreram e continuam morrendo de fome, para pagar, a cada ano, uma parcela da dívida, que nunca acaba. É necessário exportar cada vez mais tudo aquilo que se produz na América Latina.

²¹⁶ Piranha é uma espécie de peixe que habita rios e pertence a família dos Caracnídeos. É muito temível em função de sua voracidade, quando percebe a existência de sangue na água.

²¹⁷ Veja FERRARO, Benedito, 1993, p. 56.

²¹⁸ Veja FERRARO, Benedito, 1993, p. 65; REIMER, Haroldo e REIMER, Ivoni R., 1999, pp. 16-17.

Pode, por exemplo, um país orgulhar-se de ser o maior exportador de sucos cítricos, o terceiro maior exportador de frangos, um dos maiores exportadores de carne bovina, somando isso a uma série de outros 'êxitos' na exportação de alimentos, enquanto, internamente, mais da metade da população passa fome²¹⁹?

Este exemplo do Brasil serve também para todos os outros países endividados que sempre precisam sacrificar seu povo, levando-o à morte, sobretudo as crianças e os idosos que são mais vulneráveis. Porém “ninguém pode ser excluído da satisfação de suas necessidades básicas. Ninguém tem o direito de excluir o outro da satisfação de suas necessidades. Esta é a regra básica da solidariedade humana”.²²⁰ Não é difícil encontrar afirmações similares a essa, sobretudo em países ricos e desenvolvidos, mas que são os principais exploradores dos países pobres.

Do prisma da lógica sacrificial, “a América Latina encontra-se diante de uma dívida impagável. Tal impagabilidade, porém não é acidental nem ocasional. É um mecanismo para se continuar extraindo da América Latina o máximo de excedentes possível”.²²¹ Tomara que um dia pudéssemos vislumbrar no horizonte o canto do Magnificat tornando-se realidade na América Latina. Mas não do jeito que está apresentado no Evangelho de Lucas, simplesmente invertendo a lógica da exploração, mas sim o mesmo canto, relido e atualizado num contexto de América Latina, onde muitas pessoas sonham com um futuro melhor, não só para elas mesma, mas sobretudo para as gerações futuras. É seguramente com essa visão que D. Helder Câmara fez uma releitura deste canto e o apresenta a partir de uma

²¹⁹ ASSMANN, Hugo, 1989, p. 311.

²²⁰ FERRARO, Benedito, 1993, p. 74.

²²¹ FERRARO, Benedito, 1993, p. 75.

outra lógica, isto é, a da libertação integral das pessoas²²².

Diante dessa triste realidade de exploração e morte em que se encontra a América Latina: “há que se continuar a luta pela libertação dos pobres (índios, negros, mulheres, camponeses, operários, crianças, velhos...), porque a opressão continua sua ação maléfica, destruindo o corpo, a cultura e a alegria da vida, a graça de viver das imensas maiorias latino-americanas”.²²³

Por que ainda hoje continuam existindo sacrifícios²²⁴ humanos? Numa leitura mais profunda da realidade atual há quem vai mais longe e afirma que somente o Ocidente moderno realiza sacrifícios justificáveis. “O Ocidente moderno apresenta-se como a única sociedade que realiza sacrifícios humanos justificados. Pode, portanto, condenar os sacrifícios de todos os outros sem se questionar a si mesmo”.²²⁵ O que estaria na base desses sacrifícios? Para que servem? A quem são oferecidos? Estas e outras interrogações podem ser compreendidas a partir de um contexto em que a maioria de sua população continua sendo sacrificada.

O sacrifício em seu sentido religioso²²⁶, sobretudo no judaísmo, é tido como pagamento de uma dívida que o ser humano contrai diante de Deus, por não cumprir a lei.

O homem deve a Deus o cumprimento da lei, cumprimento que sempre é imperfeito e que revela, portanto, uma profunda culpabilidade, a que corresponde o

²²² O texto que segue citado é parte de uma Invocação à Mariama gravado por D. Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, no LP – Missa dos Quilombos. Dirigido por Marcio Ferreira e Milton Nascimento. “Mariama, Nossa Senhora, Mãe querida, nem precisa ir tão longe como no teu hino. Nem precisa que os ricos saiam de mãos vazias e os pobres de mãos cheias. Nem pobre nem rico. Nada de escravo de hoje ser senhor de escravos amanhã. Basta de escravos. Um mundo sem senhor e sem escravos. Um mundo de irmãos. De irmãos não só de nome e de mentira. De irmãos de verdade”.

²²³ FERRARO, Benedito, 1993, p. 83.

²²⁴ O termo sacrifício aqui não pode ser entendido no sentido restrito de um ritual cúltico, mas em seu sentido amplo e global, que inclui também o rito sacrificial em nome do mercado, por exemplo.

²²⁵ HINKELAMMERT, Franz J., 1995, p. 47.

²²⁶ O sentido religioso do sacrifício funde-se com o econômico, pois para que aconteça o sacrifício religioso é preciso ter a vítima a ser oferecida, que neste caso, tem que ser adquirida pelos valores do templo, também as vítimas do mercado tem o seu preço, que quase sempre é a própria vida. Veja a esse respeito REIMER, H. e REIMER, Ivoni R., 1999, pp. 125-132.

*sacrifício que contrapesa essa culpabilidade para além do cumprimento, necessariamente imperfeito e, apesar disso, culpável, da lei. Ou seja, deve-se a Deus o cumprimento da lei, que ordena as relações com os outros homens, e com isso se paga uma dívida com Deus, que é completada pelos sacrifícios. Mediante estes sacrifícios, o homem adquire a boa consciência para agir eficazmente.*²²⁷

Jesus tomou um posicionamento bem diferente do comum em sua época. Para ele “não pode haver mais sacrifícios. Os sacrifícios pagam a Deus algo que o homem lhe deve. Não obstante, o Deus de Jesus não cobra nenhuma dívida, mas deixa livre. Porém pode deixar livre unicamente se o homem deixar livre os outros”.²²⁸ Se a mensagem e o posicionamento de Jesus foi outro, por que existem pregadores que insistem em pregar um sacrifício final para toda a humanidade?

*A forma externa de sacrificialismo seja aquela que certos pregadores evangélicos fundamentalistas (ao estilo de H. Lindsay e outros) adotam hoje, sem pejo ou reticências: eles aspiram por um Harmagedon Sacrificial, como glorificação definitiva do seu deus sádico, no enfrentamento nuclear final entre as forças do bem e as do mal. E em seus livros não faltam os mapas convenientes para ilustrar geograficamente a previsão dessa hecatombe sacrificial.*²²⁹

A partir de uma leitura de Hb 10, 12-14 não é mais possível falar de sacrifícios. Jesus não só se posicionou contrário ao sacrifício, mas ele mesmo foi sacrificado para pôr fim aos sacrifícios. “O sacrifício da vida por parte de Jesus só é compreensível nesta linha. Em sentido estrito ele não se sacrifica, mas é sacrificado pela ordem. Mas ele assume esta sua morte pela vida imediata e assim oferece sua

²²⁷ HINKELAMMERT, Franz J., 1995, p. 63.

²²⁸ HINKELAMMERT, Franz J., 1995, p. 65; veja também REIMER, H., e REIMER, Ivoni R., 1999, pp. 125-132.

²²⁹ ASSMANN, Hugo, 1989, p. 298.

vida pela vida”.²³⁰ É a partir dessa lógica que deve ser entendida a morte de Jesus. “Pela morte expiatória de Cristo, Deus perdoa o pecado dos homens, tira o obstáculo da salvação e se aproxima salvificamente, estabelecendo uma nova aliança no sangue de Cristo”.²³¹

O autor ou autora de Hebreus fala da Paixão de Jesus Cristo com muita profundidade.

O qual nos dias de sua carne tendo apresentado orações e súplicas, com grande clamor e lágrimas, para aquele que pode salvá-lo da morte, e tendo sido ouvido, por causa da piedade, embora sendo Filho, aprendeu a obediência dessas coisas que padeceu; e tendo sido aperfeiçoado tornou-se para todos os que lhe obedecem autor de eterna salvação, tendo sido designado por Deus sumo sacerdote, segundo a ordem de Melquisedec (Hb 5,7-10).

O Pai escutou o clamor do Filho e o atendeu, aceitando o sacrifício vivo que o Filho lhe apresentou. No entanto, não o livrou da morte, como confirmação de que sua oferenda foi agradável a Deus. “Deus ‘atende’, isto é, livra sim ‘do pavor’, mas não nos poupa da dura morte”.²³² Dessa forma, só se pode entender que o Pai atendeu seus pedidos sem o ter livrado da morte, vendo além da morte de cruz. É preciso ver a ressurreição. O Pai o atendeu, pois não o deixou para sempre nos “braços” da morte, mas o resgatou e o trouxe de volta para a vida, vencendo assim, para sempre, o pecado e a morte, não só para si, mas também para seus irmãos e irmãs.

Jesus só conseguiu a graça e a perfeição para si, e a possibilidade de ambas para seus irmãos e irmãs (para a humanidade), graças à posição que lhe dá seu

²³⁰ HINKELAMMERT, Franz J., 1995, p. 366.

²³¹ BOFF, Leonardo, 1977, p. 98.

²³² SCHIERSE, Franz Joseph, 1970, p. 55.

sacerdócio.

*Cristo glorificado não é sacerdote ao modo de Aarão, mas de um modo novo, anunciado no Antigo Testamento, pela misteriosa figura de Melquisedec (...) Cristo chegou junto a Deus graças a um sacrifício de novo tipo, que lhe conferiu a 'perfeição' (...) O sacrifício de Cristo é de eficácia perfeita para o perdão dos pecados e a santificação dos crentes.*²³³

Foi por meio da encarnação de seu Filho que Deus falou diretamente à humanidade. Quando Jesus já tinha dado a mensagem do Pai, e após ter cumprido sua missão de purificar os pecados da humanidade, por meio de sua Paixão, retornou para o Pai e foi colocado à sua direita. É por essa razão que o ser humano não precisa mais de sacrifícios, porque a ação de Deus, através da glorificadora Paixão de Cristo, já é plena e suficientemente capaz de transformar a existência humana.

O autor ou autora de Hebreus toma o cuidado de justificar bem as duas naturezas de Jesus, isto é: “ele é humano e é Filho do Homem” (Hb 2, 5-6). Por essas duas razões é que Jesus tinha plenamente a possibilidade de ser sacerdote: ao mesmo tempo ele estava ligado diretamente ao Pai por meio da filiação, e também ligado aos irmãos e irmãs por meio da encarnação, através de sua solidariedade²³⁴. Ora, se o ser humano está em condição de pecado, e, por si só, não consegue encontrar o caminho de retorno a Deus, Deus se faz solidário com o ser humano por meio de seu Filho, abrindo, assim, as portas do santuário celeste, para que o ser humano possa nele entrar. Então, não é o ser humano que traz Deus para habitar o santuário, mas é Deus, através do sacerdócio de seu Filho, que leva o

²³³ VANHOYE, Albert, 1983, p. 35.

²³⁴ Veja sobre a solidariedade de Jesus em FILHO, José Adriano, 2000, pp. 108-114.

ser humano para o verdadeiro e eterno santuário celestial. “Por meio de sua paixão, ele obteve para sua humanidade a glorificação filial junto de Deus e, ao mesmo tempo, ligou-se a nós da maneira mais completa e definitiva possível, tomando sobre si a nossa morte”²³⁵.

É perfeitamente nesta unidade do Filho com o Pai e do Filho com os irmãos e irmãs que está a mediação sacerdotal de Jesus,²³⁶ todavia não se pode esquecer de dois princípios para que tudo isto aconteça: Jesus é misericordioso, e ao apresentar seu sacrifício, apresenta sobretudo solidariedade/misericórdia, e só apresenta misericórdia porque é fiel. Logo, conforme Hebreus, misericórdia e fidelidade são duas características básicas do sacerdócio de Jesus.

Um outro tema, ligado ao sacrifício de Jesus, bastante interessante é o da sua glorificação. Ele não glorificou a si mesmo, mas foi o Pai que o glorificou resgatando-o dos “braços” da morte e dando-lhe a vida eterna, constituindo-o sumo sacerdote (Hb 5,6). Se o Pai o glorificou, significa que sua oferenda foi agradável, aceita diante de Deus. Junto com a oferenda, vêm as preces e súplicas (Hb 5,7) que também foram agradáveis, aceitas pelo Pai. Daí então se pode afirmar que verdadeiramente o sacerdócio de Cristo foi eficiente porque: a) foi agradável a Deus; b) pôde comunicar aos irmãos e irmãs o princípio de salvação para todas as pessoas, pois a mediação foi eficaz.

Em sua Paixão, Cristo levou, além de qualquer limite, sua obediência ao Pai, sua solidariedade para com seus irmãos; assim ele levou sua relação com Deus e

²³⁵ VANHOYE, Albert, 1983, p. 55.

²³⁶ Essa teologia da unidade do Filho com o Pai, e do Filho com os irmãos e irmãs também pode ser encontrada no Evangelho de João, mais especificamente, nos capítulos 15, 16 e 17.

*sua relação com os homens a uma perfeição insuperável, selando a união dessas duas relações no mais profundo de seu ser.*²³⁷

É por meio deste compromisso fiel de Cristo que acontece o resgate redentivo do ser humano que se encontrava em situação de pecado e de morte. Cristo está ligado intimamente a Deus e aos irmãos. Assim não há separação da vítima com Deus, com o povo e com o próprio sacerdote que a ofertava. No sacerdócio levita, o sistema de separações separava também a vítima de Deus, do povo e do sacerdote que a ofertava. Aqui, no sacerdócio de Cristo, não é mais o sangue de bode ou de touro que é oferecido, mas é o próprio Cristo que se apresenta, como cordeiro para ser imolado, dizendo ao Pai: “eis-me aqui, para fazer tua vontade” (Hb 10,7). A vontade do Pai não era outra senão que o Filho fosse solidário e misericordioso com a humanidade até o fim, isto é, até que ela fosse resgatada do mundo de pecado e de morte em que se encontrava.

Essa transformação aconteceu quando Jesus, solidário com seus irmãos e irmãs, realizou sua oferta ao Pai, acompanhada de clamor e de súplicas, não só para si, mas, sobretudo, para seus irmãos e irmãs. Foi, por conseguinte, colocando-se como oferenda viva, a favor da humanidade, que sua oferta foi agradável ao Pai. E, por isso mesmo, ele foi tornado perfeito e introduzido, pelo próprio Pai, no santuário celestial (Hb 5,10).

²³⁷ VANHOYE, Albert, 1983, p. 64.

5 – ANÁLISE TEOLÓGICA DO TEXTO E SUA RELEVÂNCIA ATUAL

A perícopre de Hb 4,14-5,10 apresenta uma dimensão teológica muito profunda, não só por seu caráter escatológico, tendo em Jesus, sumo sacerdote, o autor de eterna salvação para todos os que lhe obedecem (Hb 5,8), mas sobretudo pelo processo que Jesus teve de desempenhar para tornar-se esse autor de eterna salvação.

O autor ou autora de Hebreus parte da experiência de fé da comunidade cristã que anuncia a ressurreição de Jesus, pois esta afirmação está implícita em Hb 4,14, onde temos a seguinte confissão de fé: “Tendo, portanto, um grande sumo sacerdote que penetrou os céus, Jesus, o Filho de Deus, conservemos a profissão de fé”. A partir desse dado de fé é que é descrito o caminho percorrido por Jesus. Em seu caminhar, Jesus teve um interesse especial pelas pessoas fracas, iludidas e ignorantes, que analisaremos a seguir. Logo depois, deteremos nossa atenção sobre os termos *asthenéia* e *boéteia* por serem de fundamental relevância como conteúdo de nossa perícopre.

5.1 – A dimensão antropológica de Hb 4,14-5,10

No centro da perícopa Hb 4,14-5,10 é enfocada a pessoa “ignorante” e “iludida”. Quem é essa pessoa, à qual o autor ou autora se refere? Deteremos-nos por um instante na tentativa de dar resposta a essa questão.

Em Hb 11,3 temos uma confissão de fé do autor ou autora que nos dá como que o ponto de partida para chegarmos à concepção antropológica, não só de quem escreveu a Carta aos Hebreus, mas também de quem a recebeu: “Foi pela fé que compreendemos que os mundos foram criados²³⁸ pela Palavra de Deus... (Hb 11,3)”. Essa passagem aponta para duas possibilidades de conclusão dependentes uma da outra: a) tanto o autor ou autora quanto as pessoas destinatárias são pessoas de fé; e b) os mundos foram criados (organizados) pela Palavra de Deus.

As duas conclusões inferidas acima - as pessoas são crentes, isto é, são pessoas de fé e por essa mesma razão acreditam que Deus criou os mundos - apontam para a concepção antropológica do primeiro relato da criação, narrado em Gn 1,1-2,4a. Vale ressaltar que a Carta aos Hebreus foi escrita e enviada dentro de um contexto judeu-cristão e que seguramente sua concepção antropológica era a concepção semítica. Pode-se perguntar como se chega a esta conclusão?

Quase todos os povos têm em suas tradições religiosa narrações cosmogônicas. Especialmente se encontravam mitos semelhantes nas civilizações que rodeavam a Israel. Não existe dúvida de que também Israel possui desde os

²³⁸ O tradutor da Bíblia de Jerusalém preferiu usar o verbo organizar ao invés do verbo criar. Há uma diferença significativa entre organizar e criar. O primeiro verbo indica uma ação sobre coisas já existentes, e portanto, o que Deus teria feito seria simplesmente organizado os mundos a partir das coisas já existentes. O segundo verbo indica uma outra ação, pois Deus teria criado e organizado, isto é, disposto todas as coisas em uma devida ordem. É importante perceber que o autor ou autora faz referência, nesta passagem de Hb 11,3, a Gn 1-2,4 e a Rm 1, 20 e tanto em Gênesis quanto em Romanos o verbo usado não foi organizar, mas criar, ou seja, Deus criou...

tempos mais antigas narrações deste gênero. Porém, estas narrações parecem que não exerceram muito influxo na vida religiosa do povo, e que só de uma forma progressiva se foi descobrindo o profundo significado religioso da origem de todas as coisas em Deus.²³⁹

A necessidade da existência de um Deus para os israelitas ficou mais forte, sobretudo quando eles entraram em conflito com as potências mesopotâmicas. Havia uma necessidade muito concreta em se firmar diante de outros povos a partir da fé, da fidelidade em uma divindade que também fosse mais forte do que as divindades dos outros povos.²⁴⁰ Textos do Antigo Testamento como os de 2Rs 19 e Is 40-55 confirmam essa luta entre os israelitas e outros povos numa tentativa de sobressair-se a partir da concepção de uma divindade criadora, por meio da qual mantinha-se uma aliança de fidelidade. Também o texto de 2Mc 7,23-29 é um bom exemplo de fé dos israelitas em um Deus criador. Apesar dos sofrimentos que o povo passava, era capaz de manter a esperança e a fidelidade em Deus que havia criado todas as coisas. Ele (o povo) mantinha, sobretudo, a esperança em Deus como desígnio de salvação em favor daqueles que se mantinham fiéis a este mesmo Deus. Nessa mesma linha está Is 40-55, cujo texto apresenta uma teologia desenvolvida a partir da fé de um povo (israelita) em um Deus criador.

Foi durante o exílio, mais especificamente, que o povo israelita foi elaborando a teologia da criação que culminou com o texto de Gn 1,1-2,4a.

Este texto ensina a universalidade e a exclusividade da ação divina na produção do mundo; com efeito, esta intenção didática se deduz: a) do ato de que os autores sagrados eliminam intencionalmente os elementos míticos, conhecidos também em Israel, de uma luta criadora do demiurgo contra certa personificação do

²³⁹ FLICK, Maurizio, 1977, p. 42. A tradução da citação é nossa.

²⁴⁰ Veja FLICK, Maurizio, 1977, p. 43; veja também REIMER, Haroldo, 2001, pp. 743-764.

caos; b) a ação divina se realiza mediante a palavra, isto é, da maneira mais distante a idéia de emanção o do uso de elementos primordiais; c) a descrição simétrica da obra dos seis dias ensina que Deus não somente enche, senão que ademais põe os três espaços primordiais da concepção semita do universo (abismo, terra, firmamento).²⁴¹

Faz-se necessário ressaltar que esta visão antropológica descrita a partir de textos do Antigo Testamento não tem em sua origem um ensinamento científico, pois a intenção de seus autores não era transmitir ensinamentos doutrinários cosmogônicos ou cosmológicos do ponto de vista científico, mas tão somente “a afirmação revelada, contida nas descrições do Antigo Testamento, que está exigindo nossa fé é por tanto a seguinte: o homem e seu mundo dependem em última análise, total e exclusivamente, no deva, no ser e no obrar, de Deus, como de seu próprio autor.²⁴²

Ademais, o conceito antropológico que Gn 1,1-2,4a. nos revela é que a pessoa humana é a imagem de Deus criador: “o conceito-base da antropologia teológica desde tempos antigos é imagem de Deus: as pessoas foram criadas para serem imagem de Deus na terra”.²⁴³ Ora, uma vez que a pessoa é a imagem de Deus, ela é também imagem de Jesus Cristo que é, por sua vez, a imagem do Criador, como premissa de tudo que foi criado. Textos neotestamentários também fazem uma leitura da criação e colocam o Cristo como premissa da criação. “Ele é a Imagem do Deus invisível, o Primogênito de toda criatura, porque nele foram criadas todas as coisas, nos céus e na terra, as visíveis e as invisíveis: tronos, soberanias, principados, autoridades, tudo foi criado por ele e para ele” (Col 1,15-16; também Hb1,3.11,3). Segundo essa descrição do autor de Colossenses, “Cristo como

²⁴¹ FLICK, Maurizio, 1977, p. 44.

²⁴² FLICK, Maurizio, 1977, p. 46.

²⁴³ MOLTMANN, J., 1993, p. 312.

imagem do Deus invisível, Cristo é mediador da criação, reconciliador do mundo e o Senhor do domínio de Deus: Deus aparece em sua imagem perfeita, Deus reina através de sua imagem, Deus reconcilia e salva através de sua imagem na terra”.²⁴⁴

É a partir dessa teologia cristológica que justifica a afirmação de que tudo foi recriado em Cristo. Por essa mesma razão ele é a premissa da criação, que por sua vez traz a promessa de domínio da terra. Este domínio se concretiza no reinado de Deus anunciado e vivido por Jesus Cristo. Tal domínio não pode mais ser aquele de submissão de toda a natureza à vontade e ao desejo humano, interpretado a partir de Gn 1,27-28, mas deve ser uma tomada de consciência por parte do ser humano, de que Deus é o único Senhor de sua vida. Este senhorio de Deus acontece por meio da autoridade e do poder que a ele foi dado (Mt 28,18). Dessa forma, foram a crucifixão e ressurreição de Cristo o ápice da realização da promessa de domínio da terra, pois por meio dela, ele vence a morte e torna-se Senhor absoluto da vida.

Como imagem de Deus, as pessoas “são criaturas sacerdotais e se colocam diante de Deus em prol da terra e diante da terra em prol de Deus”²⁴⁵. É a partir da ótica da teologia cristológica da criação que podemos compreender o autor ou autora de Hebreus, enfocando de maneira especial a pessoa no centro da atuação de Cristo sumo sacerdote compadecido, sobretudo das pessoas “fracas”, das “ignorantes” e das iludidas. Seu agir acontece em relação ao sofrimento que as pessoas passam. Foi por essa “categoria” especial de pessoas que Jesus ofereceu ao Pai orações e súplicas. Foi por elas que ele se apiedou. Todo o seu agir humano para com as pessoas “fracas” tornou-se causa de escuta de Deus, pois suas orações e súplicas foram ouvidas. As pessoas “fracas”, “ignorantes” e “iludidas”, pelas quais Jesus se compadeceu e agiu (Hb 5,2) também foram ouvidas. Dessa

²⁴⁴ MOLTSMANN, J., 1993, p. 325.

²⁴⁵ MOLTSMANN, J., 1993, p. 328.

forma, a sua função como “a imagem de Deus sempre corresponde exatamente à presença de Deus no mundo, pois a imagem representa essa presença”.²⁴⁶

5.2 – A pessoa humana: centro do interesse do texto

Voltando o nosso olhar para a estrutura interna de Hb 4,14-5,10²⁴⁷, poderemos encontrar no centro das três partes da divisão interna a pessoa, o ser humano.

No centro da primeira parte, a pessoa está implícita na conjugação do verbo “conservar”, na primeira pessoa do plural: “conservemos”. Isso indica uma presença real de pessoas. Na segunda parte, também a pessoa aparece explicitamente presente na parte central, porque foi por elas, as pessoas ignorantes e iludidas, que o sumo sacerdote pôde compadecer-se. Sem forçar o texto, o centro da terceira parte conclui também com a afirmação de que o sumo sacerdote foi ouvido por causa da piedade. Ora, logicamente ele se apiedou das pessoas ignorantes e iludidas que aparecem na centralidade da segunda divisão, que por sua vez é o centro das três partes.

Aqui devemos ater-nos um pouco nessa reflexão, pois se a pessoa está no centro da descrição, é porque ela deve ter um significado muito grande em nosso texto. É preciso não esquecer que a primeira afirmação feita pelo autor ou autora em Hb 4,14 é: “tendo um grande sumo sacerdote que penetrou os céus, Jesus, o Filho de Deus”. Essa afirmação do sumo sacerdote perpassa toda a perícopé. Todo acontecimento envolve o sumo sacerdote ou tem uma relação direta com ele.

²⁴⁶ MOLTSMANN, J., 1993, p. 329; veja também COSTA, João Rezende, 1999, p. 15, onde ele afirma que Deus se faz presente no mundo por meio das pessoas.

²⁴⁷ Veja a estrutura interna de Hb 4, 14-5,10 à página 55.

Podemos observar que a pessoa, estando no centro dos acontecimentos indica que os próprios acontecimentos estão em função dela. Parece-nos que o texto indica uma conclusão lógica dividida em três passos: a) conservemos a profissão de fé; b) podendo Cristo compadecer-se das pessoas ignorantes e iludidas; e c) tendo sido ouvido, por causa da piedade. Recordemos que é preciso ter sempre presente a primeira certeza, ou seja, a afirmação que temos um sumo sacerdote que penetrou os céus. Não esquecer que é em função deste sumo sacerdote que devemos conservar a nossa fé (primeiro passo); a razão de perseverar na fé é porque o mesmo sumo sacerdote pôde compadecer-se das pessoas ignorantes e iludidas (segundo passo); e por fim, temos a garantia de que o sumo sacerdote foi atendido, isto é, foi ouvido por meio de suas orações e súplicas apresentadas a Deus, ou seja, àquele que podia salvá-lo da morte (terceiro passo). É importante ressaltar ainda que ele foi atendido por causa de sua capacidade de compadecer-se por seus irmãos e irmãs, de apiedar-se deles e delas.

Como se pode deduzir, compadecer-se ou apiedar-se significa antes de tudo fazer a coisa junto com, “com-padecer-se”, isto é, padecer junto com. Logo, ninguém se compadece de alguém se não houver necessidade concreta para que isso ocorra²⁴⁸. Jesus, o sumo sacerdote, foi capaz de compadecer-se e apiedar-se das pessoas, porque elas estavam profundamente necessitadas dessa compaixão. Basta lembrar que Hb 10, 34-36; 13, 3. 23 nos informa que seus contemporâneos passavam por grandes sofrimentos e necessitavam de socorro. Foi exatamente o que Jesus veio fazer: compadecer-se das pessoas, por causa de suas fraquezas (Hb 4,15) e oferecer-lhes socorro oportuno (Hb 4,16). Nesse contexto, como já vimos, sabemos por meio de informações dadas por Plínio, Tácito e Josefo que as

²⁴⁸ Veja MUNDLE, W., 2000, pp. 1660-1662; e também LÉON-DUFOUR, Xavier, 1977, pp. 932-937; CAZELLE, H., e SCHNACKENBURG, R., 1988, pp. 1027-1035; LOCKMANN, Paulo, 1991, pp. 72-85.

primeiras pessoas cristãs foram duramente perseguidas, sobretudo na época de Nero e Domiciano.

Dessa maneira, fica óbvio por que o ser humano está no centro dos interesses do autor ou autora. É a pessoa que está em situação de opressão. É a pessoa que é fraca. É a pessoa que precisa ser socorrida. Do outro lado, está o sumo sacerdote Jesus Cristo que penetrou os céus e está no trono da graça. Neste caso, é só as pessoas se aproximarem dele para obter tanto a graça, quanto o socorro necessários. É importante ressaltar ainda que Jesus obedeceu duas condições para resgatar a pessoas do pecado. Primeiro, foi por causa de sua piedade que tudo se tornou possível. Segundo, o resgate não foi realizado por sua livre vontade, mas antes foi querida e desejada pelo Pai que o chamou e o designou sumo e eterno sacerdote. Foi Deus que viu a fraqueza e o sofrimento da pessoa e quis resgatá-la por meio de Jesus, tornando-o assim sumo e eterno sacerdote, segundo a ordem de Melquisedec Hb 5,10.

5.3 – *Asthenéia* e *boéteia* em Hb 4,14-5,10

As palavras *asthenéia* e *boéteia*²⁴⁹ estão diretamente ligadas em Hb 4,15-16. *Asthenéia* significa “fraqueza” e *boéteia*, “socorro”. Os dois termos são usados para expressar tanto a realidade concreta em que viviam as pessoas destinatárias da Carta, quanto para ressaltar a necessidade que tinham de ser socorridas.

Muito interessante é a percepção que o autor ou autora de Hebreus teve em relação a Jesus, sumo sacerdote, Filho de Deus. Segundo essa percepção, ele em seu agir, foi tentado à nossa semelhança, mas não pecou, pois é sem pecado. Isso

²⁴⁹ Veja ainda sobre *asthenéia* e *boéteia* às pp. 95-96.

faz de Jesus um sumo sacerdote diferente, pois ele pôde compadecer-se das fraquezas das pessoas.

Aqui é interessante observar a relação existente entre pecado/fraqueza das pessoas e sem-pecado/poder (*dynamis*) de compadecer-se das pessoas “fracas”, “iludidas e ignorantes” de Jesus (Hb 5,2). Nesta relação, Jesus teve uma prática diferenciada dos outros sumo sacerdotes, porque eles também estavam cercados de fraqueza e pecado, motivo pelo qual deviam oferecer sacrifícios a Deus, tanto pelos pecados deles mesmos quanto do povo. Jesus, porém, não teve pecado, daí então, que seu sacrifício não foi por si mesmo, por seus pecados, mas somente pelas pessoas fracas, iludidas e ignorantes, ou pelos pecados que elas cometeram.

Dessa situação de fraqueza em que estavam as pessoas foi que decorreu a necessidade de serem socorridas por Jesus, sumo sacerdote compadecido. Jesus as socorreu, uma vez que ele tornou-se para elas autor de eterna salvação e está no trono da graça, de onde as pessoas devem aproximar-se com confiança para alcançar misericórdia e socorro oportunamente. Logo, conclui-se que o sacerdócio de Jesus foi, de fato, eficaz, porque foi sem pecado e porque teve o poder de compadecer-se das pessoas fracas, iludidas e ignorantes, tornando-se para elas autor de eterna salvação, oferecendo-lhes socorro oportuno.

5.4 – A fraqueza e o socorro na cristologia de Hb 4,14-5,10

Em Hb 5,5, temos a seguinte passagem: “deste modo, também Cristo não glorificou a si mesmo para tornar-se um sumo sacerdote, mas aquele que lhe falou: ‘tu és meu Filho; eu hoje te gerei’”. Sabemos que o termo “Cristo”, bem como outros do mesmo gênero são títulos que foram atribuídos a Jesus de Nazaré após a

experiência pascal²⁵⁰. Ao analisar a cristologia da perícopa de Hb 4,14-5,10, constatamos esta realidade aí presente. Já no início da perícopa, em Hb 4,14, temos primeiro o termo “Jesus”, mesmo que este seja acrescido também de um outro título pós-pascal, “Filho de Deus”. Assim, estamos diante de uma experiência de Jesus de Nazaré, ou o assim chamado Jesus histórico.

Uma condição que se lhe impõe a todos os que se dedicam à cristologia, deve ser de que ponto se inicia a análise cristológica? Do Jesus histórico ou do Cristo da fé, isto é, de Jesus ressuscitado? “Cremos que o Jesus histórico é o princípio hermenêutico para aproximar-nos, tanto neoticamente como na práxis real, da totalidade de Cristo, onde se realiza, realmente, a unidade de cristologia e soteriologia”.²⁵¹ Há porém, outra abordagem: “é sobretudo a Ressurreição que traz em si a força inaudita da libertação: ela é a manifestação plena da intervenção de Deus no tempo dos homens, do Deus que liberta da prisão da morte e introduz no horizonte do Reino”.²⁵² Outro caminho para a cristologia pode ser iniciá-lo diretamente com as pessoas destinatárias do Reino. Assim, “a cristologia latino-americana se elabora a partir dos pobres: seu sofrimento, suas necessidades, suas lutas, suas aspirações. Seu lugar teológico é o lugar dos pobres. Sua ótica é a dos oprimidos, dos excluídos, das vítimas”.²⁵³ Esta terceira via não fala nem da ressurreição nem do Jesus histórico especificamente, porém, como demonstraremos mais adiante, os pobres são os destinatários do Reino. Logo pode-se concluir que começar a cristologia pelos pobres e excluídos é a mesma coisa que falar do Jesus histórico que viveu e anunciou o Reino de Deus entre os seus contemporâneos.

²⁵⁰ Veja GOPPELT, Leonhard, 1976, pp. 177-217, onde ele aborda os títulos salvíficos atribuídos a Jesus.

²⁵¹ SOBRINO, Jon, 1983, p. 33; veja também BOFF, Leonardo, 1991, pp. 25-26.

²⁵² FORTE, Bruno, 1985, p. 21.

²⁵³ FERRARO, Benedito, 1993, p. 41.

Conforme se pode constatar, a partir das citações acima, as opiniões podem divergir sobre qual é o princípio hermenêutico na cristologia. Porém, o que é mais importante é que qualquer que seja o referente inicial, o Jesus histórico ou o Cristo da fé, o segundo elemento referente não pode ser ignorado na pesquisa cristológica. Se partir do Jesus histórico deve-se chegar à ressurreição. Ao contrário, se partir do Cristo da fé, isto é, do Jesus ressuscitado como referencial hermenêutico, tem que voltar ao Jesus histórico e percorrer com ele os caminhos da Galileia.²⁵⁴ Essa constatação pode ser sintetizada com a seguinte afirmação: “O modelo de sacrifício pelo sangue que articula a redenção de Deus em Cristo não concentra sobre si toda a ação salvífica de Deus. Esta se estende sobre toda a vida, sobre os gestos de Cristo”.²⁵⁵ Dessa forma, a perícopes de Hb 4,14-5,10 foi escrita numa época em que a situação não era tão diferente, pois o Império Romano também oprimia, explorava e espoliava o povo (Hb 10,34). Ademais a misericórdia e o socorro oportuno oferecido por Jesus, como trono da graça, está também em relação à situação de fraqueza do povo diante do Império que o oprimia²⁵⁶.

É exatamente em situações como essas que a pessoa cristã deve se sentir livre e proclamar sua liberdade. Em “sua liberdade frente a todo poder deste mundo, o cristão atuará eficazmente para a libertação do homem. Assim mostrará, com os fatos, o sentido do seu anúncio sobre Jesus Cristo e tornará presente, nas diversas

²⁵⁴ Jon Sobrino e Bruno Forte escolheram princípios hermenêuticos diferentes. O primeiro parte do Jesus histórico e chega à ressurreição, o segundo começa com a ressurreição e retorna ao Jesus histórico. Assim ambos apresentam uma excelente cristologia. Para corroborar essa afirmação, vejamos o que dizem os autores citados: “A fé cristã tem sua origem na ressurreição do crucificado”. SOBRINO, Jon, 1983, p. 196. “Jesus foi Senhor e Messias desde o primeiro instante de sua história, embora apenas a Ressurreição venha a manifestar plenamente a sua unidade com Deus, que antes da Páscoa era só antecipada e prolepticamente significada na autoridade de sua pretensão”. FORTE, Bruno, 1985, p. 116.

²⁵⁵ BOFF, Leonardo, 1977, p. 98.

²⁵⁶ Veja FERRARO, Benedito, 1993, p. 32 e JUVENAL, apud WENGST, Klaus, 1991, p. 56; veja também REIMER, Ivoni R., *O Belo*, 2000, p. 63.

situações, a força do Espírito do Ressuscitado”.²⁵⁷ Com Jesus não foi diferente. Diante da fraqueza, da ilusão e da ignorância em que viviam as pessoas, ele teve o poder (*dynamis*) de compadecer-se, apiedar-se delas e interceder diante do Pai, apresentando orações e súplicas por elas. Dessa forma, em Hb 5,7 encontramos não só uma opção, mas também uma intervenção de Jesus diante de Deus a favor do ser humano que vivia uma situação de fraqueza, de ilusão e de ignorância, porque foi pela humanidade que Jesus ofereceu suas “orações e súplicas com grande clamor e lágrimas”, ao Pai que podia salvá-lo da morte.

*Essas palavras do autor da Carta aos Hebreus sublinham a ardente súplica e espera, a paixão por tudo aquilo que o Filho crê possível ao Pai, a esperança que Jesus alimenta de vencer a morte. No seu ‘clamor e lágrimas’ ressoam as invocações de todos os que foram, são e serão escravos da morte. Na esperança do Filho do Homem vibra a esperança de todos os mortos, de todos os derrotados da terra, a esperança dos vencidos.*²⁵⁸

Foi a favor dos vencidos que Jesus teve o poder de compadecer-se por suas fraquezas, por suas ilusões e também por sua ignorância em função do pecado. Primeiro foi oferecido a essas pessoas a graça e a misericórdia encontradas no trono (Hb 4,16), que é o próprio Jesus ressuscitado.

*O ‘pecador’ é o protótipo de homem que não pode esperar sua salvação se Deus o julgar conforme com suas obras. Jesus ao pregar a Deus que se aproxima na graça lhes abre o único futuro possível: se aceitarem que Deus, realmente, se aproxima em graça Jesus perdoa seus pecados. Daí que Jesus escolhera pecadores, publicanos, bêbados e prostitutas como os destinatários de sua pregação; àqueles que por sua situação social e religiosa não podiam esperar nenhuma libertação da situação presente.*²⁵⁹

²⁵⁷ FORTE, Bruno, 1985, p. 23.

²⁵⁸ FORTE, Bruno, 1985, p. 32.

²⁵⁹ SOBRINO, Jon, 1983, p. 71.

Uma leitura apressada da crucifixão de Jesus pode levar à conclusão de que Jesus foi abandonado na cruz, não só por seus discípulos, mas até mesmo por Deus. O próprio Jesus tem a sensação de ter sido abandonado por Deus e interroga: “Eli, Eli, lemá sabachtáni?”, isto é, “Deus meu, Deus meu, por que me abandonaste?” (Mt 27, 46). A condição humana, muitas vezes diante da dor e do sofrimento, impede que a pessoa sofredora possa ver além de sua dor. Com Jesus não foi diferente. Pertencente à condição humana, ele não vê a presença de seus discípulos e sente-se abandonado também por Deus. Quantas pessoas sofredoras de hoje também exclamam “Deus me abandonou com meu sofrimento e minha cruz!”?. Porém, Bruno Forte fazendo uma análise trinitária do evento do Gólgota diz: “Deus sofre na cruz como Pai que oferece, como Filho que se oferece, como Espírito que é o amor permanente de Jesus sofredor. A cruz é a história do amor trinitário de Deus pelo mundo: um amor que não se limita a suportar o sofrimento, mas o escolhe”.²⁶⁰ O Deus judaico-cristão é um Deus comunidade. O Pai permanece no Filho e o Filho no Pai, por meio da comunhão fraterna realizada pelo Espírito Santo (Jo 14,10). Por essa razão, Deus, o Pai, jamais poderia ter abandonado o Filho. Jesus não estava sozinho na cruz, apesar do aparente abandono que ele sofre por parte do Pai.

A partir de Jesus, a cruz dos homens que era vivida como ‘maldição’ fica transformada em ‘benção’. Porque Jesus a tomou em nome de seu Pai. Ao impor a cruz a Jesús, era o Pai o que continuava dizendo – porém agora nesta forma tão impactante – que o problema dos homens era um problema seu, e que Ele é ‘Deus conosco’. O domingo de ressurreição revelou toda a verdade: Quanto mais longe parecia estar – sexta feira santa -, tanto mais próxima estava; porque na sexta feira santa o que estava na cruz era Ele: ‘Meu Pai e eu somos uma só coisa’.²⁶¹

²⁶⁰ FORTE, Bruno, 1985, p. 26.

²⁶¹ DELANEY, Eugenio, 1983, p. 40-41.

A comunidade cristã primitiva foi capaz de compreender a mensagem anunciada por Jesus de Nazaré. Foi capaz de aceitar a proximidade de Deus, o Pai. Aceitou a existência de um Deus compadecido e amoroso com o povo que sofre, e por isso:

A comunidade anuncia que o Deus da cruz está presente onde quer que exista dor, como Aquele que sofre no homem e com o homem, e que faz seu o grito dilacerante das dores do mundo, por Ele assumidas em sua paixão. Ao mesmo tempo, ela anuncia que o Deus da esperança palpita com a esperança do mundo e está presente aonde quer que um homem espere, para sustentar a sua luta vigilante contra a injustiça e a dor.²⁶²

Podemos concluir, dizendo que a questão da fraqueza na cristologia de Hb 4,14-5,10 deve ser entendida por meio da solidariedade que Jesus pôde ter para com as pessoas “fracas, iludidas e ignorantes”, mas também a partir da explicação que Paulo faz em 1Cor 1,17-31, uma vez que Deus escolheu os fracos para confundir os fortes.

5.5 – A compaixão na cristologia de Hb 4,14-5,10

Concordamos plenamente com a posição de Boff, supra citada, e pensamos que está nesta mesma direção a fala de Jesus no evangelho de João, quando ele diz que “dá a sua vida a favor de suas ovelhas” (Jo 10,10-17). Entendemos que este dar a vida não significa, a princípio, que vai ser morto a favor da outra pessoa, mas é sobretudo, gastar a vida, passar a vida toda fazendo o que ela precisa. Neste sentido, seria morrer a cada instante em favor de quem precisa de sua compaixão,

²⁶² FORTE, Bruno, 1985, p. 39.

de sua misericórdia, no caso de Jesus, de sua graça, de seu socorro oportuno (Hb 4,16). Foi exatamente isso que Jesus fez em sua vida. Passou fazendo o bem. Gastou a sua vida curando os doentes (Mt 8,18), perdoadando os pecadores (Mt 9,2; Mc 2,5; Lc 5,20), dando pão aos famintos (Mt 14,13-21; Mc 6,31-44), fez de si mesmo pão para as outras pessoas (Mc 14,22; Lc 22,19).

Jesus, o sumo sacerdote descrito em Hb 4,14-5,10, esteve diretamente ligado à vida de seu povo, sendo capaz de compadecer-se de suas fraquezas (Hb 4,14). Assim, devemos também analisar “as condições sub-humanas de opressão, miséria e dor em que vive a maior parte da humanidade e a lógica do lucro, que estabelece como fim de todas as coisas o interesse de poucos, sacrificando o interesse da maioria”.²⁶³ Veremos que a realidade social em que Jesus viveu não foi tão diferente desta, acima descrita, e que em muitas e diferentes partes do mundo atual são inúmeros os homens e as mulheres que passam novamente por situação de sacrifício, que às vezes têm que se sacrificar até a morte. Será que Jesus de Nazaré, crucificado há quase dois mil anos atrás e ressuscitado, conforme a fé cristã, pode, ainda hoje, apresentar a resposta para a solução de tanta exploração e de tantos sacrifícios vividos pelo povo de hoje? Uma resposta para essa questão pode ser a seguinte:

*Somente quebrando a cadeia de dependências iníquas, somente desmascarando e modificando os interesses reais das classes opressoras que dominam o sistema, será verdadeiramente possível humanizar o mundo. O homem 'em abstrato' não existe. Existe somente o homem concreto nas suas relações sociais opressor ou oprimido, escravo e inerte diante da exploração, ou ativamente combativo por um amanhã diferente; alienado, porque outros se apossam e usufruem de maneira exclusiva dos frutos do seu trabalho, ou emancipando, porque sujeito e medida das relações sociais.*²⁶⁴

²⁶³ FORTE, Bruno, 1985, p. 9.

²⁶⁴ FORTE, Bruno, 1985, p. 13; veja também BOFF, Leonardo, 1991, p. 27.

A principal barreira para a superação desse limite de dominação e exploração, descrito na citação acima, é a secularidade em que se encontra a humanidade de hoje. Pois ela impede que a pessoa seja capaz de ver ou encontrar Deus em experiências limitadas, mas só será capaz de vê-lo e encontrá-lo em experiências profundas, quando for capaz de perceber não só a prisão do imanente, mas também do semelhante, do fim último e a partir daí começar a ter sede da palavra que rompa o silêncio da morte, e sustente na esperança sua luta de hoje²⁶⁵. A secularidade pode tornar o ser humano um cadáver ambulante, prisioneiro de si mesmo.

*Onde está o cadáver do homem prisioneiro de si, aí se reúnem os abutres. Mas onde o Vivente é proclamado e tornado presente, aí se liberta a vida, liberta-se as forças ocultas, recomeça a festa das flores dos campos e das aves do céu, o homem se levanta e, de cabeça erguida, enfrenta o suor do dia. Por isso, diante da cidade secular e de suas vicissitudes, os cristãos continuam a falar de Jesus, o Cristo.*²⁶⁶

Outra dificuldade imposta é a falta geral de uma consciência crítica da própria humanidade diante da realidade em que vive. Pois dessa forma, falta a capacidade de analisar e ver aspectos de miséria e opressão sobre si mesmo e sobre o seu semelhante. “Somente nos últimos anos se tornou clara a consciência de como é extrema a miséria e, sobretudo, de que existe uma situação de opressão e alienação em que vive a imensa maioria da humanidade. Esse estado de coisas representa uma ofensa ao homem e, conseqüentemente, a Deus”.²⁶⁷ As pessoas que estão no centro da atenção do autor ou autora de Hebreus também vivem uma realidade

²⁶⁵ Veja FORTE, Bruno, 1985, p. 16.

²⁶⁶ FORTE, Bruno, 1985, p. 17.

²⁶⁷ FORTE, Bruno, 1985, p.17.

semelhante a essa, pois vivem iludidas e ignorantes, motivo pelo qual levou Jesus, sumo sacerdote, a compadecer-se, e elevar ao Pai orações e súplicas em favor delas.

A sociedade está vivendo uma realidade desumana. Essa realidade é constatada pela falta das condições mínimas de vida das pessoas que estão desempregadas ou subempregadas, marginalizadas, emigrantes; também a perda dos valores morais e a inconstante destruição do ecossistema em dimensões sempre mais catastróficas estão levando a humanidade para um caos. Concordamos que não existe uma sociedade abstrata, mas somente em seus aspectos sociais concretos, isto é, na relação de dominação entre opressor e oprimido, escravo e livre, homem e mulher, idosos e crianças... Essa “opressão exercida pelas classes dominantes é mal que brada diante de Deus, assim como a dor de quem sofre injustiça é também dor do Deus cristão”.²⁶⁸

O Reino de Deus que Jesus de Nazaré anunciou, não só como algo que estava próximo, vindouro (Mt 3,2; 4,17; Lc 10,9; 21,31), mas como realidade já presente (Mt 12,28; Mc 12,34; Lc 11,20), deve ser também a forma de superação dos limites que as pessoas estavam vivendo: fraqueza, ilusão e ignorância. O ministério de Jesus é dinâmico e transformador: “melhor que falar de ‘reino de Deus’ dever-se-ia falar de ‘reinado, soberania de Deus’. A dimensão dinâmica deve prevalecer sobre a estática”.²⁶⁹ Dessa forma, é preciso compreender que o Reino anunciado e vivido por Jesus (Mc 4,11), exige daqueles que o aceitam, uma prática de conversão, isto é, aceitar que Deus reine em suas vidas. É deixar que Deus possa ser o seu único senhor: não é possível servir a dois senhores (Lc 16,13). A melhor forma de ver a presença desse reinado de Deus no meio da humanidade é

²⁶⁸ FORTE, Bruno, 1985, pp. 19 e 21; veja também BOFF, Leonardo, 1991, p. 29.

²⁶⁹ SOBRINO, Jon, 1983, p. 63.

que “tanto os milagres como o perdão dos pecados são sinais em primeiro lugar da chegada do Reino, melhor, são sinais de libertação, e só neste contexto podem servir para esclarecer a pessoa de Jesus”.²⁷⁰

O autor ou autora de Hebreus faz um convite às pessoas destinatárias a se aproximarem do trono da graça, para alcançar misericórdia e socorro oportuno (Hb 4,16). O trono é o lugar de onde o rei exerce o seu poder. Neste sentido devemos entender o convite de aproximar-se do trono da graça como um aproximar-se também do reino de Deus, de vivenciá-lo. O problema é que os corações “empedrecidos” por causa do pecado não estão abertos à conversão, ao reinado de Deus e, por isso, oferecem resistência à libertação que Jesus oferece. Estão presos a normas e a leis religiosas que dificultam a aceitação da libertação. Por outro lado, “é importante perceber que há um sistema que não aceita o anúncio do Reino e rejeita a prática de misericórdia de Jesus e, em seguida, a de seus seguidores, em relação aos pobres”.²⁷¹ A pessoa só poderá ser libertada se ela mesma estiver disposta a:

Aceitar que nada de sua existência atual pecadora é obstáculo para que Deus se aproxime realizou o mais profundo que podia fazer: aceitar que Deus se aproxima em graça para dar-lhe uma esperança, um futuro. Aqui se encontra o primeiro aspecto libertador da atividade salvífica de Jesus. Sua lógica não consiste em que Jesus vem com poder para fazer justiça segundo as obras, mas em que o Reino de Deus se aproxima como libertação. Por isso o pecador a quem Jesus perdoa se encontra tipificado naquele que vive oprimido, pois a sociedade, os justos segundo a

²⁷⁰ SOBRINO, Jon, 1983, p. 69.

²⁷¹ FERRARO, Benedito, 1993, p. 54; na página 59, o autor acrescenta a causa da rejeição do anúncio que Jesus faz do Reino, e conseqüentemente a causa de sua morte: “a responsabilidade fundamental pela morte de Jesus está relacionada com o poder fetichizado da lei, da religião e do Templo, encarnado nos sacerdotes, escribas e doutores da lei e no poder idolátrico do Império romano, corporificado no imperador, nos procuradores, nos soldados romanos e nos seus colaboradores na Palestina, os herodianos e saduceus. Isto faz justiça à história e impede a manipulação da morte de Jesus, para mais uma vez lançar a culpa sobre os pecados do povo!” .

*lei, o desprezam e a própria lei, como instituição, o condena e declara sua existência como fechada e sem futuro.*²⁷²

Além de o coração humano estar “empedrecido” por causa do pecado, a estrutura social em que vive também oferece dificuldade para a conversão ao reinado de Deus. A estrutura legal não dá ao pecador quase nenhuma oportunidade de libertação, mas pelo contrário fecha-lhe as portas de um futuro de graça, o condena à *geena*²⁷³ (Mt 23,15). Com o coração endurecido pelo pecado, o ser humano oferece resistências ao reinado de Deus que se aproxima em graça, libertação. O maior pecado, então, é rejeitar o reinado de Deus que se aproxima em graça. “A essência antropológica do pecado é a auto-afirmação do homem, a auto-afirmação de seu poder numa dupla vertente que leva 1) a usar de seu poder para assegurar-se contra Deus e 2) para oprimir o homem”.²⁷⁴

A forma de concepção do Deus que Jesus anunciou e no qual ele acreditou, era diferente da forma que seus contemporâneos o concebiam e no qual também eles criam, sobretudo os que detinham o poder religioso²⁷⁵. Jesus fez a experiência de Deus como Abba, um Deus próximo, Pai e companheiro da pessoa (Rm 8,15; Gl 4,6). Por isso foi capaz de anunciá-lo aos demais. Para alguns, como aqueles que manipulavam o poder religioso, essa foi a principal motivação para a condenação de Jesus à morte (Mc 14, 61-64): “com sua concepção de Deus, Jesus foi um liberal em matéria religiosa e isto o levou à cruz”.²⁷⁶ Mais uma vez, o coração humano

²⁷² SOBRINO, Jon, 1983, p. 71.

²⁷³ REIMER, Ivoni R., *22 Perguntas*, 2000, pp. 65-67.

²⁷⁴ SOBRINO, Jon, 1983, p. 73.

²⁷⁵ COSTA, João Rezende, 1999, p. 25, é preciso ficar bem claro que o Deus de Jesus não é um outro Deus diferente do Deus do judaísmo, mas tão somente a experiência que ele fez é que foi diferente. Veja também: FORTE, Bruno, 1985, p. 65: “Jesus é um hebreu que nasceu e se formou no seio de um povo. O Deus que ele anuncia não é outro senão o de Israel”. Dessa forma, podemos concluir que é o mesmo Deus, diferentes são as formas de concebê-lo.

²⁷⁶ SOBRINO, Jon, 1983, p. 216.

“empedrecido” por causa do pecado oferece resistência até mesmo ao próprio Deus-Amor que Jesus proclamou estar aproximando, por meio de seu reinado.

Para compreender essas duas maneiras de concepção do mesmo Deus, a de Jesus e a de seus contemporâneos, é necessário observar como os israelitas concebiam Deus. Ele é um juiz que castiga o pecador, segundo a lei ou segundo o anúncio dos profetas (Lv 26, 28; Jr 21, 14; Os 10, 10)²⁷⁷. Do outro lado, Deus, a partir da experiência do Abba que Jesus viveu (Rm 18, 15; Gl 4, 6) é um Pai que acolhe, ampara e perdoa quando é necessário (Gn 18, 16-32; Jn 3,10-4,2; Ex 32, 7-14; Lc 5, 24; 15, 11-32; Mt 6, 14; 18, 23-35; Mc 3, 28).

O Deus de Jesus é capaz de sofrer com os sofredores. É capaz de compadecer-se daquelas pessoas que padecem. É capaz de aproximar-se dos sofredores por meio de seu reinado, oferecendo a libertação. É assim que ele deve ser entendido como trono da graça (Hb 4, 16). O Deus de Jesus não é um Deus passivo, imutável diante do sofrimento, ao contrário, ele se solidariza e se faz presente na miséria e no sofrimento de quem sofre. Segundo esta visão e concepção de Deus é que se pode entender sua presença solidária com Jesus na cruz. Diante do sofrimento do Filho, o Pai não fica imóvel, mas vai à cruz com Jesus. O silêncio dos três dias que decorreram da cruz até a ressurreição foi em função do próprio Deus estar crucificado com seu Filho.

Todo ser humano deve aprender de Deus que, diante do sofrimento e da miséria da outra pessoa, é preciso compadecer-se. É preciso solidarizar-se com o sofredor e oprimido (Ex 3,7-9; Lc 10,29-37). Diante do limite humano, no qual muitas

²⁷⁷ Aqui, é preciso ter presente que esta concepção de Deus não é única entre os judeus, pois, logo abaixo, citaremos Ex 3, 7-9 demonstrando que Deus é compadecido diante da miséria e do sofrimento da pessoa, logo o erro está na maneira que as pessoas concebem a Deus, e não em Deus.

vezes a pessoa se encontra, é preciso sentir a acolhida e o amparo das outras pessoas (Lc 15,11-32).

Quem diante da miséria alheia sente dor e procura vencê-la por amor superando a distância entre a miséria do outro e o próprio sujeito poderá compreender quanta revelação de Deus existe na cruz. Ali se dá a verdadeira analogia para reconhecer a Deus na cruz. Fora dela a mera analogia do conhecimento e a mera admiração não são bases epistemológicas suficientemente amplas para compreender a cruz de Jesus e a Deus que pode estar presente, precisamente no abandono de Jesus.²⁷⁸

A forma mais autêntica de ver Jesus nos evangelhos é ver sua solidariedade com os sofredores e abandonados, sobretudo pela estrutura social de sua época. “Temos a convicção, a partir dos textos evangélicos, de que Jesus é uma pessoa inserida na realidade social do seu tempo com conhecimentos bem claros da opressão em que vivia o povo. (Mt 9, 35-36; Lc 4,14-30 e Mc 1,1-15)”.²⁷⁹ Jesus foi capaz de sentar e comer com pecadores (Mc 2, 16). Quando interrogado sobre seu procedimento, que perante o sistema legalista religioso era uma prática pecaminosa, ele responde com firmeza. “São os doentes e não os sadios que precisam de médico” (Lc 5, 31). Mandou os discípulos dar alimento aos famintos: “dai-lhes vós mesmos de comer” (Mc 6, 37; Lc 9, 13). Jesus faz uma antecipação da ceia pascal, onde ele se fez pão para todos, mas sobretudo para os pecadores (Mt 26, 26; Mc 14, 22; Lc 22, 19). Jesus está dizendo aos discípulos que eles também devem ser “pão” para as outras pessoas. Ele foi capaz de chorar a morte de Lázaro, solidarizando-se com a dor e o sofrimento de Marta e Maria (Jo 11, 14-44). Mesmo sabendo que não era seu principal objetivo anunciar a Boa Nova aos estrangeiros,

²⁷⁸ SOBRINO, Jon, 1983, p. 210.

²⁷⁹ FERRARO, Benedito, 1993, p. 27.

teve compaixão e foi solidário com o sofrimento de uma mãe que suplicava por sua filha (Mt 15, 21-28; Mc 7, 24-30).

Olhando deste prisma, pode-se afirmar:

Passar por alto a morte de Jesus abandonado de Deus levou ou pode levar a não buscar a Deus lá onde se encontra, que, da perspectiva cristã não é só a ressurreição, mas a cruz e em sua versão histórica não é a beleza, o poder, a sabedoria, mas as cruzes reais dos oprimidos.²⁸⁰

A prática e a prédica de Jesus não deixam margens para dúvidas: o caminho mais curto para chegar a Deus é aproximar-se da pessoa que mais necessita de compaixão, de piedade, de solidariedade. Daí a razão de quem se encontra nessa situação estar nos três centros da divisão interna da perícopes Hb 4,14-5,10²⁸¹.

Em sua pregação, Jesus questiona a mentalidade religiosa judaica de sua época, que desprezava os “preferidos de Deus” que são literalmente os pobres.

O Deus do Reino expressa a esperança real de um povo que se encontra em situação de vida precária do ponto de vista econômico, político, social e cultural. Daí é que, a luz do Antigo Testamento, vê-se na relação Reino-pobres não apenas uma relação de fato, mas uma relação de direito.²⁸²

Com freqüência esses preferidos de Deus aparecem nas pregações de Jesus (Lc 10, 25-37; Mt 25 31-46). Nestas duas passagens, os destinatários são: o estrangeiro, o herege, o impuro cúltico, o pecador, o deserdado, o pobre, o órfão, a viúva, o inimigo.²⁸³ Logo, “a opção pelos pobres, preferencial e evangélica, nos

²⁸⁰ SOBRINO, Jon, 1983, p. 211.

²⁸¹ Veja esta divisão à página 47.

²⁸² FERRARO, Benedito, 1993, p. 12.

²⁸³ Veja SOBRINO, Jon, 1983, p. 218.

mostra que o pobre é tomado como valor universal (universal concreto) ou, na linguagem teológica, como critério escatológico de salvação ou de perdição”.²⁸⁴

A opção que Jesus fez de colocar a pessoa sofredora no centro de sua prática e prédica levou-o à morte, sobretudo porque a estrutura de poder que oprimia e explorava o povo compreendeu bem a proposta que ele apresentava.²⁸⁵

A prática de Jesus coloca a vida como dom mais precioso dado por Deus. Ela “é a mediação fundamental para o encontro com Deus. Por isso, a vida está acima da lei”.²⁸⁶

Já afirmamos anteriormente que toda a vida de Jesus foi redentora, não só no calvário, mas toda a sua vida²⁸⁷. Neste sentido, é preciso entender que a cruz se estendeu também por toda a sua vida. “O fato da Encarnação de Jesus já deu início à sua Paixão. O Crucificado foi, pois o ponto de referência para toda a existência de Jesus”.²⁸⁸ Na realidade, há o perigo freqüente tanto no interpretar quanto na forma de viver a espiritualidade da cruz.

*A espiritualidade da cruz proíbe como uma contradição direta uma simples identificação intencional com o crucificado; esta identificação se faz fundamentalmente no caminho para a cruz e fora deste caminho a espiritualidade da cruz pode converter-se em estoicismo, masoquismo ou, o que é pior, em álibi para não percorrer o caminho para a cruz, crendo já estar nela. A cruz é, no sentido explicado, o fim de um processo. Sem percorrer este processo, a cruz que se aceita não é necessariamente cristã.*²⁸⁹

²⁸⁴ FERRARO, Benedito, 1993, p. 16. O autor continua afirmando, na p. 22: “Os mártires e Jesus estorvaram e por isso foram eliminados. Os pobres são também ‘estorvo’ ao sistema de mercado e, por isso, são eliminados, muitas vezes, sem poder falar nada. São camponeses, crianças, mulheres, negros, índios, anciãos, que são assassinados pelo simples fato de serem pobres e não terem defesa”.

²⁸⁵ Veja SOBRINO, Jon, 1983, p. 219, “a condenação de Jesus mostra que se compreendeu bem a alternativa que ele apresentava: o Deus da religião ou o Deus de Jesus, o templo ou o homem, a segurança nas próprias obras ou a insegurança da gratuidade e da graça”.

²⁸⁶ FERRARO, Benedito, 1993, p. 37.

²⁸⁷ Cf. a nota 249 desta dissertação.

²⁸⁸ GIL, Hermínio, 1983, p. 167.

²⁸⁹ SOBRINO, Jon, 1983, p. 227.

Freqüentemente deparamos com pessoas na situação acima descrita. Elas dizem que sua cruz é a maior, é a mais pesada, é a pior cruz existente. Porém essas pessoas vivem suas cruces sem querer libertar-se delas. Suas cruces tornaram-se a razão de suas vidas. Vivem para carregar suas cruces e até afirmam: “Jesus que era Deus sofreu e carregou sua cruz, eu também carregarei a minha até o fim”²⁹⁰. Essas pessoas não conseguem entender que a cruz aponta para a libertação. Se a cruz não provocar a libertação, se ela não levar à “ressurreição”, é maléfica e não é cristã. A cruz só é verdadeiramente cristã, quando aponta para a vida plena. “A cruz não é a última palavra de Deus. Deus ressuscitou o crucificado. A ressurreição mostra que a cruz é realmente o primeiro passo para a vida, que Deus estava realmente na cruz assumindo e salvando a história”.²⁹¹

É compreendendo a passagem de Deus pela cruz que entenderemos sua maneira de fazer-se solidário com as pessoas que sofrem, sua compaixão pelas pessoas pobres e oprimidas. É neste sentido também que devemos entender Jesus como trono da graça (Hb 4,16), sendo fonte de misericórdia, graça e socorro oportuno para todas as pessoas que dele se aproximarem com fé e obediência, pois ele se tornou para elas, autor de eterna salvação (Hb 5,9).

5.6 – Atualidade do sacerdócio de Jesus Cristo em Hb 4,14-5,10

Será que ainda hoje tem sentido estudar a Carta aos Hebreus? Depois de tanto tempo e de tantas polêmicas que já foram levantadas em torno dela, qual será o sentido real e atual em se debruçar sobre ela, na busca de uma nova

²⁹⁰ Esta citação é uma referência a frases que constantemente ouvimos, sobretudo em atividades pastorais.

²⁹¹ SOBRINO, Jon, 1983, p. 239.

compreensão? Nossa opção de empreender uma pesquisa em Hebreus se deu quando tivemos que delimitar um texto da Sagrada Escritura como objeto de estudo. Daí então, preferimos optar pela perícopé de Hb 4,14-5,10, que segundo o nosso entender contém a principal mensagem da Carta.

Esse nosso modo de aproximação à Carta aos Hebreus não despreza o restante de seu conteúdo, pois sabemos que toda a parte introdutória que antecede Hb 4,14 é uma preparação para chegar-se à afirmação revelada nesse versículo: “Tendo, portanto, um grande sumo sacerdote que penetrou os céus, Jesus, o Filho de Deus, conservemos a profissão de fé”. Ora, a partir dessa afirmação, desenrolar-se-á todo o restante da Carta. Sem sombra de dúvidas, o conteúdo de 4,14 é uma experiência de fé da comunidade cristã primitiva. Dessa forma, o autor ou autora parte de um princípio, do núcleo central e vital da comunidade: a certeza da ressurreição de Jesus, que penetrou os céus e está à direita de Deus.

Partindo desse princípio, que as pessoas destinatárias tinham certeza da ressurreição de Cristo, o conteúdo pode parecer não ser novidade, mas o que acontece é o inverso. Todo o conteúdo passa a ser novidade, uma vez que o autor ou autora o apresenta diretamente ligado ao ofício sumo sacerdotal de Jesus, até então, ainda não elaborado por ninguém. O dado de fé, a ressurreição de Jesus, ganha um novo significado, pois ele ressuscitou em função de sua ação sacerdotal, descrita na perícopé de Hb 4,14-5,10.

Uma pesquisa, em Hebreus, só poderá ser atualizada, se também partir do mesmo dado de fé, a ressurreição de Jesus. Embora essa possa não ser a convicção de todos os povos na América Latina e no mundo, faz-se necessário partir dela para chegar-se com o autor ou autora à plena certeza que Jesus, por meio de

seu ofício sumo sacerdotal (compadecido, misericordioso, fiel, obediente, piedoso, solidário e intercessor), penetrou os céus e está à direita de Deus.

Jesus, o sumo e eterno sacerdote, pela vontade de Deus que o constituiu segundo a ordem de Melquisedec (Hb 5,10), não fez teatro no meio de seu povo, mas ao contrário, assumiu com todas as conseqüências a vida de seu povo. Ele participou da mesma sorte que as pessoas participavam, foi tentado como elas (à sua semelhança), embora não tenha pecado, esteve sujeito ao pecado (Hb 4,15). Jesus mergulhou profundamente na situação de fraqueza em que as pessoas estavam mergulhadas. Foi a partir dessa situação de opressão, miséria e exploração econômica e religiosa que ele quis salvar a todas pessoas que dele se aproximassem com fé e obediência, como também ele foi obediente à vontade do Pai.

Jesus, com sua prática, ensina que as pessoas pobres e sofredoras são não só as destinatárias do reino, mas são critério de salvação ou de condenação. Bastaria, para isso, ver como Jesus descreve o dia do juízo final em Mt 25,31-46, onde ele se identifica com as pessoas pobres e sofredoras. Ademais, em sua oração de louvor a Deus, ele agradece ao Pai por revelar aos pequeninos seu plano de amor. “Eu te louvo, Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste essas coisas aos sábios e entendidos, e as revelastes aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado” (Lc 10, 21b).

Se determos nosso olhar na perícopes de Hb 4,14-5,10, veremos essa mesma realidade. Jesus, sumo e eterno sacerdote, é compadecido das pessoas ignorantes, iludidas e fracas diante do pecado e da exploração que sofriam. Ele não pode ficar passivo diante de tal realidade, mas teve o poder de compadecer-se delas e com elas foi solidário, oferecendo-se a si mesmo ao Pai, a fim de resgatá-las dessa

situação de fraqueza e de ilusão. Apresentou ao Pai orações e súplicas pelas pessoas sofredoras e foi atendido por causa de sua piedade, de sua fidelidade e de sua obediência. Deus, por sua vez também não fica imóvel diante do sofrimento do Filho, em sua ação solidária e compadecida que ele assumiu junto à humanidade. Deus reaparece depois do silêncio da cruz e da morte, trazendo-o para a vida, dando assim sua palavra final. Dessa forma, a cruz e a morte de Jesus não constituem a palavra final de Deus para a humanidade. A cruz e a morte de Jesus passaram a ser inteiramente positivas e de denúncias, porque tornaram-se causa de salvação para a humanidade, uma vez que sua entrega, por meio de sua oferta em favor das pessoas fracas, iludidas e ignorantes foi agradável a Deus, isto é, aceita. É, pois, com essa convicção que nos aproximamos de Hb 4, 14-5,10 numa tentativa de atualizá-lo em nossa sofrida e explorada América Latina.

Não podemos esquecer que Deus, o Pai, se fez solidário com Jesus em seu sofrimento, sobretudo quando ouve as suas orações e súplicas apresentadas em favor da humanidade sofredora. Deus acolheu a oferenda que o Filho apresentou e lhe deu seu devido valor, instituiu o Filho sumo e eterno sacerdote, segundo a ordem de Melquisedec (Hb 5,10), tornando-o assim, autor de eterna salvação para todas as pessoas que se aproximarem do trono da graça, a fim de alcançar graça e socorro oportuno (Hb 4,16). Assim também não é difícil aceitar que Deus se solidariza e acolhe o sofrimento de todas aquelas pessoas que ainda hoje estão sofrendo em função da opressão e exploração que pesam sobre suas vidas. A dor e o sofrimento, por mais humilde e oculto que seja, se transformam numa poderosa força de libertação e de esperança de vida. Pois numa realidade latino-americana, onde milhões de empobrecidos também não podem exercer nem mesmo o direito de cultuar a Deus, visto que cada vez mais o mercado exige das pessoas que

trabalhem nos finais de semana, nos feriados e até mesmo nos dias “santos”. Assim, parece bastante oportuna a mensagem de Hb 4,14-5,10, visto que Jesus, sumo e eterno sacerdote, graças à elevação que recebeu do Pai, exerce assim seu ministério em um santuário celeste. Isto significa que abre a esperança para todas as pessoas que nele esperam a possibilidade de encontrar graça oportuna.

CONCLUSÃO

A perícopre de Hb 4,14-5,10 foi escolhida como texto de nossa pesquisa por conter, assim nos parece, a principal mensagem da Carta aos Hebreus. Primeiro, porque neste trecho temos a afirmação do sacerdócio de Jesus. Segundo, que seu sacerdócio foi um chamamento da parte de Deus. Depois de Jesus ter realizado o seu sacrifício e o mesmo ter sido aceito por Deus que o havia chamado, Deus conferiu-lhe o título de sumo sacerdote segundo a ordem de Melquisedec (Hb 5,10).

O autor ou autora de Hebreus parece ter escrito este texto com o objetivo de incentivar as primeiras pessoas cristãs a perseverarem na profissão de fé. Seguramente tais pessoas cristãs estavam passando por certa crise de fé e esperança. O grande perigo, porém, era a apostasia através da repressão. Por esta razão, sobretudo, o autor ou autora adverte os leitores e leitoras a permanecerem firmes na profissão de fé (Hb 4,14-16).

Procuramos seguir alguns princípios metodológicos propostos por alguns estudiosos da exegese bíblica, a fim de obtermos uma sistematização destes princípios a partir do texto estudado em nossa pesquisa.

Depois de perscrutar nossa investigação, podemos dizer que, ainda hoje, algumas interrogações seguirão sem uma resposta definitiva, pois não se pode

respondê-las de uma maneira segura, quando os dados que temos à mão são insuficientes para tanto. No entanto, pode-se afirmar que a Carta aos Hebreus é um texto teológico muito bem elaborado e que seu autor ou autora tinha um profundo conhecimento da Septuaginta. Todo o texto está “recheado” por passagens do Antigo bem como do Novo Testamento.

Depois de ter realizado uma investigação sobre o Império Romano, no período de 60-80 dC., não será difícil perceber que foram cometidas muitas atrocidades tanto pelos imperadores quanto pelo seu exército. Não era objetivo dessa pesquisa aprofundar tais questões, senão que somente buscar uma compreensão do contexto histórico-social desse período bem determinado, compreendendo desde os anos 60 até os 80 dC., onde fixamos o surgimento de Hb 4,14-5,10.

Não será difícil perceber que a situação social dentro do Império Romano não era boa, sobretudo para aqueles que não eram cidadãos romanos. Sempre que havia novas conquistas havia também novos escravos, que estavam inteiramente sujeitos à vontade de seu proprietário. O Império passava a ter o direito de vida e morte sobre os povos conquistados, quase sempre o imperador tornava-os escravos para mostrar-se compassivo, uma vez que também podia matá-los.

Para conseguir tamanho poderio, Roma montou e equipou um forte e numeroso exército. Bem preparado, o exército usava técnicas e estratégicas que o tornava praticamente invencível. Quase nunca havia focos de resistência, só por medo de combater contra os romanos. Ademais, se houvesse confronto, a clemência podia ser negada e ao fim da batalha todos os que participaram do levante podiam ser penalizados com a pena capital, incluindo a crucifixação como

modelo de execução. Por essa razão acostumou-se justificar que a “paz” reinava no Império, com isso justificou a famosa expressão: “*Pax Romana*”.

Por outro lado, as conquistas do Império levavam o progresso e o desenvolvimento para as mais distantes regiões aonde chegava seu poderio. O Império não descuidava do desenvolvimento das regiões conquistadas, mas mandava construir estradas, pontes e até rios eram desviados para facilitar as viagens, o deslocamento do exército e também o transporte de mercadorias; adutores de água para facilitar a vida não só na cidade, como também por onde ela ia passando possibilitava a agricultura irrigada e a criação de animais; ginásios onde realizavam as competições esportivas e funcionava a escola, pois neles havia espaços para o esporte, para aulas, para reuniões e para banhos; templos onde o povo podia cultuar seus deuses, e de uma maneira especial o próprio imperador; os mercados onde podiam vender e comprar tudo aquilo que se produzia no Império ou aquilo que chegava até mesmo da Ásia e África, por meio da navegação; os banhos públicos, esses podiam fazer parte do ginásio ou ser construídos à parte. Embora pode ser constatado que o Império Romano deixou uma grande herança para a humanidade, não podemos negar que ele cometeu muitas atrocidades, sobretudo pelo uso da força de seu exército. A Pax Romana só foi possível, através de violentas e sangrentas batalhas. Ademais, aquela gama de construções quase sempre só era possível mediante trabalhos forçados que os vencidos tinham que realizar como escravos.

Foi em meio a este contexto social que nossa perícope foi escrita. Sendo assim, podemos concluir que as pessoas destinatárias passavam por grandes dificuldades. O autor ou autora deixa muito claro toda essa realidade ao usar termos como *asthenéia* “fraqueza” e *boethéia* “socorro” para expressar às pessoas

destinatárias a importância de perseverar na fé para vencer os sofrimentos (Hb 10,34).

É necessário ressaltar a importância que o autor ou autora dá ao ser humano. Ao fazermos a análise da estrutura interna da perícopa com as camadas e as fontes das quais ele ou ela se serviu, foi possível perceber que no centro de suas atenções está o ser humano. Daí se conclui que o sumo sacerdócio de Jesus está em função da pessoa. É ela que precisa ser resgatada desta situação de fraqueza e de pecado na qual está inserida. Diante do Império que era uma ameaça constante por meio de sua perseguição e repressão das pessoas cristãs, somente um sumo sacerdote compadecido e solidário com as pessoas fracas e sofredoras poderia salvá-las dessa realidade de sofrimento e opressão. Jesus, o sumo e eterno sacerdote, foi capaz de oferecer orações e súplicas ao Pai em favor dessas pessoas sofredoras, e foi atendido. A compaixão, sua piedade pelas pessoas iludidas e fracas foi a principal razão pela qual seu sacerdócio tornou-se eficaz.

Procuramos abordar o sumo sacerdócio de Jesus Cristo como conclusão de nosso trabalho, a partir de nosso contexto latino-americano. Pensamos que uma vez mais o ser humano está mergulhado na mesma situação de fraqueza e de pecado em que estavam as pessoas destinatárias de Hebreus. Quem sabe se nos tornássemos também pessoas destinatárias deste texto e se seguíssemos as exortações de seu autor ou autora, poderíamos mudar também nossa realidade, vivenciando como uma realidade salvífica.

Não tivemos a pretensão de esgotar a abrangência de nosso assunto com esta dissertação, até porque a temática é bastante ampla e está aberta a outras possíveis interpretações, uma vez que ela continua guardando uma reserva de sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A Bíblia de Jerusalém*. Tradução portuguesa. São Paulo: Paulinas, 1980.
- A Bíblia Sagrada*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.
- A Bíblia Sagrada - Edição Pastoral*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- ASSMANN, Hugo e HINKELAMMERT, Franz J. *A idolatria do Mercado*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- AUNEAU, Joseph. *O sacerdócio na Bíblia*. Tradução de Maria Cecília M. Duprat. São Paulo: Paulus, 1994. (Cadernos bíblicos, n. 61).
- BALLARINI, Pe. Teodorico (et. al). *Introdução à Bíblia*. Tradução de Frei Oswaldo A. Furlan. v. 2. Petrópolis: Vozes, 1969.
- BIGARÉ, C. (et.al). *Introdução à Bíblia*. Direção de A. Robert e A. Feuillet. Tomo 2. São Paulo: Herder, 1968.
- BOFF, Clodovis. *Teologia e Prática: Teologia do político e suas mediações*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BOFF, Leonardo e BOFF, Clodovis. *Como fazer Teologia da Libertação*. 6. ed. Petrópolis. Vozes, 1993.
- BOFF Leonardo. *Jesus Cristo Libertador*. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. *Paixão de Cristo Paixão do mundo*. Petrópolis. Vozes, 1977.
- BOMBASSARO, Luiz C. *As Fronteiras da Epistemologia*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. Tradução: Sergio Miceli (et. al). 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- BRUCE A. Melquisedec, em: *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. Org. Coenen, L. e Brown, C. Tradução de Gordon Chown. 2. ed. v. 1. pp.1267-1269. São Paulo: Vida Nova, 2000.

- BRUCE, F. F. *La Epístola A los Hebreus*. Tradujeron Marta M. de Campenelli y Catharine F. de Padilha. Buenos Aires – Argentina: Nueva Creación, 1987.
- BÜCHSEL. Boethéo, Boethós, Boétheia, in: *Theologisches Wörterbuch zum Neuen Testament*, v. 1. Stuttgart: Kohlhammer, 1957, p. 627.
- BULTMANN, Rudolf. *Crer e Compreender*. Tradução de Walter O. Schlupp e Walter Atmann. São Leopoldo: Sinodal, 1987.
- BURNS, Edward Mcnall, (et al). *História da civilização ocidental*. Tradução de Donaldson M. Garschagem. v. 1. 34. ed. São Paulo: Globo, 1993.
- CHAMPLIN, Russell N. *O Novo Testamento Interpretado versículo por versículo*. São Paulo: Candeia, 1995.
- CÂMARA, D. Helder, Mariama, em: *LP Missa dos Quilombos*. Rio de Janeiro: Polygram, 1982.
- CARTA DE BARNABÉ*. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Balancin. São Paulo: Paulus, 1995. (Coleção Patrística, v. 1; Padres Apóstolicos).
- CAZELLE, H. e SCHNACKENBUEG, R. Sacrifício, em: BAUER, Johannes B. *Dicionário de Teologia Bíblica*. Tradução de Helmuth A. Simon. v. 2. 4. ed. pp. 1027-1035. São Paulo: Loyola, 1988.
- COTHENET, Edouard (et. al). *Os escritos de São João e a Epístola aos Hebreus*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- COSTA, João Rezende. *Abbá! Pai! O Deus de Jesus é diferente*. São Paulo: Loyola, 1999.
- CROATTO, J. Severino. *Hermenêutica Bíblica*. Tradução de Haroldo Reimer. São Leopoldo/São Paulo: Sinodal/Paulinas, 1986.
- DANIÉLOU, J., e MARROU, Henri. *Nova história da Igreja*. Tradução de Dom Frei Paulo Evaristo Arns. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- DATTLER, Frederico. *A Carta aos Hebreus*. São Paulo: Paulinas, 1980.
- DELANEY Eugenio (et. al). *El poder de la Pascua en los crucificados de hoy*. Buenos Aires – Argentina: Industria gráfica del Libro, 1983.
- DIDAQUÉ*. Tradução de Urbano Zilles. Petrópolis: Vozes, 1970.
- DOBBERAHN, Friedrich. E. Sobre a interpretação histórica: métodos de estudos, em: VOLKMANN, Martin (et. al). *Método histórico-crítico*. São Paulo: CEDI, 1992. pp. 37-75. (Série: leituras da Bíblia, n. 4).
- DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. v. 1. Petrópolis/São Leopoldo: Sinodal/Vozes, 1997.

- EGGER, Wilhelm. *Metodologia do Novo Testamento*. Tradução de Johan Konings e Inês Borges. São Paulo: Loyola, 1994.
- El Libro del Pueblo de Dios – La Bíblia*. Buenos Aires – Argentina: San Pablo, 1986.
- ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o profano*. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- EUSÉBIO, de Cesaréia. *História Eclesiástica*. Tradução Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria Mãe de Cristo. São Paulo: Paulus, 2000. (Coleção Patrística, v. 15).
- FABRIS, Reinaldo. *As Cartas de Paulo*. v. 3. São Paulo: Loyola, 1992. (Coleção Bíblica Loyola; 6).
- FERRARO Benedito. *Cristologia em tempos de ídolos e sacrifícios*. São Paulo: Paulinas, 1993.
- FILHO, José Adriano. *Análise da simbologia religiosa da tradição de peregrinação na literatura do cristianismo primitivo: um estudo exegético na Epístola aos Hebreus*. São Bernardo do Campo, 2000. (Tese de doutoramento).
- FITZMYER, Joseph A. Melchizedek in the MT, LXX, and the NT. *Biblica*. Roma-Itália, n 81, fascículo 1. pp. 63-69, 2000.
- FLICK, Maurizio e ALSZEGHY, Zoltan. *Antropologia Teológica*. 3. ed. Salamanca, Segue. 1977.
- FORTE, Bruno. *Jesus de Nazaré, história de Deus, Deus da história*. Tradução de Luiz J. Gaio. São Paulo: Paulinas, 1985.
- FREIRE, Paulo. *A Importância do Ato de Ler*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1984.
- Considerações em torno do ato de estudar: em, *Ação cultural para a Liberdade*. pp. 09-11. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FRIES, Heinrich (diretor). *Dicionário de teologia*. 2. ed. v. 5. São Paulo: Loyola, 1987.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*. 3. ed. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GARCÍA MARTÍNEZ, Florentino. Las Tradiciones sobre Melquisedec en los Manuscritos de Qumrán. *Biblia*. Roma – Itália, n. 81, fascículo 1. pp. 70 – 80, 2000.
- GEFFRÉ, Claude. *Como fazer Teologia Hoje*. Tradução de Benôni Lemos. São Paulo: Paulinas, 1989.

- GEISLER, Norman e NIX, William. *Introdução Bíblica*. Tradução de Oswaldo Ramos. São Paulo: Vida, 1997.
- GIL, Hemínio (et. al). *A Cruz – teologia e espiritualidade*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- GIORDANI, Mário Curtis. *História de Roma – Antigüidade Clássica II*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- GOPPELT, Leonhard. *Teologia do Novo Testamento*. v. 1. Tradução de Martin Dreher. Petrópolis/São Leopoldo: Sinodal/Vozes, 1976.
- GUTIERREZ, Gustavo. Pobres y opción fundamental, em: *Mysterium Liberationis. Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación*. Tomo I. pp 303-321. San Salvador: UCA, 1991.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Tradução de Márcia de Sá Cavalcanti. 2. ed. Parte I. Petrópolis: Vozes, 1988.
- HINKELAMMERT, Franz J. *Sacrifícios humanos e Sociedade ocidental: LÚCIFER E A BESTA*. Tradução de João R. Costa. São Paulo: Paulus, 1995.
- LÉON-DUFOUR, Xavier (diretor). *Vocabulário de Teologia Bíblica*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- LOHSE, Eduard. *Introdução ao Novo Testamento*. São Leopoldo: Sinodal, 1985.
- LOCKMANN, Paulo. Misericórdia Quero, Não Sacrifícios, em: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. n. 10. pp. 72-85. Petrópolis/São Leopoldo, 1991.
- LUIS SEGUNDO, Juan. *Libertação da Teologia*. São Paulo: Loyola, 1978.
- KEE, Howard C. *As origens cristãs - em perspectiva sociológica*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- KONINGS, Johan. *A Bíblia nas suas origens e hoje*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- *Hebreus. A Bíblia passo a passo*. São Paulo: Loyola, 1995.
- KÜMMEL, Werner G. *Introdução ao Novo Testamento*. Tradução de Paulo Feine e João Paixo Neto. São Paulo: Paulinas, 1982.
- MACRAE, George W. Hebreus, em: *Comentário Bíblico*. Org. Dianne Bergant e Robert J. Karris. v. 3. pp. 305-320. São Paulo: Loyola, 1999.
- MCNAMARA, Martin. Melchizedek: Gen 14, 17-20 in the Targms, in Rabbinic and Early Christian Literature. *Biblica*. Roma-Itália, n. 81, fascículo 1. pp. 1- 31, 2000.
- MESTERS, Carlos. *Flor sem defesa*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MESTERS, Carlos e FRANCISCO, Orofino. As primeiras comunidades cristãs dentro da conjuntura da época – as etapas da história, do ano 30 ao ano 70. *Revista de*

- Interpretação Bíblica Latino-Americana*. n. 22. pp. 34-44. Petrópolis/ São Leopoldo, 1995.
- MEULENBERG, Leonardo. *João Crisóstomo: as mãos calejadas*. Petrópolis, 1994. (Coleção pais e mães da igreja).
- MÍGUEZ, Néstor O. Contexto sociocultural da Palestina. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. n. 22. pp. 22-33. Petrópolis/São Leopoldo, 1995.
- MOLTMANN, Jürgen. *Deus na criação*. Tradução de Haroldo Reimer e Ivoni R. Reimer. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MUNDLE, W., Piedade, em: *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. Org. Coenen, L. e Brown, C. Tradução de Gordon Chown. 2. ed. v. 2. pp. 1660-1662. São Paulo: Vida Nova, 2000.
- Novo Testamento*. 5. ed. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1987.
- Novo Testamento*. Tradução Ecumênica da Bíblia - (Edição Integral). São Paulo: Loyola, 1987.
- Novum Testamentum Graece*. 27. ed. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1999.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (org). *Mauss*. Tradução de Regina Lúcia Morais Marel (et. al.). São Paulo: Ática, 1979.
- PARRA SÁNCHEZ, Tomás. *Comunidades Proféticas a Caminho*. Tradução de Valmor da Silva. São Paulo: Paulinas, 1996. (Coleção conhecer a Bíblia, n. 8).
- PAROSCHI, Wilson. *Crítica Textual do Novo Testamento*. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1999.
- PAUL, M. J., The order of Melchizedek (Ps 110, 4 and Heb 7:3). *Westminster Theological Journal*. pp. 195-211. 1987.
- PIERINI, Franco. *A Idade Antiga*. São Paulo: Paulus, 1998.
- PILCH, John J. Romanos. em: *Comentário Bíblico*. Org. Dianne Bergant e Robert J. Karris. v. 3. pp. 177-192. São Paulo: Loyola, 1999.
- PIXLEY, Jorge. Os primeiros seguidores de Jesus na Macedônia e Acaia. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-america*. Petrópolis/São Leopoldo, n. 9. pp 60-84, 1998.
- Primeira Carta de São Clemente Romano aos Coríntios*. Tradução de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 1970 (1CI).
- QUEIRUGA, Andrés Torres. *Do Terror de Isaac ao Abbá de Jesus*. Tradução de José A. Beraldin São Paulo. Paulinas, 2001.
- Regra e Constituições da Congregação da Paixão de Jesus Cristo*. São Paulo: Loyola, 1993.

- REIMER, Haroldo e RICHTER REIMER, Ivoni. *Tempos de Graça*. São Paulo/São Leopoldo: Paulus/Sinodal/Cebi, 1999.
- RICHARD, Pablo. A origem do cristianismo em Roma. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. n. 29. Petrópolis/São Leopoldo, pp. 142-156, 1998.
- RICHTER REIMER, Ivoni . Lembrar, transmitir, agir – Mulheres nos inícios do cristianismo. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. n. 22. Petrópolis/São Leopoldo, pp. 45-59, 1995.
- *O Belo as Feras e o Novo Tempo*. Petrópolis/São Leopoldo: Vozes/Cebi, 2000.
- O que é céu? O que é inferno?, em: *22 Perguntas e Respostas da Fé*. Org. João Artur Müller da Silva. pp. 63-70. São Leopoldo: Sinodal, 2000.
- *Vida de Mulheres na sociedade e na Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1995.
- *Women in the acts of the Apostles*. Translated by Linda M. Maloney. Minneapolis: Fortres Press, 1995.
- SCHARBERT, J. Sofrimento. em: *Dicionário de Teologia*. 2. ed. v. 5. pp. 259-268. São Paulo: Loyola, 1987.
- SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E. *Hermenêutica - Arte e Técnica da Interpretação*. Tradução de Celso R. Braidá. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SCHIERSE, Franz Joseph. *Epístola aos Hebreus*. Tradução de Pe. Waldormiro P. Martins. Petrópolis: Vozes, 1970.
- SCHÖKEL, Luís Alonso e CARMITI, Cecília. *Salmos II (Salmos 73-150)*. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo. Paulus, 1998.
- SCHMOLLER, Alfred. *Handkonkordanzum griechischen Neuen Testament*. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1994.
- SILVA, Airton J. da. *Leitura sociológica da Bíblia*. Estudos Bíblicos, n. 32, pp. 74-84. Petrópolis 1991.
- SOBRINO, J. *Cristologia a partir da América Latina*. Tradução de Orlando Bernardi. Petrópolis: Vozes, 1983.
- STÄHLIN. Asthenés, Asthéneia, Asthenéo, in: *Theologisches Wörterbuch zum Neuen Testament*, v. 1. Stuttgart: Kohlhammer, 1957, pp. 488-492.
- STAMBAUGH, John E. e BALCH, David L. *O Novo Testamento em seu ambiente social*. São Paulo: Paulus, 1996.
- STOEGER, A. Sacerdócio, em: BAUER, Johannes B. *Dicionário de Teologia Bíblica*. Tradução de Helmuth A. Simon. v. 2. 4. ed. pp. 1016-1027. São Paulo: Loyola, 1988.

- TÁCITO. *Anais*. Tradução de J. L. Freire de Carvalho. v. 25. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1950 (Coleção Clássicos Jackson).
- TAYLOR, William C. *Dicionário do Novo Testamento Grego*. São Paulo: Batista regular, 2000.
- The Holy Bible*. New York – USA: Cambridge University Press, 1989.
- Theologisches Wörterbuch zum Neuen Testament*. v. 1. Stuttgart: Kohlhammer, 1957.
- TREBOLLE BARRERA, Julio. *A Bíblia Judaica e A Bíblia Cristã*. Tradução de Pe. Ramiro Mincato. Petrópolis: Vozes, 1996.
- TREIN, Hans Alfred. Do eterno e do provisório. *Hebreus: Guardar a esperança até o fim*. Estudos Bíblicos, n. 34. Petrópolis/São Leopoldo, pp. 48-55, 1992.
- WACH, Joachim. *Sociologia da Religião*. Tradução: Atílio Cancian. São Paulo: Paulinas, 1990.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UNB, 1991.
- WEGNER, Uwe. *Exegese do Novo Testamento*. São Paulo/São Leopoldo: Paulus/Sinodal, 1998.
- WEISER, Artur. *Os Salmos*. Tradução de Edwino A. Royer e João R. Costa. São Paulo: Paulus, 1994.
- WENGST, Klaus. *Pax Romana*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- VANHOYE, Albert. *A mensagem da Epístola aos Hebreus*. 2. ed. Tradução de Álvaro Cunha. São Paulo: Paulinas, 1983. (Coleção Cadernos Bíblicos, n. 21).
- VOLKMANN, Martin (et. al). Sobre a interpretação histórica: métodos de estudos, em: *Método histórico-crítico*. São Paulo: CEDI, 1992. pp. 37-75. (Série: Leituras da Bíblia, n. 4).